

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO

NATÁLIA CRISTINA DE ALMEIDA SOUZA

DISCURSO: EM BUSCA DA ESSÊNCIA DO PENSAMENTO DE ÉMILE BENVENISTE

SÃO LEOPOLDO

2014

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO

NATÁLIA CRISTINA DE ALMEIDA SOUZA

DISCURSO: EM BUSCA DA ESSÊNCIA DO PENSAMENTO DE ÉMILE BENVENISTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Linguística da Enunciação

Orientadora: Professora Doutora Marlene Teixeira

SÃO LEOPOLDO

2014

S729d Souza, Natália Cristina de Almeida.
Discurso : em busca da essência do pensamento de
Émile Benveniste / Natália Cristina de Almeida Souza. –
2014.
112 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística
Aplicada, 2014.

“Orientadora: Professora Doutora Marlene Teixeira.”

1. Análise do discurso. 2. Benveniste, Émile, 1902-
1976. 3. Línguas modernas – Pronúncia. I. Título.

CDU 81

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

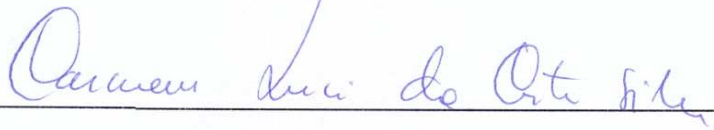
NATÁLIA CRISTINA DE ALMEIDA SOUZA

“DISCURSO: EM BUSCA DA ESSÊNCIA DO PENSAMENTO DE ÉMILE
BENVENISTE”

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre, pelo Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
Unisinos

Aprovada em 26 de março de 2014

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS)



Profa. Dra. Vera Helena Dentee de Mello (UNISINOS)



Profa. Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira (UNISINOS)

Aos que são tu pra mim
Aos que são eu pra mim
Aos que são um nós comigo junto

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa que possibilitou o início e o término do meu curso de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PPGLA/UNISINOS, por oferecer a possibilidade de se fazer linguística aplicada com a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

À minha orientadora, professora Marlene, que me acompanha desde a graduação e sempre apoiou minhas ideias, mesmo que desajuizadas.

Aos professores do PPGLA aos quais tive o prazer de ouvir durante as disciplinas que cursei fora da enunciação, e que me mostraram que o elefante comporta muitos e muitos pontos de vista.

À banca de qualificação, professoras Carmem Luci e Vera Mello, pelo rumo sugerido ao trabalho, que foi decisivo pra que fosse concluído.

Ao meu Calil, que, desde sempre, foi um excelente interlocutor sobre os assuntos enunciativos, mesmo não sendo um benvenistiano oficial, apenas porque ele sabe tudo sobre todas as coisas do mundo.

Aos meus pais, Orlando e Marta, e irmãos, Bianca, Lucas e Elias, que, depois de ouvirem muitos “não” depois de um “vai vir almoçar aqui hoje?”, começaram a me perguntar “e o mestrado?”.

Aos meus queridos Luciana, Sandra, Anna e Diego, por sempre sempre sempre terem uma palavra pro debate (ou um “aff” cada vez novo).

À Luciana de novo, pelo companheirismo, pelas alegrias e pelos sofrimentos compartilhados, pelo quarto fresquinho que me cedeu para que eu pudesse escrever nos dias mais tórridos deste verão enunciativo, e claro, pelo feijão e pelo sorvete!

Aos meus amigos não-enunciativos, Ana Alice, Karina, Mari, Ed e Carlão, pela leitura “voluntária” deste trabalho, que se dispuseram a fazer quase sem pressão da minha parte!

Aos demais amigos, que sabem quem são e que são os melhores, *confesso* que agradeço por nunca terem me deixado *falando sozinha*.

Às colegas do Grupo de Estudos Enunciação em Perspectiva – GEEP, pelos debates acalorados sobre assuntos que jamais se encerraram, tal é a condição para que se estude Benveniste.

Aos colegas das outras linhas de pesquisa do PPGLA, pelas trocas “interteóricas”, pelos “já qualificou?”, “o meu não vai ter análise” e pelos “quem vai ser tua banca?”.

Por fim, a todos que foram alocutados no meu tu, em algum momento, em algum lugar, de alguma forma.

Obrigada.

Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa. Esses instantes que decorrem no ar que respiro: em fogos de artifício eles espocam mudos no espaço. Quero possuir os átomos do tempo. E quero capturar o presente que pela sua própria natureza me é interdito: o presente me foge, a atualidade me escapa, a atualidade sou eu sempre no já.

Clarice Lispector – Água Viva

RESUMO

Esta dissertação investiga a noção de *discurso* na obra de Émile Benveniste. Partindo da declaração de Gérard Dessons (2006), que diz que Benveniste é o “inventor do discurso”, este estudo tem como objetivo elucidar o lugar ocupado por esse conceito na obra benvenistiana. Para isso, empreende-se uma busca por referências a Benveniste no Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008), assim como uma discussão acerca de pontos da sua Teoria da Enunciação que podem induzir o leitor a uma leitura indicialista. Discorre-se sobre a trajetória de Benveniste desde sua filiação a Saussure, passando pela sua ultrapassagem em relação ao mestre, até sua chegada ao conceito de língua-discurso. Esse conceito se define, nesse estudo, como o semiótico particular de cada locutor. A análise efetiva do termo *discurso* é realizada com base em um *corpus* teórico delimitado a partir de um percurso metodológico de leitura. Esse *corpus* é composto por nove textos de Problemas de Linguística Geral I e II: *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963), *Os níveis da análise lingüística* (1964), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1966), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). A partir da análise desses textos, estabelece-se uma relação indissociável entre enunciação e discurso: são interdependentes, embora distintos. A análise permite concluir que o locutor, ao apropriar-se da língua-discurso, tira-a do estado de possibilidade, atualizando-a, convertendo-a em discurso pelo ato de enunciação, ou seja, implicando-se (inter)subjetivamente. O discurso define-se, assim, como a manifestação da enunciação, responsável por promover a experiência humana, que só encontra plenitude na e pela linguagem.

Palavras-chave: Discurso. Língua-discurso. Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

ABSTRACT

This dissertation investigates the notion of *discourse* in Émile Benveniste's work. Starting from Gérard Dessons's statement (2006), which says that Benveniste is the "inventor of discourse", this study aims to elucidate the place occupied by this concept in the benvenistian work. To do so, we undertake a search for references to Benveniste in the Dictionary of Discourse Analysis (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2008), as well as a discussion of points of his Theory of Enunciation that can lead the reader to an indicialist reading. We expatiate on Benveniste's path from his affiliation with Saussure, through his overcoming of his master, until his arrival at the concept of language-discourse. This concept is defined in this study as the particular semiotic of each speaker. The effective analysis of the term *discourse* is performed based on a theoretical corpus delimited from a methodological path of reading. This *corpus* is composed of nine texts from Problems in General Linguistics I and II: *Observations on the functioning of language in the freudian discovery* (1956), *The nature of pronouns* (1956), *Subjectivity in language* (1958), *A look at the development of linguistics* (1963), *The levels of linguistic analysis* (1964), *Language and human experience* (1965), *Form and meaning in language* (1966), *The semiology of language* (1969), and *The formal apparatus of enunciation* (1970). From the analysis of these texts, we establish an inseparable relationship between enunciation and discourse: they are interdependent, but distinct. The analysis reveals that when the speakers appropriate language-discourse, they remove it from the state of possibility, actualizing it, converting it into discourse by the act of enunciation, ie, (inter)subjectively implying themselves. Therefore, discourse is defined as the manifestation of enunciation, responsible for promoting human experience, which only finds fulfillment in and through language.

Keywords: Discourse. Language-discourse. Émile Benveniste's Theory of Enunciation. .

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLG – Curso de Lingüística Geral (SAUSSURE, 2006);

DAD – Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008);

DLE – Dicionário de Linguística da Enunciação (FLORES et al., 2009);

PLGI – Problemas de Lingüística Geral I (BENVENISTE, 1966/2005);

PLGII – Problemas de Lingüística Geral II (BENVENISTE, 1974/2006).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ENUNCIÇÃO: DA LEITURA INDICIALISTA AO VIÉS DISCURSIVO	15
2.1 O lugar de Benveniste no Dicionário de Análise do Discurso	16
2.2 A provável origem da interpretação indicialista da teoria benvenistiana.....	27
2.2.1 As categorias de <i>pessoa, espaço e tempo</i> como marcas de subjetividade.....	28
2.1.2 O escopo dos <i>indicadores de subjetividade</i>	29
2.1.3 As noções de <i>subjetividade e intersubjetividade</i>	31
2.3 Algumas considerações	32
3 SAUSSURE/BENVENISTE: DA LÍNGUA À LÍNGUA-DISCURSO	35
3.1 Benveniste e o estruturalismo.....	35
3.2 Saussure e Benveniste: a ultrapassagem.....	46
3.3 Em busca da língua-discurso	53
4 DISCURSO: DO CONCEITO À VIDA DO HOMEM	59
4.1 Do percurso de leitura.....	59
4.2 Da busca pela definição.....	64
4.2.1 Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana.....	64
4.2.2 A natureza dos pronomes	67
4.2.3 Da subjetividade na linguagem.....	70
4.2.4 Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística	73
4.2.5 Os níveis da análise lingüística.....	77
4.2.6 A linguagem e a experiência humana.....	82
4.2.7 A forma e o sentido na linguagem.....	88
4.2.8 Semiologia da língua	92
4.2.9 O aparelho formal da enunciação	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A: OCORRÊNCIAS DA PALAVRA DISCURSO EM PLGI E II.....	111

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo pensar a noção de *discurso* na obra de Émile Benveniste. É preciso prestar mais atenção nesse conceito que não costuma ser apontado como fundamental para a compreensão da teoria benvenistiana¹. O alerta para essa necessidade vem de Gérard Dessons (2006)². No entender de Dessons, “na linguística de Benveniste, *discurso* remete especificamente à teoria da enunciação, da qual constitui o termo principal, prolongando aí o movimento de conceitualização iniciado por Saussure”³ (DESSONS, 2006, p. 58, grifo do autor, tradução nossa). Para o autor, o conceito de discurso é o mais importante da teoria de Benveniste, que deveria, antes de tudo, ser vista como uma *teoria do discurso*. Porém, se, como diz Dessons, Benveniste é o “inventor do discurso”, por que seu nome aparece tão timidamente entre os estudiosos dessa área?⁴ Qual a especificidade dessa noção em sua teoria da enunciação? A partir desses questionamentos, tomamos como desafio elucidar o conceito de *discurso* na obra benvenistiana.

Sabe-se, no entanto, que aquele que se aventura a escrever sobre Benveniste precisa assumir um lugar de autoria, interferindo nos pontos em que a sua teoria se mostrar “mais aberta”. E isso é necessário não porque Benveniste tenha formulado um pensamento incompleto, mas porque seu modo de escrever desafia os leitores a refletirem, começando pelo título dado ao conjunto de seus textos, em que a palavra “problemas” tem lugar de destaque.

A partir da análise da noção de *discurso*, tentamos propor uma distinção entre ela e a noção de *enunciação*, conceito que está eternamente ligado ao nome de Benveniste, sendo este reconhecido por sua chamada *Teoria da Enunciação*. Para este fim, e tendo por base seus Problemas de Linguística Geral I e II⁵, catalogamos, em ambas as obras, os pontos de

¹ Salientamos que o termo *teoria* foi cunhado pelos leitores de Benveniste, embora ele próprio jamais tenha se referido dessa forma ao pensamento que desenvolveu.

² DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: In Press, 2006.

³ Na citação original: “Dans la linguistique de Benveniste, *discours* renvoie spécifiquement à la théorie de l'enonciation, dont elle constitue Le terme majeur, prolongeant en cela le mouvement de conceptualisation initié par Saussure”.

⁴ Na tese intitulada “*A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*”, Mello (2012) faz um levantamento dos trabalhos (artigos e livros) na área dos estudos linguísticos publicados no Brasil entre os anos de 1998 e 2011. A autora consultou 1790 artigos de periódicos e constatou que apenas 119 deles citavam Émile Benveniste em suas referências bibliográficas. Destes, apenas 24 artigos eram estudos na área do texto e do discurso, e somente nove tinham Émile Benveniste como base teórica principal. Com isso, a autora conclui que “há, no Brasil, uma carência de trabalhos de análise linguística que se ancoram na Teoria da Enunciação benvenistiana. E, no que tange a estudos do texto e do discurso, não deparamos com nenhum trabalho alicerçado unicamente nessa teoria” (MELLO, 2012, p. 29-30). Dessa forma, acreditamos que nosso trabalho contribuirá para suprir parte dessa carência, servindo de apoio teórico para estudos futuros na área do discurso.

⁵ Doravante, Problemas de Linguística Geral I: PLGI e Problemas de Linguística Geral II: PLGII.

ocorrência da palavra discurso, e, seguindo o percurso de leitura que estabelecemos, buscamos uma definição de *discurso* que comportasse o pensamento do autor. A partir dessas considerações e do pressuposto de que o discurso é um objeto de estudo de Benveniste, propomos uma distinção entre *discurso* e *enunciação*.

A motivação para propor esta pesquisa tem origem na beleza com a qual a Teoria da Enunciação de Benveniste se apresentou a mim. Digo assim porque não a procurei, ela veio até mim em 2010, quando precisei escrever meu trabalho de conclusão de curso, e só neste momento. Durante toda a minha trajetória acadêmica na UNISINOS, não tive contato com essa perspectiva de estudo da linguagem por dois motivos: a linguística da enunciação não era abordada no currículo do curso de Letras e eu jamais participara de projetos de iniciação científica que pudessem me proporcionar conhecer teorias linguísticas além daquelas contempladas pelo curso. No último momento dessa trajetória, precisei me apropriar da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, teoria com a qual a minha então orientadora, a professora Silvana Silva, trabalhava. Mais tarde, passei a ser orientada pela professora Marlene Teixeira, continuando os estudos no âmbito da teoria enunciativa.

Sob a orientação de ambas, em meu TCC⁶, analisei a perífrase *ir + estar + gerúndio* (‘gerundismo’) pelo viés enunciativo, fato que me exigiu atenção e dedicação em maior grau, devido à falta de trabalhos sobre esse tema no campo da enunciação. Agora, no mestrado, busco colocar um olhar mais acurado sobre a teoria, empreendendo não um exercício de análise linguística, mas uma pesquisa metateórica.

Por que propor um trabalho que busque uma definição do discurso em Benveniste, se esse termo parece tão bem definido quando o autor diz que discurso “é a língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade” (PLGI, p. 293⁷)? Partimos do princípio que tem se tornado consenso entre os estudiosos de Benveniste: é preciso escrutinar cada parágrafo, cada frase, a fim de desvendar o que se esconde por trás de afirmações que parecem claras em uma primeira leitura. Quanto mais lemos Benveniste, mais compreendemos o que Roland Barthes⁸ tentou expressar quando disse que “tudo é claro no livro de Benveniste, tudo nele pode imediatamente ser reconhecido como verdade; e, no entanto, tudo também nele não faz mais do que começar”. (BARTHES, 1988, p. 181).

⁶ALMEIDA SOUZA, Natália Cristina de. **‘Gerundismo’: qual é o problema?** A perífrase *ir + estar + gerúndio* sob a perspectiva enunciativa. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Curso de Letras, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2011.

⁷Nas referências, entenda-se PLGI: BENVENISTE, 1966/2005 e PLGII: BENVENISTE, 1974/2006.

⁸BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. In: **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 179 – 183.

Já sabemos que discurso é assunção da língua pelo homem que fala a um outro – esta é a parte clara, que, segundo Barthes (1988), a obra de Benveniste comporta. Porém, as afirmações de Benveniste devem ser tomadas com a desconfiança não de que sejam falsas ou incorretas, mas de que estejam recobrando um sentido que pode ser (e geralmente é) muito mais complexo, o que justifica que Roland Barthes tenha dito que, em Benveniste, tudo está começando. De fato, a simples afirmação de que o discurso é “a língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade” pode deixar escapar, até mesmo a um leitor atento, que é no discurso que o homem passa pela experiência de ser homem⁹. O sujeito não é anterior à linguagem, a experiência humana se dá na e pela linguagem, através do discurso. Isso nos leva a concordar com Dessons (2006): a teoria de Benveniste é uma *teoria do discurso*.

Partindo dessa interpretação, o que nos propomos a fazer é sair da aparente obviedade da definição de discurso como “a língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade” e revisitar outros trechos de PLG I e II que nos permitam compreender melhor o alcance dessa noção. Para tanto, assumimos a teoria de Benveniste não como uma teoria somente linguística, mas como uma teoria da linguagem, que comporta a experiência humana. Segundo Benveniste, “[é] preciso [...] começar a ver além da forma material e não fazer apoiar-se toda a lingüística na descrição das formas lingüísticas” (PLGI, p. 125)¹⁰. Dessa forma, não nos propomos a fazer análise linguística, buscando, para isso, apoio no próprio autor, que diz que deveríamos

abandonar esse princípio [...] de que não há lingüística a não ser do dado, que a linguagem está contida integralmente em suas manifestações efetuadas. Se assim fosse, o caminho estaria definitivamente fechado a toda investigação profunda sobre a natureza e as manifestações da linguagem. O dado lingüístico é um resultado e é preciso procurar-lhe a origem. (PLGI, p. 124).

Definido nosso propósito, apresentamos, agora, o percurso trilhado para alcançá-lo. Iniciamos por apresentar, no segundo capítulo¹¹, observações sobre o lugar destinado a Benveniste no conjunto de estudos reconhecidamente pertencentes ao campo do discurso.

⁹ Benveniste utiliza a palavra “homem” com a acepção genérica de “ser humano”.

¹⁰ Nas citações diretas, seguiremos o Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UNISINOS, no qual consta que a citação direta “é a transcrição fiel de trechos da obra do autor consultado; a redação, a ortografia e a pontuação são rigorosamente respeitadas”.

¹¹ O primeiro capítulo é dedicado à introdução do trabalho.

Para isso, tomamos como base o Dicionário de Análise do Discurso¹², de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2008), restringindo nosso olhar a verbetes que possibilitariam alguma referência a Benveniste, de forma a verificar se e como as suas ideias se encontram nessa obra. Em seguida, no mesmo capítulo, abordamos aspectos fundamentais do pensamento benvenistiano, focalizando alguns de seus conceitos-chave – *pessoa, espaço e tempo, subjetividade/intersubjetividade e indicadores de subjetividade* –, com o objetivo de verificar como uma visão indicialista da teoria benvenistiana se forma justamente a partir dos textos mais conhecidos de PLG e como essa visão pode obscurecer o viés discursivo da teoria.

O terceiro capítulo está especificamente direcionado à relação Saussure/Benveniste. Nesse capítulo, buscamos reconstituir a trajetória de Benveniste, desde sua filiação a Saussure, passando pelo momento em que ele propõe a ultrapassagem em relação ao mestre para dar continuidade a seus estudos, até chegarmos a uma possível definição do conceito benvenistiano de *língua-discurso*, fundamental em nosso trabalho.

No quarto capítulo, trazemos nossas “descobertas” a partir do *corpus* selecionado no conjunto de textos reunidos em PLGI e PLGII. Para isso, definimos um percurso de leitura baseado em nosso objetivo, que é manter o foco no *discurso*. O que apresentamos, então, não é o registro e a organização do vocábulo *discurso* na obra benvenistiana, mas sim a análise dos usos dessa palavra em cada texto do *corpus*, de maneira a elucidar o uso teórico do termo e explorar algumas de suas características.

Sabemos que nosso trabalho não é exaustivo, e não poderia ser diferente. Não há estudo sobre a Teoria da Enunciação de Benveniste que finde sem que restem dúvidas, sejam as dúvidas primeiras que permaneçam, sejam as dúvidas que surjam ao final do trabalho. Se tivesse conhecido Mario Quintana, Benveniste certamente concordaria com a declaração do poeta: “[a] verdade é que a minha atroz função não é resolver e sim propor enigmas, fazer o leitor pensar e não pensar por ele”¹³. Benveniste desafia seus leitores. Nós aceitamos o desafio.

¹² CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

¹³ QUINTANA, Mário. Pausa. In: **A vaca e o hipogrifo**. Porto Alegre: Garatuja, 1977, p. 59-60.

2 ENUNCIÇÃO: DA LEITURA INDICIALista AO VIÉS DISCURSIVO

A Teoria da Enunciação de Émile Benveniste é uma das teorias que compõem a linguística da enunciação. De acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 8, grifos dos autores)¹⁴,

falamos em *teorias da enunciação* (no plural) e em *linguística da enunciação* (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação¹⁵, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unicidade referencial da expressão *linguística da enunciação*.

Segundo Flores et al. (2008, p. 10)¹⁶, no final da década de 1970, o nome de Benveniste começa a surgir em várias publicações da linguística brasileira, pois “[o]s autores vêm em Benveniste a possibilidade de abordar aspectos referentes à subjetividade na linguagem”.

Observando-se essas publicações, percebemos que grande parte delas associa a perspectiva benvenistiana tão somente à possibilidade que oferece de reconhecimento das marcas de subjetividade na língua e/ou na linguagem, através de índices específicos¹⁷. Tais interpretações decorrem, talvez, de se tomar os textos clássicos de “O homem na língua”, particularmente os que constam em PLGI, desconectados do conjunto do pensamento do autor, o que obscurece o fato de que, acima de tudo, estamos, com Benveniste, diante de uma teoria da significação¹⁸.

Atualmente, como dissemos em nota na introdução, Benveniste comparece timidamente entre os referenciais teóricos dos estudos linguísticos sobre texto e discurso no Brasil. Com o intuito de verificar a (não) presença de Émile Benveniste no campo dos estudos

¹⁴ FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁵ Os autores trazem, nesse livro, as teorias de Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jaqueline Authier-Revuz como algumas das teorias da enunciação que constituem a linguística da enunciação. (FLORES; TEIXEIRA, 2008).

¹⁶ FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁷ Um exemplo de publicação nesse aspecto está em CINTRA, Ismael Angelo. Marcas linguísticas do narrador. In: **Alfa** – Revista de Linguística. São Paulo, v. 25, 1981, p. 49-56. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3634/0>>. Acesso em 27 jul. 2013.

¹⁸ Patrick Dahlet (1997), por exemplo, coloca Benveniste, ao lado de Charles Bally, na perspectiva indicialista de estudo do sujeito, uma vez que ele se atém ao “ato de inserção do sujeito falante na língua, [...] através do levantamento e da análise de marcas linguísticas dessa atividade”. Jacques Fontanille (2008) critica Benveniste por ter esquecido que a enunciação “é o lugar de organização de todo o discurso”. Esse semioticista diz que a enunciação em Benveniste é um “centro egóico”, em que a noção de pessoa e a de topicalização estão amalgamadas.

sobre o discurso, elegemos o Dicionário de Análise do Discurso¹⁹, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2008). Esse dicionário foi escolhido por ser uma obra que reúne autores de diversas áreas da linguística e que falam a partir de diferentes teorias, além de ser um dicionário especializado, fonte de consulta para aqueles que têm dúvidas sobre a definição de algum termo da área do discurso. A nosso ver, sendo Benveniste um teórico do discurso, como propõe Dessons, deveria estar presente no dicionário, figurando como umas das fontes teóricas acerca desse assunto.

Dessa forma, neste capítulo, apresentamos o resultado do levantamento realizado entre os verbetes do DAD, assim como a discussão acerca de cada verbe. Após esse levantamento, discutimos alguns pontos do pensamento benvenistiano que podem induzir o leitor a uma interpretação indicialista de sua teoria. Passemos, então, à análise dos verbetes do DAD.

2.1 O lugar de Benveniste no Dicionário de Análise do Discurso

Neste item, apresentamos nossa leitura de verbetes que, sob nosso ponto de vista, comportariam referência a Benveniste ou à sua teoria enunciativa, alguns por se tratarem de conceitos importantes para a compreensão de sua obra, outros por estarem presentes em discussões relevantes propostas por Benveniste acerca de aspectos da linguagem. Os verbetes que foram selecionados na *Relação dos verbetes*, presente nas primeiras páginas do dicionário, são os seguintes: acontecimento discursivo; alteridade (princípio de-); análise do discurso; ato de fala; ato de linguagem; dêitico; dêixis; discurso; enunciação; locutor; subjetividade. A seguir, propomos uma breve discussão acerca de cada um dos verbetes citados acima²⁰.

a) Acontecimento discursivo

O primeiro verbe da lista, *acontecimento discursivo*²¹, traz uma breve referência a Benveniste. De acordo com o dicionário,

¹⁹ Doravante, DAD.

²⁰ A referência de cada citação é constituída pelo nome do autor do verbe, seguido do ano de publicação da obra e da página citada.

²¹ GUILHAUMOU, Jacques. Acontecimento discursivo. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 29-31. Verbe traduzido por Sandoval Nonato Gomes-Santos.

Benveniste já havia assinalado o valor de ato do enunciado performativo, o fato de que “ele é acontecimento porque cria o acontecimento” (1966: 273)²², abrindo, assim, a via do estudo do “acontecimento enunciativo” (Fenoglio, 1997). Entretanto, a perspectiva de Foucault é mais ampla: o filósofo considera que um enunciado é sempre um acontecimento, na medida em que sua análise não pode ser reduzida a considerações sobre a língua, o sentido e o referente. (GUILHAUMOU, 2008, p. 29, grifos do autor).

Não pretendemos entrar na discussão sobre o estatuto do termo *acontecimento discursivo* na proposta de Foucault. Apenas queremos destacar que, se a perspectiva desse autor não se reduz a considerações sobre a língua, o sentido e o referente, tampouco a teoria benvenistiana pode ser reduzida a uma análise linguística *stricto sensu*, como a citação acima permite subentender. É necessário ir além no entendimento do pensamento benvenistiano para reconhecer que ele desenvolve uma teoria complexa da linguagem, que transcende o âmbito estritamente linguístico. A menção a Benveniste, nesse verbete, permite concluir que Guilhaumou toma sua teoria como indicialista, apenas focada nos aspectos linguísticos do enunciado.

b) Alteridade (princípio de-)

No verbete *alteridade (princípio de-)*²³, vemos que o termo “serve para definir o ser em uma relação que é fundada sobre a diferença: o *eu* não pode tomar consciência do seu *ser-eu* a não ser porque existe um *não-eu* que é outro, que é diferente” (CHARAUDEAU, 2008, p. 34, grifos do autor). Embora o dicionário informe que a noção de alteridade deriva da filosofia, caberia, nesse caso, uma referência à enunciação de Benveniste, na qual o *eu* não se institui se não houver instituído um *tu*. Aqui, seu conceito de intersubjetividade poderia ser trazido para ilustrar a alteridade dentro da linguística.

c) Análise do discurso

O verbete *análise do discurso*²⁴ é bastante abrangente ao descrever aspectos referentes ao assunto. Maingueneau explica que se podem atribuir definições variadas à análise do discurso, sendo “ *muito amplas*, quando ela é considerada um equivalente de ‘estudo do discurso’, ou *restritivas*, quando, distinguindo diversas disciplinas que tomam o discurso

²² Esta citação está em PLGI, p. 302 (edição brasileira).

²³ CHARAUDEAU, Patrick. Princípio de alteridade. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 34-35. Verbetes traduzido por Maria do Rosário Gregolin.

²⁴ MAINGUENEAU, Dominique. Análise do discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 43-46. Verbetes traduzido por Maria do Rosário Gregolin.

como objeto, reserva-se essa etiqueta para uma delas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 43, grifos do autor), ou seja, no caso das definições *restritivas*, a Análise do Discurso²⁵ é uma das teorias que estudam o discurso em meio a tantas outras que não carregam a palavra *discurso* no nome. Como exemplo dessas outras disciplinas que compõem o campo da análise do discurso, o autor cita a etnografia da comunicação, a análise conversacional de inspiração etnometodológica, a Escola Francesa, as correntes pragmáticas, as teorias da enunciação²⁶ e a linguística textual (MAINGUENEAU, 2008). Embora Maingueneau tenha citado as teorias da enunciação como, também, responsáveis pelo estudo do discurso, não cita nenhum autor desse campo como exemplo, portanto, não sabemos, pelo que está nesse verbete, se é reservado a Benveniste lugar na análise do discurso.

Em seguida, o autor distingue “alguns grandes pólos” no campo da análise do discurso:

(1) os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro da *interação social*; (2) os trabalhos que privilegiam o estudo das *situações* de comunicação linguageira e, portanto, o estudo dos gêneros de discurso; (3) os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de *produção* de conhecimento ou com os *posicionamentos ideológicos*; (4) os trabalhos que colocam em primeiro plano a *organização textual* ou a seleção de *marcas* da enunciação. (MAINGUENEAU, 2008, p. 45, grifos do autor).

Como percebemos, dos quatro pólos, o único que contemplaria a enunciação de Benveniste seria o último. Ainda assim, não sabemos se, ao falar em “marcas da enunciação”, o autor se refere às marcas de subjetividade no discurso (em outras palavras, marcas do homem na língua) ou apenas aos índices de pessoa, espaço e tempo no enunciado, que é o que, comumente, pensa-se ser o foco da teoria da enunciação.

Além disso, esse verbete permite concluir que o termo “análise do discurso” presente no título da obra não se refere a uma teoria especificamente, mas sim à acepção mais ampla, ou seja, ao conjunto de teorias que se dedicam a estudar o discurso, dentre as quais deveria figurar o nome de Émile Benveniste.

²⁵ O dicionário também se refere a essa disciplina como *Escola Francesa de Análise do Discurso*. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2008).

²⁶ Veremos, adiante, o que o dicionário traz no verbete *enunciação*.

d) Ato de fala

O verbete *ato de fala* remete para *ato de linguagem*²⁷. Nesse último, não encontramos referência ao nome de Benveniste, embora no texto *A filosofia analítica e a linguagem* (1963)²⁸, Benveniste (PLGI) traga uma coerente discussão acerca da atribuição ou não do título de *performativo* a determinado enunciado, problematizando o abandono por Austin da distinção performativo-constativo.

Austin argumentava que a linguagem toda pode ser performativa e, por esse motivo, abandona a distinção performativo-constativo. Porém, Benveniste diz que não há razão para que se abandone essa distinção, pois, para ele, ambas as situações são possíveis: a de um enunciado marcado linguisticamente por um verbo performativo não apresentar performatividade por faltarem outros elementos (como a autoridade de quem enuncia), e a de um enunciado não marcado por verbo performativo promover um ato (também considerando a autoridade de quem enuncia).

Antes dessa problematização, porém, já encontramos uma discussão sobre atos de fala no texto *Da subjetividade na linguagem* (1958)²⁹, em que Benveniste traz como exemplo a diferença entre as expressões *eu juro* e *ele jura*. Segundo Benveniste,

a enunciação *je jure* [eu juro] é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. [...] Pode-se ver a diferença substituindo-se *je jure* por *il jure* [ele jura]. Enquanto *je jure* é um compromisso, *il jure* é apenas uma descrição, no mesmo plano que *il court, il fume* [= “ele corre, ele fuma”]. (PLGI, p. 292, grifos do autor).

A partir disso, entendemos que seria justa uma referência a Benveniste quando se trata de *atos de fala* (ou atos de linguagem), ainda que ele não tenha empregado essa expressão nos exemplos trazidos acima.

e) Dêitico/dêixis

Neste item, discutiremos, em conjunto, a definição que o DAD apresenta para os termos *dêitico* e *dêixis*. A definição de *dêitico*³⁰ diz que

²⁷ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Ato de linguagem. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 72-74. Verbetes traduzido por Maria do Rosário Gregolin.

²⁸ O ano que consta entre parênteses se refere à data de publicação original do artigo. Para situar o leitor, sempre que mencionarmos um texto de Benveniste, indicaremos entre parênteses o ano em que o artigo foi originalmente publicado. Contudo, a referência que utilizamos é a seguinte: BENVENISTE, Émile. A filosofia analítica e a linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 294-305.

²⁹ BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 284-293.

a etiqueta de **dêítico** não recobre sempre as mesmas unidades lingüísticas. Para alguns pesquisadores, ela se aplica a todos os *elementos* que, por natureza, suscitam uma referência de tipo dêítico (pessoas, indicadores espaciotemporais); já outros reservam esse conceito somente para os indicadores *espaciotemporais* (isto, ontem...), e mesmo somente aos indicadores *espaciais*, seguindo o fio da etimologia³¹ (“mostrar por um gesto”). (MAINGUENEAU, 2008, p. 147, grifos do autor).

Vejam, agora, a definição de *dêixis*³² presente no dicionário. Nesse verbete, o autor explica que há três concepções de dêixis entre os linguistas, sendo

(1) a dêixis relacionando os objetos e os eventos do mundo ao lugar que ocupa o locutor no espaço e no tempo, dando localização a uma referência já constituída; (2) a dêixis como tipo de *construção referencial* que não separa modalidade e ato de referência; (3) a dêixis como fator de coesão textual (tematização, focalização) permitindo introduzir *novos objetos* no discurso. (MAINGUENEAU, 2008, p. 148, grifos do autor).

Percebemos que há mais de uma concepção para os termos *dêítico* e *dêixis*, porém, tanto num verbete, quanto no outro, nenhuma das concepções recobre o conceito de dêixis em Benveniste. Para ele, “[n]ão adianta nada definir esses termos [os indicadores] e os demonstrativos em geral pela *dêixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *dêixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa” (PLGI, p. 279-280, grifos do autor). Com isso, Benveniste instaura o conceito de dêixis na enunciação, que é distinto de todas as definições apresentadas no dicionário.

De acordo com Flores et al. (2008, p. 164), “o conceito de dêixis, em uma teoria enunciativa, é diferente do conceito em outros quadros teóricos”. Para distinguir a dêixis enunciativa da dêixis não enunciativa, os autores dizem que, na enunciação, a dêixis

é um fenômeno geral que não pode ser adequadamente descrito sem que os signos sejam referidos ao emprego que o sujeito faz deles. De outra forma, para Benveniste os dêíticos não apenas descrevem uma relação entre enunciado e enunciação, mas são elementos que permitem ao sujeito que enuncia, num dado momento, instaurar a relação do enunciado a si próprio. (FLORES et al., 2008, p. 165).

Ainda, segundo os autores, as teorias que colocam em relação a língua e o referente,

³⁰ MAINGUENEAU, Dominique. Dêítico. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 147-148. Verbetes traduzido por Roberto Leiser Baronas.

³¹ A palavra *dêixis* tem origem grega e significa a ação de mostrar, indicar, assinalar. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/d%C3%AAixis/3268/>>. Acesso em 27 fev. 2013.

³² MAINGUENEAU, Dominique. Dêixis. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 148. Verbetes traduzido por Roberto Leiser Baronas.

quando tratam da dêixis, circunscrevem-na à dimensão referencial da linguagem, ao contrário de Benveniste, que interpreta a dêixis numa dimensão enunciativa da linguagem. O problema central aqui é que há diferença entre nível referencial e nível enunciativo. O primeiro diz respeito à relação entre a língua e a realidade; o segundo diz respeito à relação entre a língua e o sujeito que enuncia. (FLORES et al., 2008, p. 165).

Dessa forma, a língua³³ não está submentida apenas às categorias de pessoa, espaço e tempo, mas, sim, ao locutor, o que faz com que todos os elementos selecionados por ele sejam dêiticos, e não somente os marcadores específicos dessas três categorias. A dêixis enunciativa instaura a relação entre a língua e o locutor. Nesse sentido, ser dêitico significa ser subjetivo. Entendemos que a dêixis é um importante aspecto do pensamento de Benveniste, com discussões ainda mais recorrentes que as que incluem os atos de fala/linguagem, que foram trazidos anteriormente. Porém, além de recorrente, a dêixis em Benveniste é peculiar e é essa peculiaridade que justificaria sua presença em um dicionário de análise do discurso.

f) Discurso

O termo *discurso*³⁴ exige que nos demoremos um pouco mais em sua discussão. A definição de discurso traz uma única referência ao nome de Émile Benveniste, utilizada para especificar a acepção que opõe o *discurso* à *língua*. De acordo com o dicionário, “em Benveniste, ‘discurso’ está próximo de ‘enunciação’: é a ‘língua como assumida pelo homem que fala, e na condição de intersubjetividade que só a comunicação lingüística torna possível’ (1966:266)³⁵”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 169, grifos do autor).

Antes de passarmos à discussão efetiva sobre a noção de discurso, é preciso indicar um equívoco na utilização das palavras de Benveniste. Enquanto, no dicionário, está escrito que só a comunicação linguística torna possível a intersubjetividade, na obra em português, temos o discurso como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, **única que torna possível a comunicação lingüística**” (PLGI, p. 293, grifo nosso)³⁶, ou seja, o dicionário traz uma ideia contrária à de PLGI. Entendemos que a intersubjetividade é a condição da subjetividade, sendo assim, para haver comunicação, é

³³ Ao falarmos *língua*, consideramos, aqui, o conceito de *língua-discurso*, que será discutido no item 3.3.

³⁴ MAINGUENEAU, Dominique. Discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 168-172. Verbete traduzido por Sírío Possenti.

³⁵ Referência da obra original.

³⁶ A referência citada no verbete traduzido é a da obra original, em francês, na qual lemos “la langue en tant qu’assumée par l’homme qui parle, et dans la condition d’intersubjectivité, qui seule rend possible la communication linguistique”. Dessa forma, concluímos que há erro de tradução no DAD, enquanto que no PLGI a tradução está correta.

preciso que, antes, o *eu* institua um *tu*, para emergir como sujeito. Consideramos que a formulação feita no DAD altera o princípio do pensamento benvenistiano.

Ainda sobre o trecho do dicionário citado acima, parece-nos que “discurso” e “enunciação” são mostrados como sinônimos. Dada a importância desses conceitos para este trabalho, não os definiremos neste momento, em que tecemos comentários sobre alguns verbetes selecionados do DAD por terem relação com termos utilizados por Benveniste. Definir “enunciação” é uma tarefa difícil, como bem o demonstra Aya Ono (2007)³⁷, abrindo a via para que estudiosos de Benveniste passem a desconfiar da aparente univocidade dessa noção³⁸; definir “discurso” é um dos objetivos do presente trabalho, que se dedica detalhadamente a isso no quarto capítulo. Por ora, é suficiente comparar a definição de discurso como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala” (PLGI, p. 293) com a definição de enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLGII, p. 82), para concluirmos que os dois termos não designam o mesmo conceito.

Nesse verbete, além dessa referência a Benveniste, identificamos outro ponto que oferece espaço às suas formulações. Trata-se da oposição “*discurso vs frase*”, a partir da qual o dicionário explica que “o discurso é uma unidade lingüística constituída de uma sucessão de frases” (MAINGUENEAU, 2008, p. 168, grifos do autor) e traz uma única referência no assunto (Harris). Ora, a relação entre discurso e frase é bem conhecida dos estudiosos de Benveniste. Em *Os níveis da análise lingüística*³⁹, Benveniste diz que “a frase é a unidade do discurso” e que “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura”. (PLGI, p. 139-140). Dessa forma, parece-nos que o DAD ganharia em amplitude se considerasse (ou reconhecesse) o viés discursivo da teoria de Benveniste e o incluísse no referencial teórico desse campo.

Além disso, identificamos, nesse verbete, outros trechos em que o linguista poderia ter sido citado. É exemplo disso a seguinte passagem:

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma *interatividade* constitutiva; ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais, ela supõe sempre a

³⁷ A autora dedicou sua tese de doutorado à elucidação desse conceito. Ver: ONO, Aya. **La notion d’énonciation chez Émile Benveniste**. Tradução de Daniel Costa da Silva. Limoges: Lambert-Lucas, 2007, p. 15-57.

³⁸ Por exemplo, Fábio Aresi, que, em sua dissertação (ARESI, 2012), realizou uma exegese do texto *O Aparelho Formal da Enunciação* (a seguir, mencionaremos esse trabalho novamente).

³⁹ BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise lingüística. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 127 – 140.

presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação a qual ele constrói seu próprio discurso. (MAINGUENEAU, 2008, p. 171, grifo do autor).

Acima, percebemos uma grande semelhança entre as ideias trazidas no dicionário e as de Benveniste, quando se trata da necessidade que *eu* e *tu* têm um do outro para se constituírem. Seria um momento para trazer alguma referência ao autor, mas isso não acontece. Assim, concluímos que a teoria de Benveniste não recebe o devido lugar na elaboração do verbete em questão.

g) Enunciação

Na definição do termo *enunciação*⁴⁰, três aspectos merecem ser destacados. Primeiramente, o autor diz que, quando se trata de enunciação,

faz-se geralmente referência à definição de Benveniste (1974:80), que toma a enunciação como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”, que o autor opõe a **enunciado**, o ato distinguindo-se de seu produto. Essa definição, entretanto, submete-se a variações significativas, segundo as teorias lingüísticas que a mobilizam. (MAINGUENEAU, 2008, p. 193, grifo do autor).

Concordamos que a definição utilizada pelo autor no DAD seja realmente a mais conhecida definição de enunciação escrita por Benveniste. Contudo, sabemos da flutuação terminológica presente em sua obra, o que dá lugar, como já dissemos, a uma série de trabalhos que se dedicam exclusivamente a estudar sua terminologia. A noção de enunciação não foge a esta condição, e pode ser encontrada em PLG I e II, tanto remetendo a conceitos diferentes, como sendo referida por outros termos⁴¹. Além disso, sabemos que essa definição sofre variações quando utilizada por outras teorias enunciativas (FLORES et al., 2009)⁴².

O segundo aspecto a ser observado é quando, mais adiante, Maingueneau (2008, p. 194) cita Antoine Culioli, ao dizer que “a definição benvenistiana da enunciação privilegia o pólo do enunciador, mas isso não deve fazer esquecer que a enunciação é uma *co-enunciação*, que ela é fundamentalmente ‘acomodação inter-subjetiva’ (Culioli, 1973:87)”. De fato, Benveniste parece dar destaque à primeira pessoa: “‘eu’ é sempre transcendente em relação a

⁴⁰ MAINGUENEAU, Dominique. Enunciação. In: CHARAUDEAU, Patrick. ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 193-195. Verboete traduzido por Sandoval Nonato Gomes-Santos.

⁴¹ Sobre esse aspecto, já mencionamos o trabalho de ONO (2007).

⁴² No Dicionário de Lingüística da Enunciação, Flores et al. (2009) apresentam nove definições para *enunciação*, segundo sua utilização por autores como: Authier-Revuz, Bakhtin, Bally, Benveniste, Culioli, Ducrot, Greimas, Jakobson, Récanati, sem, contudo esgotar as possibilidades de utilização desse termo.

‘tu’’. (PLGI, p. 255). Porém, isso não significa (e entender esse aspecto é condição necessária para a compreensão do pensamento de Benveniste) que ele desconsidere o interlocutor – que referimos como *tu*. Ao contrário, para Benveniste, a subjetividade só é possível a partir da intersubjetividade. Já discutimos esse ponto, porém, pensamos ser válido trazê-lo à tona novamente, desta vez, pelas palavras de Benveniste, que explica que

[a] consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha locução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na locução daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática. [...] Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; **apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis.** (PLGI, p. 286-287, os grifos em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Acreditamos não ser necessário nos prolongarmos nesse ponto, pois fica claro que, a partir da condição de reversibilidade entre *eu* e *tu*, o privilégio é sempre do *eu*, porém, esse *eu* é sempre provisório.

Finalmente, o terceiro ponto que gostaríamos de salientar é a forma equivocada como se interpreta a clássica definição benvenistiana de enunciação: “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLGII, p. 82). Lemos, no DAD, que “em se tratando da análise do discurso, não é possível, efetivamente, contentar-se com uma definição estritamente lingüística da enunciação como colocação em funcionamento individual da língua” (MAINGUENEAU, 2008, p. 195). Nessa passagem, existe uma clara referência a Benveniste e sua célebre definição de enunciação, que acabamos de citar. No entanto, trata-se de uma referência que, de certa forma, deprecia a definição benvenistiana, principalmente porque Maingueneau afirma que não é possível “contentar-se” com ela. Não é nosso propósito convencer o leitor de que Benveniste é fonte única e suficiente no que diz respeito à enunciação, apenas salientamos que há aí um entendimento limitado do pensamento benvenistiano, pois, há algum tempo, já é consenso que Benveniste não se restringe ao caráter lingüístico da enunciação. Basta passar os olhos em alguns de seus textos⁴³ para percebermos que, para ele, o homem e a linguagem são inseparáveis, o que significa dizer que, quando Benveniste fala sobre fatos da língua, jamais exclui o locutor e o sujeito que advém do ato de

⁴³ A quinta parte de Problemas de Lingüística Geral I e II – O homem na língua – reúne textos que se dedicam principalmente ao fato de que, para Benveniste, homem e linguagem são indissociáveis.

apropriação da língua. Portanto, seu conceito de enunciação não pode ser estritamente linguístico, pois implica a experiência humana, aspecto que é desconsiderado pelo dicionário analisado.

h) **Locutor**

Na definição do termo *locutor*⁴⁴, no que diz respeito a Benveniste, o dicionário se limita a dizer que

o autor considera que “é pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque somente a linguagem funda, de fato, em sua realidade que é aquela do ser, o conceito de ‘ego’” (1966: 259). É o que ele chama de “subjetividade na linguagem”, que é “a capacidade do locutor de se colocar como ‘sujeito’” (ibid.). Mas aqui tampouco está definido se o locutor é um ser psicológico e social ou um puro ser de linguagem. (CHARAUDEAU, 2008, p. 310, grifos do autor).

Como exposto anteriormente, a teoria benvenistiana se compõe de uma terminologia difícil de ser precisada. Portanto, para definir um termo ou um conceito, é necessário percorrer mais de um texto do autor, correndo-se o risco, ainda assim, de não se encontrar uma definição absoluta. Buscamos esclarecer o conceito de *locutor* em Benveniste, apoiando-nos no que diz o Dicionário de Linguística da Enunciação⁴⁵ sobre esse termo.

Nesse dicionário, Flores et al. (2009, p. 157)⁴⁶ definem o termo como “indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra”. Em nota, os autores explicam a diferença entre *locutor* e *sujeito*, dizendo que

locutor é aquele que fala em uma dada instância de discurso e que, ao falar, se autoindica através de marcas específicas na língua. [...] [A] noção de locutor é necessária para que Benveniste possa formular a noção de sujeito, uma vez que sua teoria dedica-se bastante a estudar a subjetividade entendida como “capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BEN95: 286)⁴⁷. (FLORES et al., 2009, p. 157-158).

Além disso, segundo os autores (FLORES et al., 2009), o movimento de passagem da noção de *locutor* à noção de *sujeito* fica claro quando Benveniste diz que “[é] identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (PLGI, p. 280-281, grifos do autor), ou quando ele diz que “[a] linguagem só

⁴⁴ CHARAUDEAU, Patrick. Locutor. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 310-311. Verbete traduzido por Maristela Cury Sarian.

⁴⁵ Doravante, DLE.

⁴⁶ FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴⁷ Esta referência é estabelecida pelo dicionário. Entenda-se: PLGI, p. 286.

é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”. (PLGI, p. 286, grifos do autor).

Dessa forma, vemos que *locutor* não se confunde com *sujeito*, ou seja, ambos não podem ser considerados como sinônimos. Sendo o locutor o indivíduo linguístico que assume a língua, o sujeito é aquele que emerge como resultado dessa assunção.

i) Subjetividade

Na definição do termo *subjetividade*⁴⁸, Kerbrat-Orecchioni explica que, embora Bréal e Bally já houvessem se interessado pelo assunto, “é em Benveniste que se deve atribuir um estatuto verdadeiramente *lingüístico* à noção de **subjetividade**” e afirma que, para Benveniste, “a subjetividade nada mais é que a ‘capacidade do locutor de se posicionar como ‘sujeito’, e é na linguagem que devemos procurar os fundamentos dessa aptidão, ‘é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito’”. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008, p. 456, grifos da autora).

Sobre esse aspecto, nossa ressalva continua a mesma: a teoria benvenistiana não possui apenas estatuto linguístico, sobretudo quando se trata da subjetividade. Embora a autora tenha citado Benveniste, que diz que é na linguagem que o homem se constitui como sujeito, percebemos que ela não explora a amplitude desta proposição. Um elemento que nos leva a concluir isso é a forma como a autora reproduz o conceito de subjetividade, dizendo que “nada mais é que” a capacidade de o locutor se tornar sujeito por meio da linguagem. Ora, a grandeza desse fenômeno não pode ser reduzida a um “nada mais é que”, sobretudo se lembrarmos que a linguagem, em Benveniste, é o que torna possível a própria vida do homem.

Em seguida, apresenta-se uma discussão com a qual concordamos em parte: o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, através de determinadas formas que ela oferece, sendo, em primeiro lugar, o pronome *eu* e, depois, outros pronomes pessoais, formas temporais e demais dêiticos mencionados por Benveniste. Entram na lista de marcadores de subjetividade alguns verbos, como ‘crer’, ‘supor’ e ‘presumir’ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008). A autora traz, em seguida, a informação de que o trabalho de Benveniste foi continuado por ela própria, que

⁴⁸ KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Subjetividade. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 456-457. Verbete traduzido por Pedro Luis Navarro Barbosa.

amplia o inventário de marcadores de subjetividade [...] distinguindo, além dos dêiticos, os termos **afetivos**, os **avaliativos** (ou **apreciativos**) **axiológicos** e **não-axiológicos**, os **modalizadores**, e outros lugares ainda de inscrição no enunciado do sujeito da enunciação (escolha denominativa, seleção e hierarquização das informações etc). [...] [A] obra [*L'Énonciation. De la subjectivité dans le langage*] chega à conclusão de que 'a subjetividade está em todo lugar', sendo que todos os discursos são marcados subjetivamente, mas segundo formas e graus extremamente variáveis. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008, p. 456-457, grifos da autora).

Não discutiremos a obra de Kerbrat-Orecchioni, que, segundo ela, continua o trabalho de Benveniste. Se concordamos apenas em parte com a discussão apresentada pela autora no DAD, é porque, atualmente, entre os estudiosos de Benveniste, já se abandonou a ideia de que somente as marcas de pessoa, espaço e tempo instauram a subjetividade na linguagem. Essas formas são, de fato, mecanismos de instanciação do locutor no discurso, porém, uma vez instanciado, ele tem à sua disposição toda a língua⁴⁹ para se enunciar, ampliando o escopo da dêixis para a língua em sua totalidade (dando lugar à dêixis enunciativa, já abordada anteriormente).

A partir da análise desses verbetes, concluímos que o DAD não contempla a teoria de Benveniste de maneira aprofundada, com a complexidade que seu pensamento exige. Atribuímos esse fato à leitura indicialista que, muitas vezes, é feita dos textos benvenistianos, até mesmo por grandes estudiosos da linguagem.

No item seguinte, apresentamos alguns aspectos fundamentais da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste cujo entendimento redutor pode conduzir o leitor à interpretação indicialista como única possibilidade.

2.2 A provável origem da interpretação indicialista da teoria benvenistiana

Neste momento, apresentamos brevemente alguns conceitos fundamentais do pensamento benvenistiano – *pessoa, espaço e tempo, indicadores de subjetividade e subjetividade e intersubjetividade*. Os conceitos citados estão na base da teoria de Benveniste, porém, ainda que sejam conceitos básicos, sua essência⁵⁰, muitas vezes, não é alcançada por um leitor pouco atento ou cujo foco de interesse esteja em outras teorias. Este pode ser o motivo de esses conceitos estarem associados à interpretação indicialista da Teoria da Enunciação: fazem parte de alguns dos textos mais conhecidos de PLG, que são, muitas

⁴⁹ Sobre esse aspecto, ver o capítulo 3 – “Saussure/Benveniste: da língua à língua-discurso” –, especificamente o item 3. 3, assim como o capítulo 4 – “Discurso: do conceito à vida do homem”.

⁵⁰ Nenhuma das ocorrências da palavra “essência”, incluindo a que aparece no título do trabalho, refere-se ao seu sentido teórico (seja filosófico ou metafísico). Utilizamos a palavra “essência” no sentido de *fundamento*.

vezes, os únicos textos lidos por aqueles que têm curiosidade sobre Émile Benveniste ou que precisam conhecê-lo minimamente, e que acabam associando esses conceitos unicamente às marcas de subjetividade na linguagem e atribuindo a Benveniste apenas o mérito por mostrar em que consistem essas marcas.

Dessa forma, buscamos mostrar como se dá a passagem das categorias de pessoa, espaço e tempo aos índices de subjetividade, para, por fim, discutirmos no que consiste a relação subjetividade/intersubjetividade. Para essa discussão, selecionamos dois capítulos clássicos de PLGI: *A natureza dos pronomes*⁵¹ e *Da subjetividade na linguagem*. A partir desses textos, é possível traçar um panorama dos conceitos mais recorrentes na teoria benvenistiana, que podem ter dado margem à redução de seu ensinamento à leitura indicialista.

2.2.1 As categorias de *pessoa, espaço e tempo* como marcas de subjetividade

Em *A natureza dos pronomes* (1956), capítulo que focaliza os pronomes pessoais, Benveniste apresenta a definição de *pessoa*. Sobre os pronomes, o autor adverte que “a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu, tu, ele*, abole justamente a noção de ‘pessoa’. Esta é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*” (PLGI, p. 277-278, grifos do autor). Vejamos.

Sobre a primeira pessoa *eu*, Benveniste afirma que “[c]ada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (PLGI, p. 278, grifo do autor). Tendo referência própria, o autor salienta que *eu* se refere “unicamente a uma ‘realidade do discurso’, que é uma coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos, como um signo nominal” (PLGI, p. 278, grifos do autor). Ainda, para definir a noção de *eu* e, assim, a noção de *tu* (segunda pessoa), Benveniste explica que

eu é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*’. Consequentemente, introduzindo-se a situação de ‘alocução’, obtém-se uma definição simétrica para *tu* como o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*’. (PLGI, p. 279, grifos do autor).

⁵¹ BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 277-283.

Além disso, Benveniste afirma que *eu/tu* fazem parte de uma série de ‘indicadores’, cujo traço em comum é a referência à instância de discurso. Para definir as noções de *espaço* e *tempo*, o autor insere os advérbios *aqui* e *agora* nessa série de indicadores, juntamente com *eu/tu*, além de alguns pronomes, advérbios e locuções adverbiais, e os relaciona com *eu*, dizendo que “*aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*”. (PLGI, p. 279, grifos do autor).

Enquanto as pessoas *eu* e *tu* fazem parte do discurso e remetem sempre à situação de enunciação, a terceira pessoa *ele* é o que Benveniste considera a *não-pessoa* – a “face objetiva da língua” (FLORES et al., 2009, p. 174). Ao se referir à terceira pessoa, o autor é claro ao dizer que esta

representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (PLGI, 282, grifos do autor).

Benveniste afirma ainda que as noções de *eu/tu* e de *ele* diferem quanto à noção de pessoa, devido a sua função e a sua natureza: enquanto as primeiras são indicadoras de pessoa, a segunda serve para representar sintaticamente elementos do enunciado.

Diante disso, desenha-se a seguinte síntese: a terceira pessoa *ele* não faz parte da locução, pertencendo apenas à sintaxe da língua. A primeira pessoa *eu* é a pessoa que enuncia algo e a segunda pessoa *tu*, a pessoa à qual *eu* se dirige. Assim, as pessoas da enunciação serão sempre *eu* e *tu*, seu tempo será sempre *agora* e seu espaço será sempre *aqui*. Isso faz com que a enunciação seja *sui-referencial*, formando o quadro *eu-tu-aqui-agora*. Esse quadro parece ser o que se difundiu como responsável pelas marcas do homem na língua, que, na perspectiva indicialista, fica restrita aos dêiticos pessoais, temporais e espaciais, responsáveis por serem os indicadores de subjetividade.

2.1.2 O escopo dos *indicadores de subjetividade*

Em *Da subjetividade na linguagem* (1958), Benveniste discorre sobre os *indicadores de subjetividade*, dizendo que “[o]s pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (PLGI, p. 288) e que deles dependem outras

classes, os “indicadores da dêixis”, que “têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia” (PLGI, p. 288). O autor explica ainda que, por serem dêiticos, esses indicadores (demonstrativos, advérbios, adjetivos) encontram referência no “tempo em que se *fala*”, sendo esse um “momento eternamente ‘presente’, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’ porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas” (PLGI, p. 289, grifos do autor). São esses indicadores de subjetividade que permitem que, como locutores, nos apropriemos da língua e nos instanciemos no discurso para nos instituímos como sujeitos.

Benveniste dá destaque aos dêiticos como indicadores de subjetividade, porém, embora, nesse texto, ele tenha chamado a atenção para as marcas de pessoa, espaço e tempo como indicadores, explica que

[a] linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão. [...] A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos **sumariamente as mais aparentes**. (PLGI, p. 289, os grifos em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Como dissemos, é preciso desconfiar das palavras de Benveniste, sobretudo quando parecem óbvias. Ora, quando o autor diz que foram designadas sumariamente apenas as marcas mais aparentes do sujeito na linguagem, devemos concluir que essas marcas não se restringem aos dêiticos de pessoa, espaço e tempo, mas que se encontram também em outros lugares. Como já dissemos, entre os estudiosos de Benveniste, já se abandonou a ideia de que a subjetividade esteja apenas nessas marcas explícitas do quadro *eu-tu-aqui-agora*. Sendo consenso que a língua toda é subjetiva, ganha espaço a noção de dêixis enunciativa, que alarga o escopo da dêixis para além das marcas pessoais, espaciais e temporais, expandindo-a para a língua em sua totalidade.

No item seguinte, discutiremos as noções de subjetividade e intersubjetividade, que, muito mais que explicitarem a presença do homem na língua, são constitutivas da própria condição de *ser* humano.

2.1.3 As noções de *subjetividade* e *intersubjetividade*

Benveniste, antes de tratar da subjetividade, esclarece que não se deve dizer que a linguagem é instrumento de comunicação, pois “[f]alar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. [...] A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (PLGI, p. 285). A partir da assunção da linguagem como condição da existência do homem e não apenas como instrumento para que se comunique, compreende-se mais claramente a noção de *subjetividade*.

Segundo Benveniste, não há outra forma de o homem se propor como sujeito a não ser pela linguagem: “[é] na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (PLGI, p. 286, grifos do autor). Seguindo, o autor define subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLGI, p. 286, grifo do autor), sendo, dessa forma, a expressão do locutor por meio da linguagem inteiramente subjetiva.

Benveniste explica que, “desde que ele [o locutor] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (PLGII, p. 84, grifos do autor). Porém, o autor salienta que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (PLGI, p. 286), assim, ainda que o alocutário seja instaurado pelo locutor, essa presença é que possibilita que o locutor se constitua como sujeito.

A partir do conceito de subjetividade, é possível compreender, também, o de *intersubjetividade*. Ora, sendo a linguagem aquilo que transforma o locutor em sujeito e sendo essa subjetividade explicitada apenas por contraste, como vimos anteriormente, fica claro que *eu* não se institui como *eu* se não instituir, antes, um *tu*. De acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 34),

[...] a intersubjetividade é a condição da subjetividade [...]. Há aqui uma espécie de anterioridade lógica, ou seja, é porque existe intersubjetividade que se pode pensar em subjetividade. O sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro.

Dessa forma, conclui-se que a expressão da subjetividade só é possível através da relação intersubjetiva que se instaura entre *eu* e *tu*. *Eu* não existe como sujeito se não houver um *tu*, que não existirá se não for instituído por um *eu*, sendo *eu* e *tu* reversíveis na enunciação.

A partir dessa discussão, vemos que a subjetividade vai muito além de marcas no enunciado, ou de características que o particularizem. A subjetividade está intimamente ligada à linguagem, na e pela qual “o homem se constitui como *sujeito*” (PLGI, p. 286, grifo do autor), numa “realidade dialética” que engloba *eu* e *tu*, definidos por sua relação mútua (PLGI, 287). Além disso, o último parágrafo estende ainda mais o escopo da subjetividade:

Muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação lingüística (PLGI, p. 293, grifo do autor).

A própria noção de intersubjetividade também deve ser vista com olhos mais atentos, pois não se trata apenas da relação entre *eu* e *tu*, mas da necessidade dessa relação para que o *eu* ganhe vida.

Leituras recentes da obra de Benveniste têm contribuído para iluminar aspectos que mostram a amplitude de seu pensamento sobre a linguagem⁵². Este é o axioma benvenistiano: o homem está na língua. Os pronomes pessoais são a porta de entrada do homem na língua, seguidos dos demais indicadores explícitos de subjetividade e da língua toda, quando mobilizada pelo homem que fala a um outro. Aí está o argumento contra a insistência em reduzir o ensino de Benveniste à perspectiva indicialista.

2.3 Algumas considerações

Após fazermos o levantamento – que não se pretendeu exaustivo – nas páginas do DAD, percebemos que, dentre os verbetes que comportariam referência a Benveniste, muitas vezes, o tratamento da sua teoria é prejudicado, ou por se atribuir a ele uma perspectiva indicialista de descrição da subjetividade na linguagem, ou pela interpretação, por vezes limitada, de sua terminologia.

Um exemplo de verbebo que reduz a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste a uma perspectiva indicial, é “acontecimento discursivo”. Benveniste é citado como referência quando o assunto são os índices de subjetividade – aqueles relacionados ao quadro *eu-tu-aqui-*

⁵² Teixeira (2012) lembra que havia certa resistência às formulações benvenistianas por parte dos linguistas, embora o autor encontrasse espaço no âmbito das ciências humanas. No entanto, com a publicação de *O aparelho formal da enunciação*, em 1970, essa situação foi revertida. De acordo com Teixeira (2012, p. 73), atualmente “Benveniste já transita bem entre linguistas e continua a interessar estudiosos em outros campos, como o demonstra a utilização de suas formulações por filósofos como Dufour (2000) e Agamben (2008) e antropólogos como Castro (1996)”.

agora, porém, quando, em determinados verbetes, surge espaço para a complexidade do pensamento benvenistiano – como é o caso de “princípio de alteridade”, “análise do discurso”, “ato de linguagem”, “dêitico”, “dêixis”, “discurso”, “enunciação” –, os autores não o mencionam ou o mencionam de forma tímida, sem dar a ele lugar de destaque.

Contudo, sabemos que seria uma tarefa um tanto árdua abarcar todas as teorias do discurso com a finalidade de definir seus termos em um único dicionário e com a propriedade que lhes caberia. Os próprios autores admitem a necessidade de fazer escolhas, devido à complexidade do campo da análise do discurso, explicando que, se pretendessem introduzir no dicionário “a totalidade dos termos que um leitor pode encontrar em um artigo ou em um livro que trate do discurso, seria necessário mobilizar a quase totalidade do campo das ciências humanas e sociais”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 15).

Compreendemos as ponderações dos autores e concordamos que não é, realmente, possível abarcar a totalidade de termos presentes nas discussões em análise do discurso. Além disso, por se tratar de um dicionário que, embora seja especializado em análise do discurso, abrange diversas teorias, a possibilidade de contemplar a terminologia de cada uma dessas teorias é remota.

Apesar disso, a análise de verbetes do DAD demonstrou, acima de tudo, que Benveniste não é reconhecido como um dos representantes dos estudos do discurso⁵³, ainda que, na elaboração de seus escritos, tenha se voltado sempre ao homem que fala a outro homem. Isso evidencia um possível desconhecimento, ou um conhecimento superficial, da teoria da enunciação benvenistiana.

Como dissemos, esse desconhecimento não é sem razão. Sem a atenção necessária para enxergar além, é à abordagem indicialista que se chega a partir da leitura de alguns dos principais textos de PLGI. Dessa forma, após a discussão dos verbetes, o que procuramos mostrar com a discussão dos capítulos *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*, ambos de PLGI, foi que, mesmo nesses textos, é possível enxergar que a teoria benvenistiana não é uma teoria indicialista. Vimos, a partir de alguns de seus principais conceitos (pessoa, espaço e tempo, índices de subjetividade, subjetividade e intersubjetividade), que sua teoria está centrada na instauração do homem na língua, por isso, Benveniste discute largamente os mecanismos por meio dos quais acontece essa inserção. Porém, apesar de discutir sobre os índices, que são, de fato, a mais clara mostra de que o

⁵³ Termos essenciais do pensamento de Émile Benveniste, como *semiótico*, *semântico*, *sujeito*, *intersubjetividade* e *instância de discurso* não aparecem no dicionário (o termo **instância de enunciação** aparece no dicionário remetendo para **enunciação**, porém não é destacada a particularidade de cada termo).

homem está na língua, acreditamos que toda a profundidade e complexidade de seu pensamento se resume nesta afirmação: “a linguagem serve para *viver*” (PLGII, p. 222, grifo do autor). Essa pequena declaração não deve ser menosprezada, pois, somente a partir do momento em que ela recebe sua justa compreensão e importância é que se torna possível abandonar a interpretação indicialista que se faz de Benveniste e passar a compreender que tudo o que ele escreveu foi para provar que, sem linguagem, não há vida humana.

No capítulo seguinte, retomamos o percurso de Benveniste desde sua relação com Saussure e com o estruturalismo, verificando como se deu a sua ultrapassagem em relação ao mestre, e buscando identificar a diferença entre o conceito saussuriano de *língua* e o conceito benvenistiano de *língua-discurso*.

3 SAUSSURE/BENVENISTE: DA LÍNGUA À LÍNGUA-DISCURSO

Iniciamos, aqui, a discussão efetiva da teoria de Émile Benveniste. Neste capítulo (e no próximo), nos debruçamos sobre seus textos, a fim de (re)descobrirmos o que se esconde por trás do que ele deixou escrito. Começamos por verificar a relação de Benveniste com o estruturalismo e, em seguida, com Saussure. Por último, problematizamos o conceito de *língua-discurso*, que, em nossa opinião, é o que particulariza as formulações de Benveniste em relação ao pensamento saussuriano.

Há diversos estudos (alguns são tratados neste capítulo) aproximando, comparando, relacionando Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste. Sempre que se fala em Benveniste, tem-se a necessidade de ir à origem de seu pensamento e, lá, está Saussure. Os numerosos estudos envolvendo ambos se justificam pela clara filiação de Benveniste a Saussure, pela devoção que Benveniste demonstrava pelo mestre e pela forma respeitosa com que avançou em seu pensamento, sempre a partir das ideias de Saussure. A seguir, abordamos essa delicada relação, sobretudo, no que diz respeito à passagem da *língua*, conceito saussuriano, à *língua-discurso*, conceito benvenistiano, que tentamos definir.

3.1 Benveniste e o estruturalismo

Para iniciar a discussão, seguimos a sugestão de Gérard Dessons (2006) e focamos, neste item, nos seis textos que, de acordo com o autor, abordam a relação de Benveniste com o estruturalismo: *Tendências recentes em lingüística geral* (1954), *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963), *Saussure após meio século* (1963), *“Estrutura” em lingüística* (1962), *Estruturalismo e lingüística* (1968) e *Esta linguagem que faz a história* (1968)⁵⁴. Dessons (2006) ressalta que, nesses textos, Benveniste não apenas explica de que maneira compreende a noção de estrutura, como lança um olhar crítico sobre as teorias linguísticas de seu tempo⁵⁵. O autor lembra, ainda, que, nos três primeiros textos citados, Émile Benveniste discorre sobre a história da linguística moderna, sendo que o quarto é um estudo sobre a palavra “estrutura” e, os dois últimos, entrevistas. Passemos, então, à discussão dos textos.

⁵⁴ Os quatro primeiros artigos fazem parte do volume I de Problemas de Lingüística Geral, os dois últimos, do volume II.

⁵⁵ “Dans ces texte, Benveniste ne se contente pas d’expliquer comment il faut comprendre la pensée de la structure [...], il pose en même temps un regard critique sur les théories linguistiques de son temps”. (DESSONS, 2006, p. 37).

a) Tendências recentes em lingüística geral

Em *Tendências recentes em lingüística geral* (1954)⁵⁶, Émile Benveniste faz um apanhado geral sobre a situação dos estudos linguísticos à época. O autor salienta que “a lingüística sofreu um desenvolvimento tão rápido e estendeu tanto o seu domínio que um balanço mesmo sumário dos problemas que aborda assumiria as proporções de uma obra ou se esgotaria numa enumeração de trabalhos” (PLGI, p. 3). Porém, apesar de numerosos, Benveniste chama a atenção para o fato de esses trabalhos se desenvolverem de forma muito desigual: “aqui se continuam estudos que teriam sido os mesmos em 1910; ali, rejeita-se até o nome de lingüística como desvalorizado; acolá, dedicam-se volumes inteiros à simples noção de ‘fonema’” (PLGI, p. 4, grifo do autor). O autor atribui essa situação às profundas transformações que vinham sofrendo o método e o espírito da lingüística e aos conflitos que a dividiam, dizendo que,

[q]uando abrimos os olhos para a importância do risco e para as consequências que os atuais debates podem ter também para outras disciplinas, somos tentados a pensar que as discussões sobre as questões de método em lingüística poderiam ser apenas o prelúdio de uma revisão que englobaria, finalmente, todas as ciências do homem. (PLGI, p. 4)⁵⁷.

Discorrendo sobre um tempo em que a lingüística era alicerçada no ponto de vista histórico e evolutivo, Benveniste faz a primeira menção a Saussure, trazendo o destaque de suas formulações frente ao caráter histórico da lingüística, salientando que a novidade saussuriana consistiu em abandonar a dimensão histórica da língua e considerar que ela “é sincronia e estrutura [...]. O tempo não é fator da evolução, mas tão-somente o seu quadro” (PLGI, p. 5). Além disso, Benveniste esclarece que Saussure está, juntamente com Bloomfield, na origem da tendência de tornar científica a lingüística. Segundo Benveniste, as vertentes saussuriana e bloomfieldiana (na Europa e na América, respectivamente), apesar de muito diferentes, despertam em seus seguidores as mesmas preocupações:

1ª Qual é a tarefa do lingüista, a que ponto ele quer chegar e o que descreverá sob o nome de língua? É o próprio objeto da lingüística o que é posto em pauta. 2ª Como se descreverá esse objeto? [...] Isso mostra a importância que assume a técnica lingüística. 3ª [...] [A] linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em

⁵⁶ BENVENISTE, Émile. *Tendências recentes em lingüística geral*. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 3-18.

⁵⁷ Nesse momento, é importante salientar que Benveniste anuncia seu ponto de vista, permitindo-nos concluir que, para ele, a lingüística é uma disciplina de cunho antropológico, o que corrobora nossa hipótese de que a perspectiva indicialista de sua teoria não se sustenta quando os textos de PLGI e II são considerados como um todo.

vista da qual se articula a língua e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação. [...] [O] lingüista quer desprender-se dos apoios ou das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados ou em disciplinas vizinhas. Afasta toda visão *a priori* da língua para construir suas noções diretamente sobre o objeto. (PLGI, p. 8, grifos do autor).

A partir deste novo paradigma dos estudos linguísticos, o termo *estrutura* se torna essencial. Porém, devido a duas correntes distintas de pensamento terem dado origem ao termo, Benveniste apresenta uma clara distinção entre duas acepções do termo *estrutura*. Segundo o autor,

entende-se por estrutura, particularmente na Europa, o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente; para a maioria dos linguistas americanos, será a distribuição dos elementos, tal como se verifica, e a sua capacidade de associação ou de substituição. (PLGI, p. 9).

A partir dessa distinção entre estruturalismo europeu e norte americano, o autor menciona uma série de estudos linguísticos recentes à época, citando Kurylowicz, Vendryes, Harris, Guillaume, Hjelmslev etc., e conclui o texto dizendo que, por trás das diversas discussões no campo da linguística, há sempre “uma opção preliminar que determina a posição do objeto e a natureza do método” (PLGI, p. 18) e que, provavelmente, as diversas teorias coexistirão, até o momento em que a linguística imponha seu status de ciência, “não ciência dos fatos empíricos mas ciência das relações e das deduções, reencontrando a unidade do plano dentro da infinita diversidade dos fenômenos linguísticos”. (PLGI, p. 18).

b) Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística

No segundo texto da lista sugerida por Dessons (2006), *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963)⁵⁸, Benveniste lembra que

até os primeiros decênios do nosso século⁵⁹, a lingüística consistia essencialmente numa genética das línguas. Fixava-se, para tentar estudar a *evolução* das formas lingüísticas. [...] Pouco a pouco, através de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916), determina-se uma nova noção de língua. Os lingüistas tomam consciência da tarefa que lhes cabe: estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade lingüística atual, não misturar nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que deverá ser

⁵⁸ BENVENISTE, Émile. Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 19 – 33

⁵⁹ Século XX.

sincrônica, e analisar a língua nos seus elementos formais próprios. (PLGI, p. 21, grifos do autor).

Entrando em sua terceira fase⁶⁰, a linguística tem, agora, por objeto, “a realidade intrínseca da língua, e visa se constituir como ciência”, reconhecendo um “princípio que se tornaria o princípio fundamental da lingüística moderna: a língua forma um *sistema*” (PLGI, p. 22, grifo do autor). Nesse artigo, Benveniste traz, novamente, o termo estrutura como “o termo da lingüística” (PLGI, p. 22) e explica que a estrutura do sistema linguístico se revela da seguinte forma: “uma língua jamais comporta senão um número reduzido de elementos base, mas esses elementos, em si mesmos pouco numerosos, prestam-se a grande número de combinações. Não se consegue atingi-los senão no seio dessas combinações” (PLGI, p. 22). O autor explica que essas combinações são as relações e as oposições que cada unidade do sistema mantém com as outras unidades. É o signo como “entidade relativa e opositiva”, como dizia Saussure. Não julgamos exagerado trazer as palavras de Benveniste para esclarecer, novamente, que “[i]sso é o que faz com que a língua seja um sistema em que nada signifique em si e por vocação natural, mas em tudo signifique em função do conjunto; a estrutura confere às partes a sua ‘significação’ ou a sua função”. (PLGI, p. 24, grifo do autor).

Daquilo que foi exposto até aqui, pode-se concluir que são infundadas as acusações que costumam cair sobre Saussure de que ele teria analisado a língua como uma estrutura fixa. Na verdade, confunde-se o que Saussure fez com o que formula o estruturalismo americano. Assim, Saussure é classificado como *estruturalista*, sem que ele jamais tenha utilizado o termo *estrutura*. Se passou-se a utilizar essa palavra para designar o *sistema* saussuriano, isso em nada justifica que Saussure seja chamado de estruturalista (e até ‘acusado’ por isso). E se, ainda assim, quiser-se rotulá-lo dessa forma, há que se entender que ele instaura um estruturalismo em tudo diferente do que veio a ser o estruturalismo americano. Enquanto este último tenta definir cada elemento da língua por seus traços, por aquilo que ele é, pela sua significação intrínseca, o pensamento de Saussure é exatamente contrário, cada elemento vale pela sua diferença com o outro, ou seja, ele não tem nada de seu, mas, sim, depende de cada outro elemento diferente de si para ser parte do *sistema*⁶¹.

⁶⁰De acordo com Benveniste (PLGI), a primeira fase fora a filosofia da linguagem e a segunda, a evolução das formas.

⁶¹Traremos esse debate novamente mais adiante, na discussão sobre o texto “*Estrutura*” em *lingüística*.

c) Saussure após meio século

O terceiro texto que trazemos, *Saussure após meio século* (1963)⁶², traduz muito da admiração de Benveniste por Saussure. Desde o início, o autor demonstra seu respeito pelo mestre, ao dizer que

[n]ão há um só lingüista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione seu nome. Algum mistério envolve a sua vida humana, que cedo se retirou para o silêncio. É da obra que trataremos. A uma tal obra apenas convém o elogio que a explica na sua gênese e faz compreender o seu brilho. (PLGI, p. 34).

Referindo-se a Saussure como “o homem dos fundamentos”, Benveniste diz que ele “vai por instinto aos caracteres primordiais, que governam a diversidade dos dados empíricos. Naquilo que pertence à língua, presente certas propriedades que não se encontram em nenhum outro lugar a não ser aí”. (PLGI, p. 35).

No seguimento do texto, Benveniste relembra, resumidamente, a trajetória de Saussure, desde o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1879), publicado pelo “estrelante genial” quando tinha apenas vinte e um anos, passando pela sua chegada na *École de Hautes Études* e na *Société de Linguistique*, que marcaram o início de uma promissora carreira acadêmica, até chegar na diminuição da sua produção escrita e na sua volta a Genebra, onde cala seus escritos quase completamente, embora nunca tenha parado de trabalhar. Nas palavras de Benveniste,

[e]sse silêncio esconde um drama que deve ter sido doloroso, que se agravou com os anos, que inclusive jamais encontrou solução. [...] Era sobretudo um drama do pensamento. Saussure afastava-se da sua época na medida em que tornava-se pouco a pouco senhor da sua própria verdade, pois essa verdade o fazia rejeitar tudo o que então se ensinava a respeito da linguagem. [...] Quanto mais sonda a natureza da linguagem, menos pode satisfazer-se com as noções recebidas. (PLGI, p. 39-41).

Sentindo-se fora de seu tempo, Saussure estava preso a si mesmo. Por outro lado, seu silêncio era devido ao risco de suas reflexões: “o drama de Saussure transformaria a lingüística. As dificuldades contra as quais se choca a sua reflexão forçá-lo-ão a forjar as novas dimensões que ordenarão os fatos de linguagem” (PLGI, p. 41). De acordo com Benveniste, em carta enviada a Meillet em 1894, Saussure expressa sua intenção de escrever um livro que reuniria suas inquietações. Esse livro, porém, nunca foi escrito por suas mãos,

⁶² BENVENISTE, Émile. Saussure após meio século. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 34-49.

embora tenha sido deixado como herança em notas, observações, rascunhos e nos tópicos abordados no curso de linguística geral que ministrara em Genebra. O livro que Saussure tanto hesitou em escrever, mas que deixou que se libertasse através de suas divagações e de seu posicionamento em suas aulas, veio dizer ao linguista, finalmente, *o que ele faz*. Segundo Benveniste, Saussure

[q]ueria fazer compreender o erro em que se envolveu a lingüística desde que estuda a linguagem como uma coisa, como um organismo vivo ou como uma matéria que se analisa por uma técnica instrumental, ou ainda como uma criação livre e incessante da imaginação humana. (PLGI, p. 43).

É assim que, deixando de lado tudo o que já ouvira sobre a linguística, Saussure instaura um novo paradigma nos estudos da linguagem, com um novo princípio. De acordo com Benveniste, “[e]sse princípio é que a *linguagem*, como quer que se estude, *é sempre um objeto duplo* formado de duas partes cada uma das quais não tem valor a não ser pela outra” (PLGI, p. 43, grifos do autor). É aí que surgem as famosas dualidades de Saussure, que, por vezes, são vistas como apenas ‘uma meia dúzia de dicotomias’ por quem não considera a profundidade de seus conceitos. Benveniste cita algumas dualidades da linguagem, cuja relação é sempre opositiva, como a dualidade da língua e da fala, a do indivíduo e da sociedade, a do sincrônico e do diacrônico etc., e alerta que

não há um único aspecto sobre a linguagem que seja um dado fora dos outros e que se possa pôr acima dos outros como anterior e primordial. [...] Quanto mais nos adiantarmos, mais sentiremos esse contraste entre a unicidade como categoria da nossa percepção dos objetos e a dualidade cujo modelo a linguagem impõe à nossa reflexão. Quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar. (PLGI, p. 44-45, grifo do autor).

Sem dúvidas, esse texto, que é uma homenagem aos cinquenta anos da morte de Saussure, é uma grande demonstração não só de respeito e admiração, mas, também, de reconhecimento à importância que ele teve na história da linguística. Afirmando que seu pensamento revolucionou a linguística e perdurava até então, Benveniste (PLGI, p. 49) declara que “essa semente de clareza, recolhida por alguns discípulos, tornou-se numa grande luz, que descortina uma paisagem cheia da sua presença”.

d) “Estrutura” em lingüística

O texto “*Estrutura*” em lingüística (1962)⁶³ traz, já no título, definido seu objetivo: esclarecer o uso do termo *estrutura* nos estudos linguísticos. Benveniste começa o texto dizendo que, antes de *estrutura*, o termo mais usado para qualificar a linguística era o adjetivo *estrutural*, e, conseqüentemente, os termos *estruturalismo* e *estruturalista*. Porém, o autor declara que “podemos admitir sem dificuldade que a preocupação de ser ‘moderno’ não esteja sempre ausente dessa difusão e que certas declarações ‘estruturalistas’ encubram trabalhos de novidade ou de interesse discutível” (PLGI, p. 97, grifos do autor), ou seja, há um abuso no emprego desses termos, que são usados, muitas vezes, sem critério, apenas por ‘modismo’.

Dispondo-se, então, a explicar o sentido original do termo *estrutura*, Benveniste lembra que esse termo foi primeiramente utilizado “por um pequeno grupo de lingüistas que se propunham reagir assim contra a concepção exclusivamente histórica da língua, contra uma lingüística que dissociava a língua em elementos isolados e se ocupava em seguir-lhes as transformações” (PLGI, p. 98) e que esse movimento claramente deriva dos ensinamentos de Saussure e da leitura do *Curso de Lingüística Geral*⁶⁴. Segundo Benveniste, deve-se a isso Saussure ser conhecido como o precursor do estruturalismo. Apesar de confirmar essa informação, o autor adverte que “[é] importante notar, para uma descrição exata desse movimento de idéias que não se deve simplificar, que Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra *estrutura*. Aos seus olhos, a noção essencial é a de *sistema*” (PLGI, p. 98, grifos do autor). Isso confirma o que já dissemos anteriormente e talvez justifique a confusão em que se envolve o nome de Saussure quando é citado por aqueles que não conhecem o princípio de seu pensamento.

Benveniste traz uma passagem do CLG na qual Saussure explica por que a língua é um sistema e por que seus elementos devem ser compreendidos como parte desse sistema⁶⁵. Assim, de acordo com Saussure,

[...] é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (CLG, p. 132).

⁶³BENVENISTE, Émile. “Estrutura” em lingüística. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 97 – 104.

⁶⁴Doravante, CLG. Nas referências, entenda-se CLG: SAUSSURE, 2006.

⁶⁵ Preferimos usar, como fonte para essa citação, o próprio CLG. O texto citado por Benveniste (PLGI, p. 99) apresenta apenas pequenas diferenças de tradução.

É do *valor linguístico* que Saussure fala no trecho citado, conceito que é um dos grandes diferenciais de sua teoria. Assim, a língua é um *sistema* cujos elementos *valem* pela sua relação e pela sua oposição com os demais. Isso entendido, Benveniste explica que

[t]rata-se, pois, propondo-se a língua como sistema, de analisar-lhe a estrutura. [...] Encarar a língua (ou cada parte de uma língua – fonética, morfologia, etc.) como um sistema organizado por uma estrutura que é preciso desvendar e descrever é adotar o ângulo “estruturalista”. (PLGI, p. 102, grifo do autor).

Finalmente, Benveniste esclarece o emprego do termo *estrutura* na linguística europeia de língua francesa, ao dizer que

[o] princípio fundamental é que a língua constitui um sistema do qual todas as partes são unidas por uma relação de solidariedade e dependência. Esse sistema organiza unidades, que são os signos articulados, que se diferenciam e se delimitam mutuamente. A doutrina estruturalista ensina a predominância do sistema sobre os elementos, visa a destacar a estrutura do sistema através das relações dos elementos, tanto na cadeia falada como nos paradigmas formais, e mostra o caráter orgânico das mudanças às quais a língua é submetida. (PLGI, p. 104).

Vemos que o princípio do estruturalismo europeu inspirado por Saussure é distinto do princípio do estruturalismo americano, que visa conhecer a estrutura através da definição de cada um de seus elementos, quando sabemos que, no sistema saussuriano, um elemento não se define, ele se relaciona e se opõe a outros elementos⁶⁶.

Passemos, agora, aos últimos dois artigos do conjunto de textos em que, segundo Dessons (2006), Benveniste aborda o estruturalismo. São os capítulos *Estruturalismo e lingüística e Esta linguagem que faz a história*, de PLG II.

⁶⁶ Oswald Ducrot (1972, p. 41, grifo do autor) explica que, “[n]o momento em que a obra de Saussure mal começa a ser divulgada na Europa, o norte americano L. Bloomfield [...] propõe, de maneira independente, uma teoria da linguagem que, desenvolvida e sistematizada por seus alunos sob o nome de DISTRIBUCIONALISMO, dominou a lingüística norte-americana até 1950”. O autor salienta, ainda, que “[d]o ponto de vista da lingüística saussuriana, o Distribucionalismo suscita certas dificuldades, das quais uma das mais apontadas é a determinação das unidades. Para Saussure, os elementos nunca são dados, e sua descoberta é totalmente semelhante à descoberta do sistema [...]” (DUCROT, 1972, p. 44). Como vimos, Benveniste faz menção a Blomfield no texto *Tendências recentes em lingüística geral*. Nesse texto, o autor explica que, “sob o nome de estrutura, um ‘bloomfieldiano’ descreverá uma organização de fato, que segmentará em elementos constitutivos, e definirá cada um destes segundo o lugar que ocupar no conjunto e segundo as variações e as substituições possíveis nesse mesmo lugar”. (PLGI, p. 9).

e) Estruturalismo e lingüística

Estruturalismo e lingüística (1968)⁶⁷ decorre de uma entrevista concedida ao jornalista e escritor Pierre Daix, em que Benveniste inicia sua fala declarando que o que o levou à lingüística foi, inicialmente, seu interesse pela gramática comparada, objeto de ensino de seu mestre, Antoine Meillet, que, por sua vez, transmitia a seus alunos, em parte, o que aprendera com o Saussure comparatista em Paris. Nas palavras de Benveniste, Saussure

os formou na disciplina comparativa, ou seja, na análise e na comparação de um certo número de línguas provenientes de um mesmo tronco. [...] E todos os passos da gramática comparada eram por natureza rigorosos e se esforçavam sempre por um maior rigor. É isto que pessoalmente me seduziu [Benveniste]. Era o caráter das leis que a lingüística estava já em condições de formular e ao mesmo tempo o horizonte que ela abria sobre a extensão possível deste método a outras famílias de línguas. (PLGII, p. 12).

Nessa entrevista, Benveniste volta a falar sobre a escassez de textos de Saussure nos primeiros anos do século XX e reafirma que “Saussure recusava quase tudo o que se fazia no seu tempo. Ele achava que as noções correntes não tinham base, que tudo repousava sobre pressupostos não verificados, e sobretudo que o lingüista não sabia o que fazia” (PLGII, p. 14). O autor salienta que, apesar de essas questões terem consumido Saussure durante muito tempo, foi somente perto de sua morte que ele as discutiu diretamente em seu ensino, no curso que ministrara entre 1907 e 1911. “É o curso que Bally e Sechehaye publicaram e sobre o qual se edificou, diretamente ou não, toda a lingüística moderna”, lembra Benveniste (PLGII, p. 15). Contudo, o autor admite que, provavelmente, toda essa inquietação já transparecia nas aulas que Saussure ministrava sobre gramática comparada, ainda jovem, e conclui: “[a]ssim, através da gramática comparada, era, malgrado todo o resto, esta inspiração de lingüística geral que passou no ensino de Meillet” (PLGII, p. 15). Como vemos, Benveniste não esconde sua filiação a Saussure, tanto à sua fase comparatista, quanto à estruturalista, já que Meillet fora seu mestre e transmitira a ele as ideias saussurianas.

Entrando na discussão sobre o sentido, Benveniste explica que

[...] quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem. Sabe-se muito bem que a língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem um sentido e são articulados segundo um código. São estes elementos que os dicionários catalogam e, ao lado de cada um deles, colocam uma definição, dão, pois, o que eles chamam seu sentido.

⁶⁷ BENVENISTE, Émile. *Estruturalismo e lingüística*. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-28.

Mas o simples fato de que existem dicionários implica, na verdade, um mundo de problemas. O que é o sentido? (PLGII, p. 20).

Nesse momento, Benveniste introduz a distinção entre semiótico e semântico, dizendo que são “dois domínios ou duas modalidades de sentido” (PLGII, p. 21) e explica que

[o] signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num texto francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não. (PLGII, p. 21).

Quanto ao domínio semântico, o autor o define como

o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo. (PLGII, p. 21, grifo do autor).

Com a introdução do domínio semântico nos estudos linguísticos, podemos dizer que Benveniste se separa de Saussure⁶⁸, nunca negando os ensinamentos do mestre, mas fazendo avançar, na linguística, questões que não foram abordadas por ele. O estudo da língua em uso foi uma dessas questões. Voltaremos a essa discussão em seguida. Antes, porém, vejamos o último texto citado por Dessons.

f) Esta linguagem que faz a história

Esta linguagem que faz a história (1968)⁶⁹ é uma conversa com o escritor e crítico literário Guy Dumur e se inicia com uma definição de Benveniste para a linguística. Ele diz que

[a] lingüística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos. Trata-se de transformar as palavras que voam – o que Homero chamava as “palavras aladas” – em uma matéria concreta, que se estuda, que se diseca, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis. (PLGII, p. 29, grifo do autor).

⁶⁸ Veremos, mais adiante, o que Claudine Normand tem a dizer sobre isso.

⁶⁹ BENVENISTE, Émile. *Essa linguagem que faz a história*. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 29 – 40.

Questionado sobre a diferença entre a linguística e a gramática, a filologia, a fonética – que Dumur chama de “antigas ciências da linguagem” –, Benveniste esclarece que “a linguística pretende englobar tudo isto e o transcender. Tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística”. (PLGII, p. 29).

Sobre o começo da linguística, que Dumur atribui a Saussure, Benveniste corrige, dizendo que “Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo” (PLGII, p. 31). Com isso, Benveniste quer dizer que o que Saussure fez foi completamente distinto daquilo que se conhecia como linguística. Sua grande contribuição foi propor que a linguagem é forma, e não substância. Assim, Benveniste explica que

[n]ão há nada de substancial na linguagem. Todas as ciências da natureza encontram seu objeto constituído. A linguística, e é isto que a diferencia de qualquer outra disciplina científica, se ocupa de algo que não é objeto, não é substância, mas *que é forma*. Se não há nada de substancial na linguagem, o que há? Os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, eles não valem senão por suas oposições. Pode-se contemplar uma pedra em si, localizando-a na série dos minerais. Enquanto que uma palavra, por si mesma, não significa absolutamente nada. Ela não é senão por oposição, por vizinhança ou por diferenciação em relação a um outro, um som em relação a um outro som, e assim por diante. (PLGII, p. 31, grifos do autor).

É, claramente, à noção de *sistema* que Benveniste se refere aqui. Explicando, novamente, em que consiste o *sistema* da língua e sob que condição pode ser considerado uma *estrutura*, Benveniste lembra que, para atingir essa estrutura, “é necessário: 1º isolar os elementos distintivos de um conjunto finito; 2º estabelecer as leis de combinação desses elementos”. (PLGII, p. 33).

Até aqui, vimos a relação de Émile Benveniste com o estruturalismo e podemos afirmar que ele é adepto dos ensinamentos de Saussure, que compreende o movimento que Saussure fez na história da linguística e que lhe dá todos os méritos. Haveria outras passagens de PLGI e II que comprovariam o saussurianismo de Benveniste, mas preferimos seguir a sugestão de Gérard Dessons (2006) e nos atermos aos seis textos indicados por ele. Julgamos que o que foi discutido até aqui é suficiente para o que pretendemos, que é verificar como, da *língua* de Saussure, se chega à *língua-discurso* de Benveniste. Tentemos, agora, entender como se dá a ultrapassagem de Benveniste com relação a Saussure.

3.2 Saussure e Benveniste: a ultrapassagem

Neste momento, buscamos alguns estudos que abordam a relação Saussure/Benveniste. Primeiramente, trazemos o trabalho de Flores (2011)⁷⁰, no qual o autor delinea alguns efeitos que o pensamento de Saussure teve sobre a teoria da enunciação de Émile Benveniste. A partir de trechos de PLGI e II, Flores (2011, p. 16) afirma que “é possível identificar em Saussure elementos do que constitui a linguística que lhe é posterior. Isso o alça à condição de possibilidade da linguística que veio a se constituir”. Continuando, o autor declara que “Saussure é a condição de possibilidade de Benveniste”.

Citando Claudine Normand, o autor lembra que ela destaca cinco tipos de discurso sobre a relação Saussure/Benveniste: o da filiação, o da novidade, o da comparação, o da interdisciplinaridade e o da instituição universitária. Porém, Flores diz que “Normand não endossa nenhum dos discursos e se propõe a falar de ‘encontros’ [...]. Para Normand, Benveniste encontrou Saussure”. (2011, p. 16, grifo do autor).

Nas palavras da própria Claudine Normand⁷¹,

Benveniste encontrou Saussure naquilo que pôde conhecer de seus escritos; muitos linguistas, talvez todos, pelo menos na França, encontraram ambos em escritos que se tornaram mais que abundantes; textos, manuscritos, glosas e comentários. Mais do que referências, tratar-se-á de presenças: ambos se impuseram e se impõem ainda hoje para quem se interessa por linguagem. Cada um deles, mais do que revelar, levou os outros a pressentirem que algo essencial estava em jogo ali, naquilo que continua sem ser consensualmente nomeado: língua, discurso, comunicação... (2009, p. 198).

Mais adiante, Normand reflete sobre a possibilidade de um acordo profundo, no caso de ambos terem convivido, e conclui que isso seria improvável, pois Saussure e Benveniste tiveram vidas muito diferentes, com ideais diferentes. Concluído isso, volta à reflexão: “dessas diferenças impostas ou escolhidas Benveniste, evidentemente, não dirá nada; o encontro dos dois diz respeito somente à inteligência e ao amor, que lhes é comum, pela língua. Mas, sobre esse próprio objeto, é certo que eles teriam concordado?” (NORMAND, 2009, p. 201). Nesse momento, ela traz o exemplo do princípio da arbitrariedade do signo, que é contestado por Benveniste, lembrando que

⁷⁰ FLORES, Valdir do Nascimento. Saussure e Benveniste: da teoria do valor à teoria do *Homem na língua*. In: **Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos**. FERREIRA LIMA, Maria Auxiliadora. ALVES FILHO, Francisco. MENDES DA COSTA, Catarina de Sena Sirqueira. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13-30.

⁷¹ NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. In: **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 197 – 204.

Benveniste jamais modificou a crítica feita em 1939⁷² e conservada na compilação de 1966, ainda que todos os outros estudos sejam posteriores a 1945. A ligação, ele dizia, é arbitrária somente do ponto de vista de Sirius, entre a coisa e nome; entre o significante e o significado, ela é, ao contrário, “necessária” para todo locutor. (NORMAND, 2009, p. 201, grifo da autora).

Ao comentar o posicionamento de Benveniste, a autora o ratifica, dizendo que “forma e sentido estão intimamente ligados, um não anda sem o outro, mas essa ligação não pode ser inteiramente contingente e, se nos aplicamos em descrever atentamente as formas, descobrimos que é o sentido que dá ‘a razão’ de suas diferenças, até de suas anomalias”. (NORMAND, 2009, p. 202, grifo da autora). Não dizemos, com isso, que o pensamento de Benveniste tenha sido superior ao de Saussure. Como mencionado anteriormente, nas palavras de Flores, o pensamento de Saussure foi a condição que possibilitou o de Benveniste, declaração com a qual concordamos. O que queremos dizer aqui é que, desde que Saussure instituiu a linguística como ciência ao definir a *língua* como objeto de estudo e dissociá-la, por um gesto metodológico, da *fala*, nos deparamos com esses dois mundos, língua e fala, surgindo a necessidade de investigar como uma se torna a outra, ou seja, como o sistema abstrato se configura no uso concreto. Ora, Benveniste problematiza a visão dicotômica *língua/fala* que é atribuída a Saussure ao dizer que “Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à ‘fala’, o que não resolve nada; trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à ‘fala’” (PLGII, p. 66, grifos do autor). Em seguida, nesse mesmo trecho, o autor retoma:

Na realidade, o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização, nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa. É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições. (PLGII, p. 66-67).

Aqui, novamente, vê-se a distinção de Benveniste entre os dois domínios da língua, o semiótico e o semântico. Já passamos os olhos nessa distinção anteriormente. Voltemos, então, a falar sobre o estatuto desses termos no pensamento benvenistiano.

⁷² No capítulo *Natureza do signo linguístico* (1939), Benveniste argumenta que “[e]ntre o significante e o significado o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*. O conceito (‘significado’) ‘boi’ é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (‘significante’) *boi*. Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância” (PLGI, p. 55, grifos do autor). Em *A forma e o sentido na linguagem* (1966), o autor reforça seu ponto de vista ao dizer que “[o] significante [...] é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo”. (PLGII, p. 225).

Em *Semiologia da língua* (1969)⁷³, o autor compara várias vezes os dois domínios, por exemplo: “o semiótico designa o modo de significação que é próprio do SIGNO lingüístico e que o constitui como unidade [...]. Com o semântico, entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO [...]”; “o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda a referência [...]”; “o semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO”. (PLGII, p. 64-67, grifos do autor).

Nesta última passagem, Benveniste parece admitir uma equivalência entre as distinções *semiótico/semântico* e *signo/discurso*. Nesses termos, a dicotomia *signo/discurso* se aproxima muito daquela de Saussure, *língua/fala*. Mas, em que medida podemos compará-las? A diferença é tênue. Costa Silva⁷⁴ afirma que “em Benveniste, a dicotomia *língua/fala* aparece deslocada para a discussão *semiótico/semântico* no artigo ‘A forma e o sentido na linguagem’” (2012, p. 172, grifos da autora). Sendo assim, não se pode falar de equiparação de conceitos, mas de um *deslocamento* de sentido entre as dicotomias saussuriana e benvenistiana. Saussure não estudou a *fala*, o ato individual de realização da língua (esta última, por sua vez, parte social da linguagem). Por se preocupar em estabelecer um objeto de estudo para a linguística, ele se ateu ao sistema da língua, não mencionando a mudança de sentido que ocorre quando a língua se torna a fala. Segundo Saussure,

[o] estudo da linguagem comporta, portanto duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer a fala, inclusive a fonação e é psicofísica. (CLG, p. 27).

Como podemos notar, Saussure diz que a *língua é essencial* e a *fala, secundária*⁷⁵. Embora, à primeira vista, possa-se pensar que Saussure menosprezou a *fala*, a simples leitura do CLG trata de desfazer essa interpretação errônea, e nos faz entender que a *fala* não é

⁷³ BENVENISTE, Émile. *Semiologia da língua*. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 43-67.

⁷⁴ COSTA SILVA, Carmem Luci da. O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste. In: FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 167-191.

⁷⁵ Segundo Michel Arrivé (1999), Saussure não fez restrição à linguística da fala nem promoveu a hierarquização entre as duas linguísticas, alçando a linguística da língua a um lugar de destaque em relação à linguística da fala. Essa interpretação vem dos editores. Para comprovar sua afirmação, o autor cita uma passagem dos cadernos de Constantin que diz o seguinte: “Como dissemos, é o *estudo da língua* que perseguimos, quanto a nós. Dito isso, não se deve concluir que na lingüística da língua nunca se deva lançar um olhar sobre a lingüística da fala. Isso pode ser útil, mas é um empréstimo ao campo vizinho” (ENGLER, apud ARRIVÉ, 1999, p. 38). Arrivé conclui que, embora tenha se imposto a Saussure, naquele momento, o estudo da língua como mais imperioso para a linguística, ele “tem o cuidado de não excluir a fala da sua área”.

secundária por ser menos importante que a língua, mas, sim, que a linguística deveria, inicialmente, priorizar o estudo da *língua*. Basta ver como Saussure apresenta a relação *língua/fala* para entender que uma não acontece sem a outra. De acordo com Saussure,

esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. [...] Enfim, é a fala que faz evoluir a língua [...]. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (CLG, p. 27).

Comparando as duas partes dessa dicotomia, Saussure explica que “[a] língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (CLG, p. 27-28), enquanto que a fala compreende “a) combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações”.

Diante disso, o mestre conclui que,

[p]or todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo. [...] Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente. (CLG, p. 28).

Percebemos que Saussure não ignorou a *fala*, apenas precisou decidir qual seria o objeto primeiro da linguística. Precisamos admitir que foi uma decisão acertada, tendo em vista, atualmente, a quantidade de teorias que são necessárias para estudar a língua em ação, a *fala* de Saussure. Teria ele delimitado tão bem seu objeto se sua escolha fosse diferente? Teria a linguística tomado as proporções que tomou? São questões que ficarão sem resposta, porém, é justo que Saussure seja alvo menos de críticas do que de agradecimentos.

Voltando à discussão do par semiótico/semântico, no texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966)⁷⁶, Benveniste apresenta *forma* e *sentido* como ‘noções gêmeas’. São o significante e o significado do signo saussuriano, os dois lados da folha de papel, na metáfora do mestre. Noções que não se separam, embora, como afirma Benveniste, seja comum opor

⁷⁶ BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes, PLGII, p. 220-242.

uma a outra. Partindo da noção saussuriana de língua como sistema de signos, Benveniste adverte que,

[q]uando Saussure introduziu a idéia de signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser **outra coisa ao mesmo tempo**, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante. (PLGII, p. 224, grifo nosso).

Ora, dizendo que Saussure parece não ter percebido que a língua era outra coisa que não apenas a *fala*, concluímos que Benveniste se refere aí à dupla significância da língua, a do domínio semiótico e a do domínio semântico, de onde podemos concluir que a *fala*, assim como a definira Saussure, não se compara ao domínio semântico definido por Benveniste. A *fala* de Saussure é a realização vocal da língua, porém o domínio semântico de Benveniste não é apenas a utilização do aparato semiótico, é essa “outra coisa ao mesmo tempo” de que fala Benveniste. Vejamos.

Nas palavras de Benveniste,

tudo que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralingüístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue de outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. (PLGII, p. 227-228).

Sobre a significância do domínio semântico, pode-se dizer, de uma maneira ingênua, que se refere ao significado do signo no uso da língua. Mas, por que seria ingênuo dizer isso? Ora, porque, se, por um lado, podemos facilmente entender que *semântico* é o sentido que está na língua em uso, por outro lado, não podemos precisar com a mesma facilidade a totalidade de sentidos que um mesmo *signo*, unidade semiótica, pode ter quando se torna *palavra*, unidade semântica. De acordo com Benveniste, “enquanto o signo tem por parte integrante o significado que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (PLGII, p. 230), o que dá às palavras, enquanto materialização do signo, um sentido sempre particular.

Podemos afirmar que, como a *língua* e a *fala*, os domínios *semiótico* e *semântico* se implicam mutuamente. Assim como a *língua* é a parte social da linguagem, compartilhada pelos falantes, o *semiótico* é a base fixa do sentido, é o que faz com que possamos entrar no

domínio semântico, sem que esse se perca em uma liberdade absoluta que inviabilizaria a “intercompreensão”. Como na *fala* de Saussure, o domínio *semântico* é o terreno da individualidade, da idiossincrasia, da subjetividade. Também como a *fala*, que é a fonte que abastece a língua, o domínio semântico é o que deposita significância no domínio semiótico. Ora, se o *semiótico* deve ser apenas reconhecido, essa propriedade se deve ao fato de que, em algum momento, seus elementos já circularam pelo domínio *semântico*. É do semântico que se forma o semiótico, não o contrário.

Sobre questão similar, Saussure se pergunta: “[q]ual a origem dessa cristalização social? Qual das partes do circuito pode estar em causa? Pois é bem provável que todos não tomem parte nela de igual modo” (CLG, p. 21), ou seja, ele se pergunta como algo que é individual pode se tornar coletivo, uma vez que é provável que nenhum indivíduo esteja apropriado da língua na sua totalidade. Estamos frente a um paradoxo. Tentemos responder como uma mistura de coisas diferentes pode formar algo que seja um consenso. A resposta não é simples e serviria para explicar o funcionamento da linguagem na sociedade: a reunião de falas, todas individuais e diferentes entre si, que resultam em uma língua, que, na sua totalidade, é homogênea. Tal movimento é explicado por Saussure quando ele diz que,

[p]elo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos. [...] Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. (CLG, p. 21).

Além do que lemos no CLG, atualmente temos acesso a manuscritos de Saussure, dentre os quais encontramos a “Nota sobre o discurso”, de data ainda incerta e que reproduzimos a seguir:

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso*?

Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma lingüística), como *boeuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que operação, de que jogo que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão O DISCURSO?

A sequência dessas palavras, por rica que seja, pelas ideias que evoca, nunca indicará⁷⁷ a um indivíduo humano, que outro indivíduo, ao pronunciá-las, queira significar-lhe alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a ideia de que se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua? É uma questão igual à de saber o que é o *discurso*, sendo que, à primeira vista, a resposta é simples: o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos da forma lingüística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento. (SAUSSURE, 2004, p. 237, grifos do autor).

Essa nota aproxima de maneira muito peculiar as ideias de Saussure e Benveniste. Enquanto Saussure escreve que “a língua só é criada em vista do discurso”, Benveniste expõe algo muito similar ao dizer que “[é] no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura” (PLGI, p. 140). Além disso, nessa nota há trechos que podem ser associados à distinção semiótico/semântico. Barbisan (2013)⁷⁸, ao discutir a passagem do signo ao discurso, chama atenção para o fato de Saussure dizer que os conceitos estão *prontos* na língua e *esperam* ser postos em relação uns com os outros para que haja significação. Embora a autora não faça menção a Émile Benveniste⁷⁹, é possível reconhecer certa relação entre a ideia de conceitos prontos na língua que esperam ser relacionados entre si para produzir significação e a noção de domínio semiótico de Benveniste.

Há outros trechos nessa nota que podemos relacionar com conceitos benvenistianos. Quando Saussure declara que “o discurso consiste [...] em afirmar uma **ligação entre dois dos conceitos** que se apresentam revestidos da forma lingüística” (grifos nossos), podemos dizer que ele está aí no terreno do domínio semântico, pois menciona o *discurso* e a *ligação entre conceitos*, ou seja, a relação que faz surgir o sentido – relação que só é possível no discurso. Da mesma forma, reconhecemos o domínio semiótico novamente quando Saussure afirma que “a língua realiza, anteriormente, apenas **conceitos isolados**, que esperam ser **postos em relação entre si para que haja significação de pensamento**” (grifos nossos), ou seja, trata-se dos signos no domínio semiótico, que estão disponíveis para que o locutor os selecione e lhes dê sentido.

⁷⁷ Em *Escritos de Lingüística Geral*, consta: “indicará apenas”, que não corresponde ao texto em francês. Nesse trecho, utilizamos a tradução feita em BARBISAN, Leci Borges. Saussure e Benveniste; da teoria do valor à teoria da enunciação. In: LIMA, M. A. et al. (orgs.). **Colóquios lingüísticos e literários**. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 36.

⁷⁸ BARBISAN, Leci Borges. **Do signo ao discurso**: a complexa natureza da linguagem. In. : FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (orgs). Saussure: a invenção da lingüística. São Paulo: Contexto, 2013, p. 163-170.

⁷⁹ A autora faz relação entre as ideias de Ferdinand de Saussure e de as Oswald Ducrot em sua Teoria da Argumentação na Língua (BARBISAN, 2013).

Toda essa semelhança não significa que Benveniste tenha reproduzido Saussure. Ao contrário, é provável que ele nunca tenha tomado conhecimento da “Nota sobre o discurso”. O fato é que Benveniste foi um excelente leitor de Saussure, compreendendo a essência de seu pensamento e, por isso, avançando em seu próprio pensamento a partir do de Saussure, sem desconstruí-lo.

Como vimos, Saussure era consciente da complexidade dos fatos da linguagem, basta atentar para a pergunta que se faz ao escrever a nota: “O que é preciso para que tenhamos a ideia de que se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua?”. Porém, ainda que tenha explicado como da *fala* se forma a *língua*, e que tenha nos deixado indícios de suas preocupações com o *discurso*, não chegou efetivamente ao estudo da língua em uso, atendo-se, no que tange à significação, aos significados do signo no interior da língua. É aqui o ponto de separação entre Benveniste e Saussure. Para Benveniste, “é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua”. (PLGII, p. 67).

Retomando Claudine Normand (2009), é no estudo da significação que Benveniste se separa de Saussure. Segundo a autora,

ele nos diz que é somente questão de “ir além” no estudo da significação; de fato, pode-se pensar que ele vai para outro lugar: retorna a uma fenomenologia que um estruturalismo metodológico não tinha abarcado, dá abertura a descrições que integram os traços da subjetividade nos enunciados e sua presença ativa em toda a enunciação. Nunca abandonar a língua, em sua matéria significante, suas estruturas comuns, seu aparelho “semiótico”, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, a comunicação sempre situada, o “acontecimento evanescente” que é todo enunciado, analisar “o semântico”; essa era a aposta de Benveniste. (NORMAND, 2009, p. 202, grifos da autora).

Como se vê, Benveniste encontrou Saussure e se separou dele para ir além. Ao “conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva”, como diz Normand, não negou o *sistema*, mas não se ateu a ele. Manteve o aparato semiótico no estudo da significação, mas se voltou para o domínio semântico, instaurando a dupla significância da língua: os domínios semiótico e semântico.

3.3 Em busca da língua-discurso

Chegamos, finalmente, àquilo que é o tema deste capítulo: a *língua-discurso*. O DLE define o termo como “atividade do sujeito que coloca a língua em uso” (FLORES et al., 2009,

p. 151). Em nota, os autores explicam que “Émile Benveniste cria o termo língua-discurso para referir-se à relação do sistema de signos como propriedade coletiva, atualizado individualmente em uma situação própria de uso da língua” (FLORES et al., 2009, p. 151). A partir dessa definição, pode-se entender que a língua-discurso é a língua em uso. Nossa pergunta é: se é à língua em uso que Benveniste se refere, por que ele utilizou o termo *língua-discurso* e não *língua em uso*, *fala*, ou mesmo *discurso*? Por que criou um termo novo, composto, que parece não ser nem a língua, nem o discurso, mas antes uma junção dessas duas coisas? Não queremos nos opor à definição do DLE, apenas nos propomos, aqui, a buscar uma outra definição para o termo a partir de indícios deixados por Benveniste ao longo dos textos.

O termo *língua-discurso* assim grafado aparece uma única vez em PLG, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, no seguinte contexto:

Esses dois sistemas [semiótico e semântico] se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra. Em outros termos, é necessário traçar uma distinção no interior do domínio semântico entre a multiplicidade indefinida das frases possíveis, quer por sua diversidade quer por sua possibilidade de se determinarem umas pelas outras, e o número sempre limitado, não só de lexemas utilizados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre. Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e do outro. Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa. (PLGII, p. 233-234).

Atentemos para a primeira parte do trecho grifado: “[s]obre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada”. Como essa *semântica própria* é construída? Se o semiótico já tem seu sentido próprio, aquele dos signos, que nova semântica seria essa? A segunda parte do período destacado diz que essa semântica é “**produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo**”. Nossa leitura a partir dessa declaração de Benveniste é a de que, *através* da sintagmatização

das palavras, a língua-discurso constrói sua própria semântica. Isso significa dizer que cada locutor desenvolve sua *língua-discurso* através do uso da *língua-sistema*⁸⁰ ao longo de sua vida, sedimentando em seu semiótico as frações de valor dos signos que as palavras que passaram/passam pela sua vida carregavam/carregam⁸¹.

Além disso, o que também chamou a nossa atenção foi a observação feita por Benveniste de que devemos distinguir, *no interior do domínio semântico*, de um lado, “**a multiplicidade indefinida das frases possíveis**” e, de outro, “**o número sempre limitado, não só de lexemas utilizados como palavras, mas também dos tipos de esquemas sintáticos a que necessariamente a linguagem recorre**”. Sabemos que o semântico contém o semiótico, afinal, está sustentado por ele. Poderíamos, então, dizer que, quando entramos no domínio semântico, acessamos essa “multiplicidade indefinida de frases possíveis” – o semiótico –, e selecionamos o que julgamos necessário, ou seja, aquilo a que “necessariamente a linguagem recorre”, atualizando essa seleção no discurso. Aí está a distinção que se opera dentro do domínio semântico: de um lado, o que temos disponível para usar, de outro lado, o que efetivamente usamos. No entanto, nossa hipótese é que o semiótico que acessamos não é a *língua-sistema*, pois esta é social e muito dela nos foge. O que acessamos é a nossa língua-discurso, a nossa “multiplicidade indefinida de frases possíveis”, a parte da língua-sistema que já não nos escapa mais e sobre a qual temos relativo domínio. Com isso, queremos dizer que a língua-discurso é o semiótico particular⁸² de cada locutor, de cada um de nós.

Algumas reflexões de Benveniste nos levaram a essa conclusão a respeito da língua-discurso⁸³. O autor afirma que “[a] linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da **língua toda** designando-se como *eu*” (PLGI, p. 288, os grifos em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso). No texto *O aparelho formal da enunciação* (1970)⁸⁴, o autor explica que,

⁸⁰ A fim de distinguir melhor os termos *língua* e *língua-discurso*, neste trabalho usaremos a distinção *língua-sistema* e *língua-discurso*, entendendo língua-sistema como a *langue* saussuriana.

⁸¹ Não discutiremos o processo de formação da língua-discurso, que, acreditamos, pode se dar por diversas vias (através do discurso que ouvimos, que lemos, ou mesmo das nossas tentativas de uso das palavras no discurso).

⁸² A expressão “semiótico particular”, utilizada como sinônimo de língua-discurso, não pretende instaurar algo independente ou distinto do domínio semiótico nos termos em que Benveniste o toma. A língua-discurso está contida no domínio semiótico, porém, dada a impossibilidade de, como locutores, mobilizarmos o semiótico em sua totalidade, utilizamos o adjetivo “particular” para designar a parte do domínio semiótico à qual temos acesso efetivo.

⁸³ O debate sobre a *língua-discurso* inicia neste item, 3.3, porém, estende-se por todo o capítulo 4, no qual abordaremos, sempre que surgirem nos textos, os indícios deixados por Benveniste sobre esse aspecto.

⁸⁴ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas: Pontes, PLGII, p. 81 – 90.

[e]nquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. **O locutor se apropria do aparelho formal da língua** e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (PLGII, p. 84, grifo nosso).

Esses dois trechos demonstram que, no uso, a língua toda é subjetiva, ou seja, fica inteiramente submetida ao uso que o locutor faz dela. Não dizemos, com isso, que podemos, enquanto locutores, fazer o que quisermos com ela, pois isso nos levaria a não sermos compreendidos uns pelos outros. O que assegura a comunicação humana é, justamente, esse conhecimento compartilhado tacitamente, essa “pré-língua”⁸⁵ que é o domínio semiótico. Porém o que é essa **língua toda** de que o locutor se **apropria**? É a *langue* de Saussure? Voltamos a ele, quando diz que nenhum indivíduo tem domínio sobre a língua em sua totalidade: “é bem provável que todos não tomem parte nela de igual modo” (CLG, p. 21). Ora, como falantes de uma determinada língua, somos proficientes em grande parte dela, porém, não temos domínio sobre sua totalidade. Ainda que sejamos capazes de reconhecer certas palavras como pertencentes a nossa língua (porque o semiótico nos permite que as reconheçamos), muitas vezes não nos apropriamos dessas palavras o suficiente para que possamos empregá-las no nosso discurso. Dessa forma, o que significa dizer que, ao entrarmos na condição de locutor, assumimos a língua toda? Nossa hipótese é de que é a *língua-discurso* que assumimos, ou seja, a parte da língua-sistema à qual cada locutor tem acesso efetivo.

Atentemos para o que diz Benveniste neste trecho:

todo homem inventa sua língua e a inventa **durante toda sua vida**. E todos os homens inventam **sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva**, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. (PLGII, p. 18, grifo nosso).

Embora o autor empregue o termo *língua-discurso* somente uma vez nos textos de PLGI e II, temos aqui um exemplo que ratifica o nosso conceito desse termo. Quando Benveniste diz que “todo homem inventa sua língua”, não é à língua-sistema que ele se refere. Ora, sabemos que a *língua*, no sentido saussuriano, não é inventada, mas sim depositada em nós como um tesouro social, no qual não podemos interferir diretamente⁸⁶. Da mesma forma,

⁸⁵ Giorgio Agamben (2008) utiliza a expressão “língua pré-babélica” para se referir ao domínio semiótico.

⁸⁶ Trata-se das condições de *mutabilidade* e *imutabilidade* do signo. Os organizadores do CLG muito bem explicam essa condição da língua quando esclarecem que, para Saussure, “a língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la”. (CLG, p. 89).

não é à *fala* de Saussure que Benveniste se refere quando diz que “dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção”. Sendo a fala a realização vocal da língua, teríamos, todos os dias, um ‘bom dia’ sendo proferido. E se tivéssemos que analisar, analisaríamos sempre o mesmo enunciado: ‘bom dia’. O que Benveniste quer dizer com isso? Seria a *língua-discurso* essa assunção da língua que cada locutor faz ao se propor como sujeito? Somente dessa forma é possível entender que a enunciação é única, somente sendo o discurso a sua realização, por meio da *língua-discurso* que é assumida por cada um que se proponha como sujeito.

Em seguida, Benveniste dá outro exemplo que nos permite ilustrar nossa proposição. Ele diz que

[c]ada locutor fabrica sua língua, como ele a fabrica? Esta é uma pergunta essencial, já que ela domina o problema da aquisição da linguagem. Quando a criança conseguir dizer uma vez: “a sopa está muito quente” ela saberá dizer: “a sopa não está quente o suficiente”, ou ainda “o leite está muito quente”. Ela conseguirá construir assim frases em que utilizará, em parte, estruturas dadas mas renovando-as, preenchendo-as de objetos novos e assim por diante. (PLGII, p. 19, grifos do autor).

Nesse caso, sem a intenção de discutir o processo de aquisição da linguagem, entendemos que, quando Benveniste diz que “**cada locutor fabrica sua língua**”, ele se refere ao processo de formação da *língua-discurso* que cada locutor desenvolve e que é a parte da língua-sistema a qual ele tem acesso. No caso da criança, as frases citadas por Benveniste fazem parte de sua *língua-discurso*, que começa a se formar. Pensamos que é a isso que Benveniste se refere quando afirma que, ao se enunciar, o locutor assume a *língua inteira* (PLGI e II), caso contrário, teríamos de admitir uma contradição entre ele e Saussure, o que sabemos ser improvável. Nenhum indivíduo tem domínio sobre a totalidade da língua, tomando-a nos termos saussurianos. Todavia, toda a língua que está disponível para cada um de nós é nossa possibilidade de fala, é nossa *língua-discurso*, individual.

Outro trecho que podemos trazer para a discussão é aquele em que Benveniste afirma que nós “[p]ensamos em um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou” (PLGI, p. 7). Acreditamos, novamente, que é da *língua-discurso* que o autor fala aqui, e não da língua-sistema, pois, se *pensamos*, essa língua já se encontra empregada no nível semântico. Além disso, Benveniste traz a língua como propriedade do locutor ao utilizar o pronome “nossa”. Essa citação traz a reflexão da língua não apenas como constitutiva do sujeito, mas como fator primordial para sua relação com o mundo, esse universo modelado pela língua. Mais adiante, Benveniste afirma que

a língua empírica é resultado de um processo de simbolização em muitos níveis [...]; o “dado” lingüístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro [...]: é, já, um complexo cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva. (PLGI, p. 13, grifo do autor).

A partir disso, entendemos que, para Benveniste, o *discurso* é já atravessado por uma série de elementos. Entre a língua-sistema e o discurso é que se situa a nossa concepção de língua-discurso, que é já investida do(s) discurso(s) a que foi submetido o locutor ao longo de sua vida. Certamente, a língua de que cada indivíduo dispõe não é fielmente a *langue* de Saussure. O tesouro pode ser depositado em cada um de nós, mas o conhecimento que cada um tem sobre esse tesouro é único, o que faz o seu uso ser único também.

A maneira única como cada locutor manifesta sua língua-discurso é nosso foco no próximo capítulo, em que discutiremos detalhadamente as ocorrências do termo discurso na obra de Benveniste. Para isso, traçamos um percurso de leitura, ou seja, estabelecemos um encaminhamento metodológico, que nos serve de guia nessa empreitada. O próximo capítulo é, assim, composto pelo percurso de leitura e pela análise efetiva da teoria, com foco no discurso.

4 DISCURSO: DO CONCEITO À VIDA DO HOMEM

Até aqui, apresentamos conceitos como *língua* e *fala*, de Saussure, *semiótico* e *semântico*, de Benveniste, e tentamos relacionar esses conceitos a fim de verificar como se deu a ultrapassagem de Saussure por Benveniste. Esse olhar possibilitou derivarmos uma possível definição para o termo *língua-discurso*, que aparece sutilmente na obra de Benveniste, mas que, em nossa opinião, é de extrema importância para o entendimento do processo de apropriação da língua pelo locutor, através do qual ele a transforma em discurso.

A partir do caminho trilhado, acreditamos que podemos situar a *língua-discurso* num lugar que seja posterior ao da *língua* de Saussure e anterior ao da *fala*. Também acreditamos ser coerente o deslocamento do par *língua/fala* para o par *língua-discurso/discurso*⁸⁷. Esse conceito nos será útil no desenvolvimento do presente capítulo, no qual analisaremos, especificamente, o termo *discurso* em diversos textos de Émile Benveniste. A escolha desses textos seguiu um critério, que expomos a seguir.

4.1 Do percurso de leitura

Aceitar o desafio de definir um termo é algo delicado quando se trata de Benveniste. Porém, se é delicado, é, ao mesmo tempo, necessário. Temos, nele, uma teoria rica e complexa, o que torna impossível apreender seu pensamento na primeira (segunda, terceira?) leitura. Por outro lado, é também quase impossível abandonar a tentativa de apreensão após a primeira (segunda, terceira!) leitura. Em outras palavras, ler Benveniste pode ser cruel e maravilhoso – ao mesmo tempo.

Aqueles que se aventuram a estudá-lo encontram pelo caminho algumas lacunas que precisam ser preenchidas, daí a necessidade de aceitar o desafio da busca por definições. Claudine Normand⁸⁸, em uma bela analogia, consegue descrever muito bem a tarefa de ler Benveniste, quando compara seu leitor a um

⁸⁷ Os pares *língua/fala* e *língua-discurso/discurso* não são equivalentes. A aproximação entre ambos está em ser a língua a possibilidade de fala (no universo da massa falante), e a língua-discurso a possibilidade de discurso, (no universo do locutor).

⁸⁸ NORMAND, Claudine. Leituras de Émile Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, PUCRS, Volume 44, janeiro/março de 2009, p. 12-19.

praticante de *trekking*⁸⁹ que descarta tanto o passeio quanto a aventura para propor uma caminhada por etapas, em outras palavras, uma operação séria, que supõe leitura de mapas e identificação de balizas, o que não exclui nem o prazer da descoberta, nem a possibilidade de variantes. (NORMAND, 2009, p. 12).

Aqueles que estudam Benveniste certamente já realizaram diversas leituras de seus textos. Porém, cada novo ponto de vista, cada foco diferente, precisa de repetidas e novas leituras – e não poderia ser diferente, já que a leitura é um ato enunciativo e, como tal, sempre novo. Ao dizer ‘repetidas’ leituras, não nos referimos literalmente à repetição, mas à quantidade de vezes que os textos precisam ser lidos. Quem lê Benveniste está acostumado a encontrar, a cada leitura, algo novo, algo que sempre esteve ali, mas que precisava ser descoberto.

Dessa forma, neste momento, buscamos firmar a nossa “caminhada por etapas”, a fim de orientar essa pesquisa no seio na teoria benvenistiana, definindo balizas demarcadoras que nos lembrem, a cada instante, por onde – e até onde – devemos ir, com o objetivo de descobrir o *discurso* como objeto de estudo de Émile Benveniste. Para isso, é necessária uma escolha criteriosa dos textos a serem analisados, a fim de que o foco se mantenha, ou seja, precisamos definir um *corpus*.

Primeiramente, acreditamos ser necessário e útil trazer as notas que o professor Valdir do Nascimento Flores⁹⁰ propõe para a leitura de Benveniste. Flores (2012) enumera as dificuldades que encontrou em sua leitura da obra de Benveniste ao longo de mais de vinte anos de estudo. São elas: 1) a necessidade de instaurar um ponto de vista de leitura; 2) ter em mente que a teoria de Benveniste não é um modelo acabado; 3) não ler na sincronia o que foi produzido em uma diacronia; 4) reconhecer que há flutuação conceitual; 5) saber que há homonímia terminológica; 6) saber que há sinonímia terminológica e 7) considerar um *a priori* unificador da teoria.

No primeiro ponto, Flores (2012, p. 151-152) explica que “a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligados entre si através de relações hierárquicas – hiperonímicas e/ou hiponímicas –, paralelas, transversais, entre outras”, ou seja, “é difícil, nessa teoria, estudar um elemento isolado de outro”. Concluindo esse ponto, o autor diz que “a teoria de Benveniste é refratária

⁸⁹ “*Trekking* é uma palavra de origem sul-africana que significa seguir um trilho ou o chamado percurso pedestre e fazê-lo a pé”. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Trekking>>. Acesso em 21/01/14.

⁹⁰ FLORES, Valdir do Nascimento. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, Marlene. FLORES, Valdir do Nascimento (orgs). **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 149-165.

a leituras lineares” (FLORES, 2012, p. 152). Isso equivale a dizer que, ao buscar uma definição para *discurso* em Benveniste, não podemos deixar de lado outros conceitos que são fundamentais para se chegar a essa – possível – definição; de fato, a leitura prévia dos PLGI e II já nos permitiu encontrar relações múltiplas entre o conceito de discurso e outros conceitos, como de intersubjetividade, língua, língua-discurso, domínio semântico etc.

Considerando o exposto no primeiro ponto, é preciso, também, considerar o segundo: a teoria benvenistiana não é um modelo acabado, mas é, antes, “uma dedução feita *a posteriori* pelos leitores dos artigos que estão reunidos em *PLG I e PLG II*” (FLORES, 2012, p. 153, grifos do autor). Por não ser um modelo acabado, Flores recomenda que se trabalhe com ‘momentos’ da teoria, explicando que “o recurso a cada um desses momentos apresenta possibilidades distintas de fazer teoria e análise da linguagem e da língua” (FLORES, 2012, p. 155). Se Benveniste, ainda que seja conhecido por sua *teoria da enunciação*, não teve como objetivo a construção de uma teoria, terá ele se preocupado em teorizar sobre o *discurso*, especificamente? Ou suas reflexões acerca desse assunto apenas fazem parte de um pensamento inquieto sobre tudo o que se referia à linguagem humana? Sem nos preocuparmos em descobrir seus motivos, centralizamos nossa pesquisa no(s) momento(s) das formulações de Benveniste sobre o *discurso*.

Os pontos três, quatro, cinco e seis dizem respeito ao cuidado que se deve ter ao abordar conceitos benvenistianos, sob pena de cometermos equívocos na compreensão da teoria. Esses pontos são resumidos na seguinte passagem: “entre um texto e outro, embora, às vezes, Benveniste utilize o mesmo termo [...], não é o mesmo conceito que está sendo colocado em operação. E o contrário também pode ocorrer: o mesmo conceito recebe diferentes denominações em textos diferentes” (FLORES, 2012, p. 155). Esses apontamentos são procedentes, pois, na leitura prévia dos PLGI e II, encontramos diferentes acepções para a palavra *discurso*, o que comprova que há homonímia (a leitura mais atenta busca verificar se a sinonímia também acontece). Essa situação remete, novamente, ao primeiro ponto: os PLG precisam ser lidos como uma complexa rede de termos. Essa condição deve ser lembrada sempre, caso contrário, corre-se o risco do mal-entendido ou da confusão total.

O sétimo e último ponto elencado pelo autor traz uma advertência: “as observações anteriores não devem levar a crer que não existem recorrências no pensamento benvenistiano” (FLORES, 2012, p. 163). A partir dessas recorrências, Flores define “a tese central da teoria enunciativa de Benveniste: o homem está na língua” (FLORES, 2012, p. 163). Quando se lê Benveniste, é impossível não encontrar passagens reforçando que o homem está na língua, que a linguagem está na natureza do homem, que a linguagem é a condição para que o homem

se constitua como sujeito. Dessa forma, ainda que não defina uma metodologia de análise, Benveniste evidencia um posicionamento frente à linguagem. Posicionamento único e firme, que não devemos nunca perder de vista quando as dificuldades que a falta de uma metodologia específica e delimitada impõem como obstáculos quando lidamos com a sua Teoria da Enunciação.

Asseguradas essas sete condições para a leitura de Benveniste, voltamos à Claudine Normand, que também considera a necessidade de instaurar um ponto de vista de leitura. A autora (NORMAND, 2009, p. 13) destaca, de maneira esquemática, três tipos de leitura da obra de Benveniste: 1^a) a leitura comparatista, que “privilegia os estudos indo-europeus” e trata-se “de uma leitura de filólogos e de linguistas das línguas clássicas”; 2^a) a leitura “estruturalista”, “dos novos [...] linguistas dos anos 70”. Nesse caso, Normand (2009, p. 13, grifos da autora) explica que têm privilégio “os artigos em que Benveniste apresenta autores considerados ‘fundadores’ (Saussure, Bloomfield, Harris...), noções ‘fundamentais’ (signo, estrutura, níveis...) e sínteses sobre os desenvolvimentos [então] recentes da linguística”. A autora explica que são textos gerais, “de alguma forma artigos de vulgarização ou pelo menos que visam uma informação inicial” sobre o estruturalismo, mas inclui, nessa leitura, dois textos não introdutórios, e, sim, bastante profundos: *A natureza do signo lingüístico* (1939) e *Os níveis da análise lingüística* (1964) (NORMAND, 2009). Finalmente, 3^a) a leitura da “teoria da enunciação”, associada aos temas *A comunicação* e *O homem na língua*. Normand (2009) salienta que esse terceiro tipo de leitura da obra benvenistiana só teve início a partir de 1970, porém, desde então, é, dos três tipos de leitura, o que predomina, sendo, em muitos casos, não só predominante, mas quase exclusivo.

A partir dessas considerações, demarcamos nosso itinerário de leitura – ou *corpus* – com foco no termo *discurso*. Embora com finalidades diferentes da que temos agora, já realizamos leituras aprofundadas de alguns textos benvenistianos, o que, de certa forma, facilita a escolha do *corpus* atual. Além disso, realizamos a leitura integral de PLGI e II em busca das ocorrências da palavra *discurso*, fazendo uma distinção prévia entre usos do termo que consideramos teóricos e os que consideramos não teóricos⁹¹. Dessa busca, resultou uma

⁹¹ Tomamos emprestada a distinção de Gabriela Barboza (2013, p. 97-98), que define, com base em Normand (1996) e Ono (2007), o uso teórico de um termo como “o uso relacionado ao campo conceitual da Enunciação, ao metalingüístico; e não teórico o que está ligado ao emprego comum das palavras”. Aproveitamos para esclarecer que não abordamos, neste estudo, os usos não teóricos da palavra *discurso* em PLGI e II. Nossa análise dos textos do *corpus* está focada nos usos teóricos do termo.

espécie de mapeamento das 215 ocorrências da palavra⁹², muito recorrente em alguns textos e, em outros, nem mesmo mencionada.

Consideramos que há diferentes movimentos de leitura que podem – e devem – ser feitos. Um deles foi a leitura integral da obra para levantamento das ocorrências do termo, que foi uma leitura um tanto superficial. O segundo movimento, que também envolveu a leitura integral, levou em consideração as notas enumeradas por Flores (2012), que pressupõem uma leitura em rede, mais atenta, com o foco mais ajustado ao nosso objetivo. Nesse segundo movimento de leitura, muitos textos foram excluídos do *corpus* da pesquisa, dentre eles, até mesmo alguns que mencionavam a palavra *discurso*, porém com um claro uso não teórico.

Por fim, chegamos à demarcação do *corpus* para o terceiro movimento de leitura, ou seja, a leitura aprofundada em torno do conceito de *discurso* em Benveniste, a fim de elaborar uma espécie de análise do termo. O terceiro movimento busca verificar como se apresenta o axioma de Benveniste – o homem está na língua – no *corpus* selecionado. Assim, para a realização desse terceiro movimento de leitura, foram selecionados os seguintes textos:

Em Problemas de Lingüística Geral I:

- 1) *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956 – A comunicação);
- 2) *A natureza dos pronomes* (1956 – O homem na língua);
- 3) *Da subjetividade na linguagem* (1958 – O homem na língua);
- 4) *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963 – Transformações da lingüística);
- 5) *Os níveis da análise lingüística* (1964 – Estruturas e análises);

Em Problemas de Lingüística Geral II:

- 6) *A linguagem e a experiência humana* (1965 – A comunicação);
- 7) *A forma e o sentido na linguagem* (1966 – O homem na língua);
- 8) *Semiologia da língua* (1969 – A comunicação);
- 9) *O aparelho formal da enunciação* (1970 – A comunicação).

Como se percebe, alguns textos fogem dos temas *A comunicação* e *O homem na língua*, dentro dos quais se dá, de acordo com Normand (2009), a discussão do que se chamou “teoria da enunciação”. Da mesma forma, não são todos os textos dentro desses temas que se dedicam ao tratamento do discurso, o que nos leva a acreditar em uma distinção entre

⁹² Para essa contagem, consideramos as ocorrências da palavra “discurso” (tanto no singular, quanto no plural) apenas quando utilizada por Benveniste, excluindo os casos em que é citada por outrem. Salientamos que essas ocorrências foram contabilizadas manualmente, portanto, assumimos a responsabilidade no caso de esse número não estar correto. Quanto à quantidade de ocorrências em cada texto, ver APÊNDICE A.

enunciação e *discurso* que merece atenção. Além da problematização sobre o *discurso*, essa distinção entre os conceitos de *enunciação* e *discurso* é um dos objetivos da pesquisa e será estudada a partir do *corpus* selecionado. No item seguinte, trazemos, finalmente, o resultado do terceiro movimento de leitura: a discussão acerca de cada texto do *corpus*.

4.2 Da busca pela definição

Esse é o momento em que nos debruçamos sobre cada um dos nove textos selecionados, listados no item anterior. A discussão acerca de cada texto procura abordar especificamente os momentos em que Benveniste discorre sobre o discurso, no entanto, outros aspectos do pensamento benvenistiano são, inevitavelmente, convocados a fazerem parte das nossas discussões, como as relações entre linguagem e pensamento, linguagem e realidade, linguagem e sociedade etc. Para fins de organização, optamos por ordenar os títulos cronologicamente (considerando o ano da publicação original de cada um) – que não é necessariamente a ordem em que aparecem publicados após serem compilados em PLGI e II. Em cada texto, recortamos trechos que julgamos relevantes para a problematização que nos interessa no momento, estendendo o recorte até onde foi necessário para que o contexto fosse identificado, sem que precisássemos trazer cada artigo integralmente. Passemos, então, à leitura e análise dos textos.

4.2.1 Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana

O artigo “*Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*”⁹³ é o sétimo capítulo de PLGI. Integra a Segunda parte – *A comunicação* –, e foi publicado originalmente em 1956. Esse texto traz uma interessante discussão acerca da importância da linguagem para a psicanálise. Sem entrarmos em discussão sobre a psicanálise propriamente dita, vejamos o que Benveniste diz que nos permite tecer alguns comentários sobre o discurso⁹⁴:

[...] o analista opera sobre **o que o sujeito lhe diz**. Considera-o nos **discursos que este lhe dirige**, examina-o no seu comportamento locutório, “fabulador”, e **através desses discursos** se configura lentamente para ele **outro discurso** que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente. Da descoberta desse complexo depende o sucesso da cura,

⁹³ BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 81-94.

⁹⁴ Esse artigo possui 19 ocorrências da palavra discurso(s).

que testemunha, por sua vez, que a indução estava correta. Assim, do paciente ao analista e do analista ao paciente o processo inteiro opera-se **por intermédio da linguagem**. (PLGI, p. 82, o grifo entre aspas é do autor, os grifos em negrito são nossos).

Nesta passagem, Benveniste claramente se refere ao discurso como *aquilo que o sujeito diz* e que *dirige ao seu interlocutor*. Há uma segunda acepção de discurso neste trecho, que é o discurso como “complexo sepultado no inconsciente”. Noutra momento, mais ao final do artigo, Benveniste traz novamente essa concepção de discurso, sob a designação de “simbólica do inconsciente”: “[a] continuarmos essa comparação, tomaríamos o caminho de fecundas comparações entre a simbólica do inconsciente e certos processos típicos da subjetividade manifestada no discurso” (PLGI, p. 93). Benveniste ressalta aqui a questão que, para o analista, não cabe conferir o que o paciente diz em uma suposta realidade, fora do discurso. Destaca também que, embora parta do discurso que o paciente lhe dirige, orienta sua “escuta” a um outro discurso, que, devido ao recalçamento, não consegue passar para a consciência (MOUSSEAU; MOREAU, 1984). Ainda assim, esse processo só é possível através daquilo que o paciente *verbaliza* ao analista através do discurso:

[...] os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no – e pelo – “discurso”, que lhes confere a autenticidade da experiência, sem consideração da sua realidade histórica, e mesmo (é preciso dizer: sobretudo) que o discurso evite, transponha ou invente a biografia que o sujeito se atribui. [...] A dimensão constitutiva dessa biografia consiste no fato de **ser verbalizada** e, assim, assumida por aquele que fala de si mesmo; a sua expressão é a da linguagem; a relação do analista ao sujeito, a do diálogo. (PLGI, p. 83, o grifo entre aspas é do autor, os grifos em negrito são nossos).

Em seguida, ao tentar delimitar as modalidades da linguagem envolvidas no processo de psicanálise, Benveniste nos oferece um texto rico em reflexões:

Em primeira instância, encontramos **o universo da palavra que é o da subjetividade**. Ao longo das análises freudianas, percebe-se que o sujeito se serve **da palavra e do discurso** para “representar-se” a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o “outro” a comprovar. O seu discurso é apelo e recurso, solicitação às vezes veemente ao outro, através do discurso, onde se coloca desesperadamente, recurso com frequência mentiroso ao outro para individualizar-se aos próprios olhos. Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser, e finalmente se historiza nessa história incompleta ou falsificada. A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa **expressão da subjetividade iminente e evasiva** que constitui a condição do diálogo. A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro

e se faz reconhecer por ele. Ora, **a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal.** A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. Há, pois, antinomia no sujeito entre o discurso e a língua. (PLGI, p. 84, os grifos entre aspas são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Vejam os atentamente esse trecho. Benveniste diz que o universo da palavra é o da subjetividade. Já comentamos, anteriormente, o trecho em que ele diz que a subjetividade é manifestada através do discurso. A palavra está contida no discurso, assim como a subjetividade. Em seguida, o autor diz que “o sujeito se serve **da palavra e do discurso** para ‘representar-se’ a si mesmo”. Entendemos aqui *palavra* e *discurso* como modalidades da linguagem, pois é disso que Benveniste está tratando. Podemos também falar em etapas, ou instâncias, de apropriação da linguagem pelo locutor, em que ele se serve primeiramente da palavra, para, a partir dela, formar o seu discurso – que é, nesse texto, a linguagem utilizada como palavra e convertida na expressão “imminente e evasiva” da subjetividade.

Ainda nesse trecho, encontramos embasamento para nosso conceito de *língua-discurso* – discutido no capítulo anterior – quando Benveniste diz que a “língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal”. Ora, entendemos com isso que é através da palavra que a língua-sistema da massa falante passa a ser língua-discurso do locutor, porém, não apenas pela palavra dita por ele, mas pela palavra a que ele é exposto no decorrer da vida. Noutros termos, são os discursos em que o locutor *se envolve* que depositam valor em sua língua-discurso. Daí Benveniste dizer que há antinomia entre o discurso e a língua no sujeito, pois, por meio de algo que é socializado, geral, desprovido de subjetividade – a língua (designada aí como linguagem) –, surge algo novo e cada vez único – o discurso. Esse processo fica mais evidente quando Benveniste explica que,

ao dizermos que a linguagem é simbólica, enunciamos ainda apenas a sua propriedade mais manifesta⁹⁵. É preciso acrescentar que a linguagem se realiza necessariamente numa língua, e então surge uma diferença, que define para o homem o simbolismo lingüístico: **consiste em que ela é aprendida, é coextensiva à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se.** Segue-se que os principais desses símbolos e a sua sintaxe **não se separam**, para ele, das

⁹⁵ A linguagem é simbólica, pois é o meio pelo qual o homem é capaz de simbolizar a realidade para reproduzi-la a um interlocutor, que, da mesma forma, receberá a realidade por meio de sua capacidade de simbolizar através da linguagem. Voltaremos a esta discussão posteriormente.

coisas e da experiência que delas adquire; deve **tornar-se o seu senhor** à medida que as descobre como realidades. (PLGI, p. 92, o grifo em itálico é do autor, os grifos em negrito são nossos).

Ao dizer que a linguagem é simbólica, o autor enfatiza que ela se realiza sempre numa língua. Essa língua, segundo ele, é aprendida pelo homem e toma a extensão da sua aquisição de conhecimento de mundo, o que faz dessa língua (tornada em língua-discurso) o elo entre o homem e o mundo que ele conheceu. Esse aspecto reafirma a posição de Benveniste trazida no capítulo anterior, de que “[p]ensamos em um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou” (PLGI, p. 7), e reforça a nossa ideia de que a língua-discurso é particular, única em cada locutor, e que é ela quem fornece a possibilidade de expressão da subjetividade. Passemos, agora, ao segundo texto de nossa seleção.

4.2.2 A natureza dos pronomes

A natureza dos pronomes é o vigésimo capítulo de PLGI e foi publicado originalmente em 1956⁹⁶. Esse artigo compõe a conhecida Quinta parte de PLG: *O homem na língua*. Abordamos alguns aspectos desse texto anteriormente, no segundo capítulo, quando falamos sobre os principais conceitos benvenistianos. Em *A natureza dos pronomes*, Benveniste problematiza a relação entre os pronomes chamados pessoais e a instanciação do homem na linguagem. Essencialmente por abordar a categoria de palavras que instaura o homem na língua e faz emergir o sujeito através do discurso é que esse texto nos interessa. Vejamos, então, o que ele tem a nos dizer.

Ao falar sobre a especificidade dos pronomes pessoais, Benveniste explica que “[u]ns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor (PLGI, p. 277, grifo do autor). Esta é a primeira vez que o autor utiliza a expressão *instância(s) de discurso*, que foi mencionada no segundo capítulo deste trabalho e será bastante importante no decorrer das nossas formulações. A definição citada acima é também apresentada pelo DLE, de acordo com o qual a instância de discurso é o “ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor”. Em nota, os autores do dicionário explicam que “[a] expressão instância de discurso quase sempre se faz acompanhar, nos textos de Benveniste, da palavra enunciação e as duas noções são definidas, muitas vezes, de maneira muito próxima”. (FLORES et al., 2009, p. 142).

⁹⁶ Esse artigo possui 34 ocorrências da palavra discurso(s).

Ao iniciar a problematização dos pronomes pessoais, Benveniste explica que a noção de pessoa “é própria somente de *eu/tu* e falta em *ele*” (PLGI, p. 278), atribuindo a este último o status de *não-pessoa*. Assim, o pronome *ele* designa uma realidade objetiva, enquanto *eu* e *tu* se referem à “realidade do discurso” e são intersubjetivos:

[*e*] *eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. [...] É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. [...] A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*”. Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*”. Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria de linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. (PLGI, p. 278-279, grifos do autor).

Como é possível notar, o pronome *eu* não designa objeto algum fora da realidade do discurso, sendo na instância de discurso que o contém, e apenas aí, que ele pode ser identificado e tornado válido. Com isso, podemos afirmar que é a instância de discurso que garante valor ao *eu*. No entanto, a relação entre a instância de discurso e os pronomes pessoais é de instauração mútua, as duas categorias são interdependentes, uma não existindo fora da outra: *eu* e *tu* não têm valor fora da instância de discurso que os contêm, que, por sua vez, não passará de mera virtualidade se não for instituída por um *eu*, sendo o espaço e o tempo dessa instância de discurso os limites do *aqui* e do *agora*. Daí a diferença entre *eu/tu* e *ele*: enquanto o *eu* institui o *tu* por meio de alocução e refere-se somente e sempre a si mesmo, a “terceira pessoa” (ou a *não-pessoa*) *ele* permite construir um discurso que, embora individual, remeta a uma situação objetiva, pois possibilita instâncias que “predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância [...]” (PLGI, p. 282). Para isso, de acordo com Benveniste,

[...] o que é preciso considerar como distintiva da “terceira pessoa” é a propriedade 1° de se combinar com qualquer referência de objeto; 2° de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3° de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4° de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc. (PLGI, p. 283, grifos do autor).

Continuando a discussão sobre as peculiaridades dos pronomes pessoais, Benveniste afirma que a importância da função das formas pronominais

se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. [...] O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito”. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra. (PLGI, p. 280-281, grifos do autor).

Esse excerto permite-nos chegar a algumas conclusões: a) a comunicação intersubjetiva só é possível devido à função das formas *eu* e *tu*; b) o discurso de um locutor é organizado em instâncias de discurso, ou seja, momentos em que ele se *instancia* no discurso, apropriando-se da forma *eu*; c) as formas pronominais *eu* e *tu* são responsáveis por converter a linguagem (entenda-se, nesse caso, língua-discurso) em discurso. Além disso, sobre o pronome *eu*, Benveniste realça que este está

ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a **linguagem inteira**. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa **diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo**. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que **define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor**. (PLGI, p. 281, os grifos em itálico são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Vemos que Benveniste salienta que, quando se fala da *língua inteira*, é preciso ter em mente que essa língua, quando assumida por um locutor, é profundamente diferente daquilo que temos chamado de língua-sistema. Existe uma “construção lingüística particular” *a priori*, da qual o locutor se serve para se propor como sujeito e que o define até mesmo como indivíduo. Essa construção lingüística é o que vimos chamando de língua-discurso.

Para encerrarmos a discussão sobre *A natureza dos pronomes*, faremos uso da mesma conclusão de Émile Benveniste, que julgamos irretocável (após, passamos à análise do próximo artigo de nossa seleção – *Da subjetividade na linguagem*):

Uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva assim a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes e, em consequência, a distinguir, de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios. (PLGI, p. 283).

4.2.3 Da subjetividade na linguagem

Da subjetividade na linguagem é o capítulo 21 de PLGI, também integrante da Quinta parte – *O homem na língua* – e foi publicado originalmente em 1958⁹⁷. Esse texto traz a famosa declaração de Benveniste: “a linguagem está na natureza do homem” (PLGI, p. 285), e nos interessa saber como essa propriedade da condição de ser humano passa a ser constitutiva da condição de ser sujeito.

Inicialmente, ao problematizar o estatuto da linguagem como instrumento de comunicação, Benveniste explica que esse estatuto pode dever-se ao fato de a linguagem apresentar “disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a transmitir-lhe o que lhe confio – uma ordem, uma pergunta, um anúncio – e provoca no interlocutor um comportamento cada vez adequado” (PLGI, p. 284). Em seguida, o autor questiona-se:

[s]erá realmente da linguagem que se fala aqui? Não a estamos confundindo com o discurso? Se propomos o discurso como a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros –, fazemos aparecer sob a confusão uma petição de princípio, uma vez que a natureza desse “instrumento” se explica pela sua situação como “instrumento”. [...] Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. (PLGI, p. 284-285, grifos do autor).

De fato, os três aspectos que levam a tomar a linguagem como instrumento mencionados por Benveniste – dar um ordem, fazer uma pergunta ou anunciar algo – são nada menos que as três grandes funções do discurso, elencadas por ele em outros textos⁹⁸. Ainda, no excerto acima, entendemos o discurso, este sim, como instrumento, e não a linguagem. Mas, se a linguagem não pode ser tomada como instrumento, pois não foi fabricada pelo homem, podemos dizer, sem errar, que o discurso é um instrumento de comunicação que o homem fabrica para si? Guardemos essa dúvida para depois. Voltemos a Benveniste, quando ele reforça seu posicionamento ao dizer que

[t]odos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, **o vaivém da palavra sugere uma troca**, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função

⁹⁷ Esse artigo possui 20 ocorrências da palavra discurso(s).

⁹⁸ Voltaremos a esta discussão posteriormente.

instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra.

Uma vez remetida à palavra essa função, podemos perguntar-nos o que a predispunha a assegurá-la. Para que a palavra assegure a “comunicação”, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. (PLGI, p. 285, os grifos entre aspas e em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Vemos que Benveniste admite a função instrumental do “vaivém da palavra”, ou seja, do discurso, porém, não sem destacar que essa condição é somente possível devido à faculdade de linguagem, que apenas o ser humano possui. Sendo o discurso a atualização da linguagem, podemos dizer que é seu instrumento. A linguagem é imaterial, é um atributo humano extremamente complexo; ora, é natural que ela tenha, próprio de si, um instrumento para manifestar-se.

Se dizemos que a linguagem é propriedade exclusiva do ser humano, é porque Benveniste esclarece que é *nela* e *através* dela que nos tornamos *sujeitos* (PLGI), e essa condição não existe em nenhum outro animal. De acordo com Benveniste, a subjetividade

é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como **a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência.** (PLGI, p. 286, o grifo entre aspas é do autor, o grifo em negrito é nosso).

Como vemos, a subjetividade não é mera expressão de alguma particularidade do locutor, algum sentimento ou alguma sensação. Tampouco se trata de “estilo” de discurso (tomando o adjetivo “subjetivo” como uma qualidade do texto – escrito ou oral – em que falta clareza, objetividade etc.). Atentemos para a profundidade das palavras de Benveniste: a subjetividade é uma unidade psíquica que *transcende* o conjunto das experiências que o homem viveu, chegando ao ponto de assegurar-lhe a permanência da consciência. E por que damos ênfase a esse aspecto da linguagem, se nosso foco de interesse é o discurso? Ora, porque, segundo Benveniste, é o próprio discurso que garante a manifestação dessa subjetividade: “[a] linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (PLGI, p. 286, grifo do autor). Aqui, voltamos à categoria de pessoa, discutida no texto anterior – *A natureza dos pronomes* –, no qual Benveniste tenta mostrar a importância dos pronomes pessoais para a instanciação do locutor em seu discurso. Neste texto, Benveniste reafirma que

[o] “eu” não denomina [...] nenhuma entidade lexical. Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, [...] como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? (PLGI, p. 288, grifos do autor).

O autor explica ainda que *eu* se refere

[a] algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutra passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É portanto verdade ao pé da letra que **o fundamento da subjetividade está no exercício da língua**. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo. (PLGI, p. 288, os grifos em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Percebe-se que Benveniste retoma seu conceito de *instância de discurso*, reforçando que esta tem uma referência sempre atual, ou seja, delimita-se dentro do quadro *eu-tu-aqui- agora*. Além disso, ele afirma novamente que é no discurso – designado aí como “exercício da língua” – que está o fundamento da subjetividade. No entanto, se é no discurso que a subjetividade se manifesta, não podemos deixar de lembrar que esse discurso está ancorado na língua-discurso, tal é o funcionamento da linguagem, que “está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”. (PLGI, p. 288, grifos do autor).

Outro aspecto que merece destaque neste artigo é a categoria de tempo, que começa, nesse momento, a ser discutida por Benveniste. Segundo o autor, a língua distingue tempos (no caso da língua portuguesa, temos o pretérito imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito etc.), destacando que

[s]empre, porém, a linha de participação é uma referência ao “presente”. Ora esse “presente”, por sua vez, tem como referência temporal um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o *presente* como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se *fala*”. **Esse é o momento eternamente “presente”**, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo lingüístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana

com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. (PLGI, p. 289, os grifos entre aspas e em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Atentemos para a complexidade da linguagem e de suas propriedades manifestadas. Parece-nos um tanto paradoxal afirmar que a “marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso”, que esse presente não se refere “jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’”, e que “é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas”. Se muda, se não tem jamais a mesma referência temporal, se é realocado em cada instância de discurso do locutor, como é possível não tornar-se passado? Nenhuma explicação é melhor para esse fenômeno do que a expressão muito bem utilizada por Benveniste: trata-se do presente eterno do discurso. Guardemos essa bela definição e passemos ao quarto texto de nossa seleção.

4.2.4 Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística

Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística é o segundo capítulo de PLGI, integrante da Primeira parte desse volume – *Transformações da lingüística*⁹⁹. Publicado originalmente em 1963, o texto está dividido em duas partes, a primeira das quais discutimos no capítulo anterior, quando abordamos a relação entre Benveniste e o estruturalismo. Nesse momento, trazemos novamente o texto, porém com outro objetivo, que é buscar indícios das teorizações de Benveniste acerca do discurso.

Ainda na primeira parte do artigo, o autor diz que a língua é “o patrimônio de todos os homens” (PLGI, p. 19) e alvo da curiosidade humana. Ao explicar que a lingüística tem duplo objeto, pois é ciência da linguagem e das línguas, ele declara que “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza” (PLGI, p. 20) e afirma que é das línguas que deve se ocupar o linguista, salientando que, qualquer que seja a língua, em qualquer lugar ou momento na história, tratar-se-á sempre de um *sistema*:

[d]a base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*. (PLGI, p. 22, grifo do autor).

⁹⁹ Esse artigo possui 6 ocorrências da palavra discurso(s).

Após discutir o princípio de estrutura da língua, que se difundiu com a publicação do CLG, no qual Saussure cunhou o conceito de *sistema*, Benveniste inicia uma complexa exposição acerca dos fundamentos da linguagem. Podemos dizer que ele estava especialmente inspirado quando escreveu a segunda parte de *Vista d'olhos*. São sete páginas repletas de profundidade e beleza e que servirão grandemente à nossa causa. Vejamos.

O autor inicia essa segunda parte dizendo que

[a] linguagem reproduz a realidade¹⁰⁰. Isso deve entender-se da maneira mais literal: **a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem**. Aquele que fala faz renascer **pelo seu discurso** o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao **exercício da linguagem**, que é a da troca e do diálogo, confere ao **ato de discurso** dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio **instrumento** da comunicação intersubjetiva. (PLGI, p. 26, grifos nossos).

Nesse trecho, temos a linguagem como meio de reprodução da realidade. Por sua vez, o discurso é designado pela expressão “exercício da linguagem”, sendo tomado como “ato”. Por fim, Benveniste diz que a linguagem é *instrumento* de comunicação. Ora, vimos em *Da subjetividade na linguagem* sua recusa em ver a linguagem como um instrumento, pois está na natureza do homem, e consideramos, lá, a hipótese de caber ao discurso essa função, o que nos leva a concluir que, aqui, Benveniste usa *linguagem* no lugar de *discurso*. O artigo segue repleto de exaltações à linguagem humana:

[o] homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. (PLGI, p. 27).

Como é sabido pelos estudiosos de Benveniste, se existisse uma escala de importância acerca das condições de sobrevivência da raça humana, ele concederia à linguagem o primeiro lugar nessa escala. Para Benveniste, há vida porque há linguagem. Isso porque, para ele, “[...] a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana,

¹⁰⁰ Na obra em francês consta: “Le langage **re-produit** la réalité” (BENVENISTE, 1966, p. 25, grifo nosso). O fato de ser grafado com hífen confere sentido especial ao verbo *reproduzir*: não se trata de uma reprodução da realidade, mas de uma nova produção da realidade, que é promovida pela linguagem, via discurso.

a faculdade de *simbolizar*” (PLGI, p. 27, grifo do autor). O aspecto simbólico da linguagem é bastante explorado pelo autor neste artigo:

[e]ntendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de *representar* o real por um “signo” e de compreender o “signo” como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de “significação” entre algo e algo diferente. [...] A faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele. Aí está o fundamento da abstração ao mesmo tempo que o princípio da imaginação criadora. [...] A transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em *conceitos* é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito. (PLGI, p. 27-29, grifos do autor).

Esses excertos desenham a trajetória do signo à palavra, passando pela associação feita pelo locutor do signo à coisa física (do conceito ao objeto concreto), chegando à abstração necessária para que ele utilize o mesmo conceito para designar objetos semelhantes, porém distintos. Esse processo, de acordo com o autor, é próprio somente do ser humano, é parte da sua condição de ser *racional*. O processo de apropriação do funcionamento da linguagem também está associado à formação da língua-discurso, que envolve as experiências do locutor com a realidade, o que faz enriquecer o repertório que forma essa língua-discurso, nos termos em que a tomamos aqui.

Mais adiante, o autor declara que a linguagem “[e]ncadeia as proposições no raciocínio e torna-se no instrumento do pensamento discursivo” (PLGI, p. 30). Temos aqui uma demonstração da íntima relação entre linguagem e pensamento. Não é nosso objetivo discorrer sobre como pensamos, qual é a unidade do pensamento ou algo que aprofunde esse assunto, porém, a partir do que declara Benveniste, concluímos que, se existem maneiras diferentes de pensar, uma delas é o pensamento organizado em frases, assim como o discurso. Porém, o pensamento discursivo não é o discurso. Sobre este, Benveniste nos presenteia com uma das mais belas definições que encontramos em sua obra para o que entendemos que seja o discurso (aqui, referido por Benveniste como *narrativa*):

[...] sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco. (PLGI, p. 30-31).

Vemos aí que o discurso, para Benveniste é algo que, tão logo é emitido e percebido, dissipa-se. Isso nos lembra o que ele menciona no primeiro texto que discutimos – *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*: o discurso, designado

como “expressão da subjetividade”, é iminente e evasivo. Começa a se desenhar aqui algo que nos parece o tempo do discurso. Mas, sobre o tempo, aguardemos os próximos textos. Por ora, continuemos este, que não cessa de revelar o fascínio de Benveniste pela linguagem humana. Temos mais um exemplo desse fascínio quando o autor considera que

[o] fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que **não há relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem.** Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano. (PLGI, p. 31, grifo nosso).

Vemos aí mais uma prova de que, para Benveniste, a vida humana não seria possível sem a nossa faculdade linguística. Sem a linguagem, não haveria as relações humanas que tornam o homem diferente dos outros animais – relações com o mundo, relações inter-humanas –, assim como não seria possível o pensamento, que nos torna seres biológicos *racionais*. Ora, essas relações que a linguagem possibilita, do homem com o mundo e do homem com o homem, são nada menos que as que constituem a *sociedade*. Para Benveniste,

[l]íngua e sociedade não se concebem uma sem a outra. **Uma e outra são dadas. Mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato.** A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (PLGI, p. 31, os grifos em itálico são do autor, o grifo em negrito é nosso).

Nesse excerto, vemos, novamente, a importância da linguagem para a vida humana. Um aspecto, porém, nos chamou a atenção: o de que língua e sociedade estão *dadas*, mas precisam ser *aprendidas*. Esse aspecto se aproxima do que estamos propondo como a formação da língua-discurso. Assim, a língua que está *dada* é, para nós, a *língua-sistema*, sendo a língua formada pela *aprendizagem*¹⁰¹ a *língua-discurso*. Essa aprendizagem é

¹⁰¹ Utilizamos a palavra “aprendizagem” para manter o termo utilizado por Benveniste. No entanto, parece-nos que a palavra mais adequada seria “apreensão” ou, ainda, “apropriação”. A língua é aprendida pelo ser humano no sentido de que este se apropria dela, é não no sentido de que é ensinada a ele.

moldada pelo meio social onde cada um está inserido (desde criança) e acaba por constituir aquilo que Benveniste chama de nosso “espírito”¹⁰².

A partir da relação entre língua e sociedade, Benveniste chega ao conceito de cultura:

[a] cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? **Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.** (PLGI, p. 32, grifo nosso).

No início da discussão sobre o presente artigo, dissemos que nos interessavam, nele, os aspectos referentes ao discurso e acabamos por falar em linguagem, sociedade e cultura. Pouco se falou, efetivamente, em discurso no debate desse texto. Porém, com base nos textos que já analisamos, sabemos que a manifestação da linguagem, seu instrumento de ação não é senão o discurso, e foi exatamente isso que despertou nosso interesse por *Vista d’olhos*. No texto seguinte, voltamos a falar sobre as peculiaridades do discurso propriamente dito.

4.2.5 Os níveis da análise lingüística

Os níveis da análise lingüística é o décimo capítulo de PLGI e foi publicado originalmente em 1964¹⁰³. Neste texto, que compõe a Terceira parte do volume – *Estruturas e análises* – Benveniste propõe, como método de análise, a delimitação de níveis no domínio da “língua como sistema orgânico de signos” (PLGI, p. 127), explicando que “[o] procedimento inteiro da análise tende a delimitar os *elementos* através das relações que os unem. Essa análise consiste em duas operações que se comandam uma à outra e das quais todas as outras dependem: 1ª: a segmentação. 2ª: a substituição” (PLGI, p. 128, grifo do autor). Dessa forma, pode-se chegar aos níveis inferiores: segmentam-se palavras em fonemas e substituem-se esses fonemas, buscando as combinações possíveis. Da mesma forma, segmentam-se fonemas em seus traços distintivos (merismas), os quais podem ser substituídos com vistas à formação

¹⁰² O autor utiliza diversas vezes a palavra “espírito” em seus textos. Sem nos aprofundarmos em cada uso dessa palavra, nos parece que, algumas vezes, Benveniste utiliza “espírito” num sentido próximo ao de “consciência”: “[s]urgem aqui imediatamente graves problemas que deixaremos para os filósofos, principalmente o da adequação do espírito à “realidade” (PLGI, p. 26, grifos do autor); sobre o significante e o significado do signo: “[j]untos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância” (PLGI, p. 55); “É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação”. (PLGI, p. 292, grifos do autor).

¹⁰³ Esse artigo possui 9 ocorrências da palavra discurso(s).

das combinações possíveis. Benveniste adverte que segmentação e substituição não têm o mesmo alcance, pois a unidade mínima segmentável e substituível é o fonema. Porém, suas frações, os merismas, são somente identificáveis e substituíveis e não mais segmentáveis. Chega-se, assim, aos dois níveis inferiores da análise: o nível fonemático e o nível merismático. O autor explica que a condição linguística para se considerar essas unidades pertencentes a um nível superior é o sentido:

[o] *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como discriminador de signos lingüísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas. [...] [N]ada nos permitiria definir a distribuição de um fonema, as suas latitudes combinatórias da ordem sintagmática e paradigmática, portanto a própria realidade de um fonema, se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém. (PLGI, p. 130-131, grifos do autor).

Assim, o autor explica que um fonema, por exemplo, só se definirá como constituinte de uma unidade superior, o signo, que, nesse texto, equivale à palavra. Esta, por sua vez,

tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza: Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior. [...] Com as palavras, depois com grupos de palavras, formamos *frases*¹⁰⁴. (PLGI, p. 131-133, grifo do autor).

Em seguida, Benveniste (PLGI) distingue duas funções que podem ser exercidas pelos níveis: a de *constituíntes* e a de *integrantes*, explicando que essa distinção funciona entre dois limites:

[o] limite superior é traçado pela frase, que comporta constituíntes mas que [...] não pode integrar nenhuma unidade mais alta. O limite inferior é o do “merisma” que, traço distintivo do fonema, não comporta ele próprio nenhum constituinte de natureza lingüística. A frase só se define, portanto, pelos seus constituíntes; o merisma só se define como integrante. Entre os dois, destaca-se claramente um nível intermediário, o dos signos, [...] que ao mesmo tempo contêm constituíntes e funcionam como integrantes. Tal é a natureza dessas relações. (PLGI, p. 134, grifo do autor).

¹⁰⁴ Ao dizer que, “[c]om as palavras, depois com grupos de palavras, formamos *frases*”, parece-nos que Benveniste remete ao que mencionou no texto *Observações sobre a função da linguagem sobre a descoberta freudiana*, no qual ele diz que “o sujeito se serve da palavra e do discurso para “representar-se” a si mesmo” (PLGI, p. 84, grifo do autor), afirmação a partir da qual interpretamos palavra e discurso (ou palavra e grupos de palavras: *as frases*) como etapas de apropriação da língua pelo homem no momento de sua instanciação no exercício da linguagem.

A relação entre constituintes e integrantes, diz Benveniste, é determinada pela relação entre forma e sentido, que, de acordo com o autor, “devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (PLGI, p. 134), e especifica:

A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.

O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. (PLGI, p. 134-135, grifos do autor).

A partir disso, queremos entrar efetivamente no assunto que nos interessa nesse artigo: a *frase*. Benveniste distingue a frase do signo/da palavra, que comporta fonemas e morfemas e que se integra em níveis superiores, explicando que,

[p]elo fato de não constituir uma classe de unidades distintivas, que seriam membros virtuais de unidades superiores, como o são os fonemas ou os morfemas, a frase distingui-se naturalmente das outras unidades lingüísticas. O fundamento dessa diferença consiste em que a frase contém signos, mas ela mesma não é um signo¹⁰⁵. (PLGI, p. 138).

Em seguida, declara que

[a] frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (PLGI, p. 139).

Vemos aí, novamente, o discurso como instrumento de comunicação. Mas, voltando à *frase*, por que Benveniste diz que ela é “variedade sem limite”? E qual é o papel da frase em relação ao discurso? O autor assegura que “a frase é a unidade do discurso” (PLGI, p. 139). Acabamos de ver que a frase não integra nível superior e, com isso, cabe a pergunta: como pode a frase ser chamada de “unidade”? Vejamos, primeiramente, qual é sua relação com o discurso. Benveniste diz que a frase é suscetível a determinadas modalidades:

reconhece-se em toda parte que há proposições **assertivas**, proposições **interrogativas**, proposições **imperativas**, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apóiam igualmente na predicação. Ora, **essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos**

¹⁰⁵ Este trecho apresenta um equívoco na tradução. A citação da edição em português diz que a frase “é ela mesma um signo”, enquanto que na obra original, em francês, lê-se: “[...] la phrase contient des signes, mais n’est pas elle-même un signe” (BENVENISTE, 1966, p. 129).

fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. (PLGI, p. 139, grifos nossos).

Nesse excerto, Benveniste é claro ao dizer que a frase pertence ao discurso porque ela é a responsável por imprimir as três grandes funções inter-humanas por meio das quais o locutor age sobre o interlocutor e que são promovidas pelo discurso. O autor já mencionara essas funções de forma sutil no texto *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, ao afirmar que “o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação” (PLGI, p. 84). Embora Benveniste não especifique aí que a mensagem que o discurso carrega se encaixará sempre em uma das três modalidades de proposição (assertiva, interrogativa e imperativa), é possível identificar que é a isso que ele se refere, pois junto dessa afirmação vem a declaração de que o discurso é *instrumento de ação*. Outro momento em que o autor faz referência às três funções do discurso é no texto *Da subjetividade na linguagem*, no qual ele explica que o discurso “presta-se a transmitir-lhe o que lhe confio – uma ordem, uma pergunta, um anúncio – e provoca no interlocutor um comportamento cada vez adequado”. (PLGI, p. 284).

Voltemos ao fato de ser a frase a unidade do discurso, ainda que não integre um nível superior. Sobre isso, Benveniste explica que

[a] frase é uma unidade, na medida em que é um **segmento de discurso**, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível – o que ela não é, como vimos. É, porém, **uma unidade completa**, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada¹⁰⁶ de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “referência”. (PLGI, p. 139-140, os grifos entre aspas são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Vimos anteriormente que os fonemas, por exemplo, como unidades integrantes de um nível superior – o signo/a palavra –, são distintivos em relação a outros fonemas e são substituíveis por outras unidades de mesmo nível. Assim é possível se chegar a um número limitado de combinações possíveis quando se opera a análise de determinado/a signo/palavra

¹⁰⁶ No texto original, em francês, lê-se “sens parce qu’elle est informée de signification” (BENVENISTE, 1966, p. 130), portanto, a tradução correta seria “informada”, e não “enformada”.

(por exemplo: /bota/ - /bata/ - /lata/ - /cata/ - /caza/ - /cazo/ - /caro/ - /cara/ etc., até extinguirem-se as opções de substituição; o número de combinações varia de acordo com o/a signo/palavra considerado/a e pode ser bastante elevado, mas será sempre limitado). A frase, ao contrário, não é substituível e jamais será possível extinguirem-se as opções de combinações, caso se faça o teste de substituição. Eis por que Benveniste diz que a frase é “criação indefinida, variedade sem limite”. É um “segmento do discurso”, porém é “uma unidade completa”. Suas combinações são infinitas e escapam a qualquer possibilidade de delimitação. É por isso que a frase não integra nível superior, ela própria é o nível máximo.

Porém, se a variedade da frase é sem limite, qual será o limite da sua extensão? Se ela é unidade do discurso, quando sabemos que uma unidade termina e outra começa? Nesse momento, retornamos ao texto *A natureza dos pronomes*, no qual Benveniste apresenta a expressão “instância de discurso”. Dissemos, lá, que o discurso é organizado em instâncias de discurso, que comportam cada vez um quadro *eu-tu-aqui-agora* diferente, esse quadro é *sui-referencial*. Gostaríamos, nesse momento, de propor uma interpretação para a definição de frase como “variedade sem limite”, dada por Benveniste no trecho citado anteriormente. Consideramos que a noção de instância de discurso está especialmente relacionada às categorias de *tempo* e *espaço*. Assumimos também que a frase é a atualização do discurso e se realiza em instâncias de discurso. Dessa forma, podemos concluir que os limites de extensão da frase são os mesmos dos limites da instância de discurso, considerando sua duração no tempo e no espaço.

Podemos considerar que esse quadro instituído na instância de discurso está também relacionado ao sentido da frase e à sua referência, afinal, a significação da frase é dada pelo *eu*, considerando um *tu*. Da mesma forma, para que a frase tenha existência, *eu* e *tu* precisam estar de acordo quanto à referência, que está alocada no quadro instituído pela instância de discurso.

Trazemos agora um trecho em que Benveniste discorre novamente sobre o sentido e a referência, dizendo que ele vê “nessa dupla propriedade da frase a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela **aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações**”. (PLGI, p. 140, grifo nosso).

Sem prolongarmos o debate sobre o sentido e a referência¹⁰⁷, nesse momento chamamos a atenção para o fato de o discurso ser *aprendido* por meio de *exercício incessante*

¹⁰⁷ Continuaremos esse debate no decorrer do trabalho.

da atividade de linguagem em diferentes situações. Ora, isso ratifica o que vimos dizendo sobre a língua-discurso, assim como o faz o excerto abaixo:

[o] locutor pode não ir mais longe; tomou consciência do signo sob a espécie da “palavra”. Fez um início de análise lingüística a partir da frase e no exercício do discurso. [...] É no discurso atualizado em frases que a língua **se forma e se configura**. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*. (PLGI, p. 140, grifos do autor).

Ao dizer que “[é] no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura”, pensamos que Benveniste se refere à língua-discurso, entendendo que ela *se forma e se configura*, ou seja, *se molda*, ao longo da vida do locutor por meio do discurso, tomado como exercício da linguagem. “Nada está na língua que não tenha estado antes no discurso¹⁰⁸”, e nós acrescentamos: na língua-sistema em geral e na língua-discurso em particular; qualquer que seja o caso, a língua recebe do discurso a sua vida. Assim, finalizamos a discussão dos textos de PLGI. Passemos agora aos textos de PLGII, começando por *A linguagem e a experiência humana*.

4.2.6 A linguagem e a experiência humana

*A linguagem e a experiência humana*¹⁰⁹ é o quarto capítulo de PLGII, compõe a Segunda parte do volume – *A comunicação* – e foi publicado originalmente em 1965¹¹⁰. Nesse texto, Benveniste discorre detalhadamente sobre duas categorias fundamentais do discurso que, segundo ele, estão “necessariamente ligadas”: as categorias de pessoa e de tempo (PLGII, p. 68). O autor inicia a discussão a partir da categoria de pessoa, especificamente a primeira pessoa *eu*, explicando que

[t]odo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*. Este comportamento será julgado “instintivo”; para nós, ele parece refletir na realidade uma estrutura de oposições lingüísticas inerente ao discurso. Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como **o mesmo ato para aquele que o entende**, mas **para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo**, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de

¹⁰⁸ Tradução nossa de “*nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*”. (PLGI, p. 140, grifos do autor).

¹⁰⁹ BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 2006, p. 68-80.

¹¹⁰ Esse artigo possui 31 ocorrências da palavra discurso(s).

discursos. Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz **a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível**. (PLGII, p. 68-69, os grifos entre aspas e em itálico são do autor, os grifos em negrito são nossos).

A partir desse excerto (e de outros pelos quais já passamos os olhos), vemos que a categoria de pessoa é muito cara a Benveniste. Essencialmente, a pessoa marcada por *eu* está sempre na base de suas elucubrações, e talvez a isso se deva o fato de alguns teóricos se referirem à teoria benvenistiana como egocentrista. Já vimos que não é disso que se trata, pois Benveniste é claro ao dizer que *eu* e *tu* são interdependentes e, além disso, reversíveis. Não há maneira de uma teoria egocentrista ser sustentada por um *eu* que é cada vez diferente.

Ouvimos com frequência, como marca da teoria de Benveniste, que a enunciação é única, irrepitível, sempre nova. Nesse trecho, Benveniste especifica que, para aquele que entende, o ato de discurso poderá parecer sempre o mesmo ato, porém, “para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo”. Benveniste esclarece aí que a enunciação é, de fato, irrepitível, porém, essa condição diz respeito ao locutor, e não ao interlocutor. Por isso ele diz, no artigo *Estruturalismo e lingüística*, que “dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção” (PLGII, p. 18). Ora, não é o enunciado “bom dia” que é novo, é o próprio ato de dizer, que Benveniste tem chamado no presente artigo de “ato de discurso”, que não é, nunca, reproduzível. Continuando a discussão sobre o *eu*, Benveniste diz que,

[d]esde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, **uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento lingüístico que a funda**. Mede-se por aí a distância, ao mesmo tempo ínfima e imensa, entre o dado e sua função. Estes pronomes existem, consignados e ensinados nas gramáticas, ofertados como os outros signos e igualmente disponíveis. **Quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa**. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua.

Esta é a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso. Necessariamente idêntica em sua forma (a linguagem seria impossível se a experiência cada vez nova devesse inventar para cada pessoa uma expressão cada vez diferente), esta experiência não é descrita, ela está lá, inerente à forma que a transmite, **constituindo a pessoa no**

discurso e conseqüentemente toda pessoa desde que ela fale¹¹¹. (PLGII, p. 69, os grifos em itálico são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Vejam os que, de acordo com Benveniste, acontece quando alguém se enuncia dizendo *eu*¹¹²: “uma experiência humana se instaura *de novo* e revela o instrumento lingüístico que a funda” (grifo nosso). Novamente, vemos aí o discurso como *instrumento* lingüístico, ou seja, o instrumento de que a linguagem dispõe para instaurar a experiência humana. Essa experiência não deve ser entendida simplesmente como uma das experiências pelas quais o ser humano passa ao longo da vida, como aprender a dirigir, voar de asa-delta, ter um filho etc. Por “experiência humana”, Benveniste designa a própria experiência de *ser* humano, de saber-se e experimentar-se diferente dos outros animais e dos outros homens. Essa experiência é cada vez nova, e possibilita, a cada vez, uma experiência humana particular. Por isso, Benveniste diz que, quando alguém pronuncia os pronomes *eu* e *tu*, “este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa”. Dizendo “pessoa” Benveniste não se refere ao indivíduo físico que fala. Ainda que seja o mesmo indivíduo pronunciando *eu*, será cada vez um sujeito diferente que emergirá; eis a experiência humana, pela qual a linguagem é responsável.

Dissemos anteriormente que, por vezes, a subjetividade não se faz tão explícita no enunciado, por se tratar de uma condição intrínseca de quem fala – o locutor. No entanto, há formas que se prestam a tornar mais ou menos explícita essa subjetividade. De acordo com Benveniste, “[d]as formas lingüísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*” (PLGII, p. 70, grifo do autor). E adverte: [q]ueremos mostrar que este termo *tempo* recobre representações muito diferentes, que são as muitas maneiras de colocar o encadeamento das coisas, e queremos mostrar sobretudo que a língua conceptualiza o tempo de modo totalmente diferente da reflexão. (PLGII, p. 70, grifo do autor).

Dessa forma, gostaríamos de iniciar a discussão sobre a categoria de tempo, que recebe lugar especial no artigo que abordamos aqui. Antes disso, porém, trazemos as palavras de Benveniste, quando ele diz que há uma “confusão que consiste em pensar que o sistema

¹¹¹ Sem nos aprofundarmos no assunto, acreditamos que, quando o autor declara: “desde que ela fale”, ele esteja se referindo ao fato de expressar-se por meio da linguagem, não necessariamente à fala verbalizada oralmente, haja visto a linguagem dos surdos (no Brasil, a LIBRAS), que, sem fala oralizada, comunicam-se.

¹¹² Lembremos que, em *A natureza dos pronomes*, o autor salienta que as definições de *eu* e *tu*, dadas por ele nesse texto, “visam *eu* e *tu* como uma categoria de linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. [...] pouco importa que essas formas devam figurar explicitamente no discurso ou possam aí permanecer implícitas”. (PLGI, p. 279, grifos do autor).

temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo “objetivo”, tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade. As línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real [...]” (PLGII, p. 70, grifo do autor). A partir disso, o autor distingue três noções de tempo: o *tempo físico*, o *tempo crônico* e o *tempo linguístico*.

De acordo com Benveniste, “[o] *tempo físico* do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (PLGII, p. 71, grifo do autor). Já o *tempo crônico* “é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos. Em nossa visão do mundo, assim como em nossa existência pessoal, não há senão um tempo, que é este” (PLGII, p. 71). O DLE esclarece que o tempo crônico é uma “instituição ou convenção da sociedade que dispõe os acontecimentos em seqüência”, explicando que “[e]ssa convenção tem como produtos sociais os diversos tipos de calendários existentes na história da humanidade” e que, assim, “os sujeitos podem se situar objetivamente uns em relação aos outros” (FLORES et al., 2009, p. 226).

Passemos, agora, ao *tempo linguístico*, que é o que especificamente nos interessa, uma vez que “[u]ma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo [...]” (PLGII, p. 74). Sobre essa terceira noção de tempo, Benveniste diz que

[o] que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente **ligado ao exercício da fala**, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso.

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no **presente da instância da fala**. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como **contemporâneo da instância do discurso que o menciona**. [...] Este presente é **reinventado a cada vez** que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido. (PLGII, p. 74-75, os grifos entre aspas e em itálico são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Nesse excerto, vemos que o tempo linguístico está necessariamente ligado ao exercício da fala, encontrando sua referência no presente da instância da fala, ou seja, na instância de discurso. Sendo “contemporâneo da instância de discurso” e “reinventado a cada vez”, trata-se de um presente que não se torna passado jamais. Ora, esse é o “momento eternamente ‘presente’” de que falou Benveniste em *Da subjetividade na linguagem* (PLGI, p. 289, grifo

do autor). Como explicar um momento “eternamente presente”? Um presente que não acaba? Sobre isso, o autor explica que

[o] presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que **se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente**, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento **não é mais contemporâneo do discurso**, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento **não é ainda presente**, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (PLGII, p. 75, grifos nossos).

Acreditamos que começa a se fazer compreensível a noção de *presente lingüístico* quando Benveniste explica que se trata de um presente que *se desloca* de acordo com a progressão do discurso, mas que *permanece* presente. Poderíamos dizer que a cada instância de discurso corresponde um desses “momentos presentes”? Pensamos que sim. Como vimos, a instância de discurso tem duração variada no tempo *físico*, assim como a frase, como unidade de discurso, tem extensão variada correspondente à instância de discurso que a contém. Dessa forma, propomos que o “momento presente” de que fala Benveniste corresponde sempre a uma instância de discurso, reforçando, assim, a sua peculiaridade em relação aos tempos *físico* e *crônico*. O presente lingüístico é em tudo diferente das outras duas noções de presente; não se pode fixar sua duração. Se quisermos defini-lo de algum modo, podemos apenas dizer que é o momento *entre* aquilo que “não é mais contemporâneo do discurso” e aquilo que “ainda não é presente”. Está ligado ao discurso e assume sua característica: sempre evasivo e sempre iminente.

Sobre a peculiaridade do presente em relação aos outros tempos que utilizamos no discurso, o passado e o futuro, Benveniste salienta que

[...] na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito. [...] Ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. A língua não os situa no tempo segundo sua posição própria, [...] mas somente como pontos vistos para trás ou para frente a partir do presente. [...] A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso. (PLGII, p. 75).

Como vimos, o presente lingüístico é implícito; por ser inerente ao discurso, não necessita ser especificado. O passado e o futuro, ao contrário, necessitam ser explicitados, pois são qualquer coisa, exceto contemporâneos do discurso e se organizam sempre e somente

a partir do presente linguístico. Ainda sobre o presente, Benveniste adverte que “[u]m último aspecto desta temporalidade merece atenção: é a maneira pela qual ela se insere no processo da comunicação” (PLGII, p. 77). De acordo com o autor,

[...] o ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em consequência disso, a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida. [...] Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. [...] Um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda. O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística. (PLGII, p. 77-78, grifos do autor).

Vemos que o tempo linguístico é uma das condições da subjetividade (o fato de ser subjetivo e próprio do locutor é mais uma das diferenças entre esse tempo e o tempo crônico, que é objetivo). Portanto, esse tempo está condicionado ao locutor, assim como a subjetividade. No entanto, como diz Benveniste, o interlocutor é solidário do locutor, aceitando seu tempo linguístico e esforçando-se por compreendê-lo como se o tempo fosse próprio de si. Dessa forma, de acordo com o autor, “para tornar inteligíveis estas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto determinado em um conjunto de coordenadas espaço-temporais. A junção se faz assim entre o tempo linguístico e o tempo crônico” (PLGII, p. 78-79). Essa condição faz do tempo linguístico um elemento intersubjetivo. Como nos mostra Benveniste, “a intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística” e o próprio estabelecimento da subjetividade. De acordo com o autor,

[a] intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação **primordial, constante, indefinidamente reversível**, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (PLGII, p. 80, grifo nosso).

O tempo linguístico é, assim, um dos fatores fundamentais da enunciação e do surgimento do discurso, assim como da sua constância e da reversibilidade entre *eu* e *tu*. Passemos, agora, ao próximo texto: *A forma e o sentido na linguagem*.

4.2.7 A forma e o sentido na linguagem

A forma e o sentido na linguagem é o capítulo 15 de PLGII, componente da Quinta parte – *O homem na língua* –, e foi publicado originalmente em 1966¹¹³. Esse texto reproduz a fala de Benveniste a um conjunto de filósofos, aos quais ele se remete com extrema modéstia, tratando como “imprudência” o fato de estar diante deles para falar sobre a forma e o sentido na linguagem, tema que, segundo ele, “parece convir mais a um filósofo do que a um lingüista” (PLGII, p. 220). No entanto, Benveniste esclarece que, naquele momento, não falará do ponto de vista dos linguistas, pelo fato de que tal ponto de vista (sobre a forma e o sentido) não existe e que estes, em sua maioria, têm “uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da lingüística” (PLGII, p. 221). De certa forma, Benveniste justifica essa situação ao dizer que, “[d]e fato, as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*” (PLGII, p. 221, grifos do autor) e esclarece que tudo o que dirá ali será a partir de um ponto de vista que lhe é próprio, parecendo assumir, assim, qualquer equívoco de sua parte. Em seguida, esclarece que sua exposição, naquele momento, “é um esforço para situar e organizar estas **noções gêmeas** de sentido e de forma, e para analisar suas funções fora de qualquer pressuposto filosófico”. (PLGII, p. 221, grifo do nosso).

Iniciando efetivamente sua exposição, Benveniste afirma que a relação *forma e sentido* diz respeito ao problema mais importante da linguagem: o da significação. Segundo o autor,

[a]ntes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, **a linguagem serve para viver**. Se nós colocamos que **à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade**, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação. (PLGII, p. 222, o grifo em itálico é do autor, o grifo em negrito é nosso).

Temos visto que Benveniste enumera sempre três funções do discurso: assertiva, interrogativa e imperativa. Parece-nos que, no excerto anterior, ele expande o número dessas funções a ponto de não ser possível contabilizá-las. Antes de considerar uma contradição do

¹¹³ Esse artigo possui 10 ocorrências da palavra discurso(s).

autor, entendemos que as três funções a que ele se refere ao longo de seus textos são primordialmente responsáveis por engendrar todo o tipo de função que se concretize por meio do discurso. Considerando o que temos dito sobre o papel da linguagem na experiência humana e a conhecida declaração de Benveniste constante do trecho citado de que “a linguagem serve para *viver*”, é possível alcançar seu valor, este valor que Benveniste se esmera por tentar explicar: linguagem significa vida, sua função é, portanto, vital, e dentro desta cabem todas as outras, que são infinitas.

No decorrer do texto, o autor insiste no problema da significação, dizendo que “a linguagem é a atividade significante por excelência. [...] Que a língua¹¹⁴ significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo [...]; é de sua própria natureza; se ela não fosse assim, não seria nada” (PLGII, p. 223). Além disso, esclarece que essa condição da língua se deve também ao fato de ela ser um sistema de signos, como previra Saussure. Sem adentrarmos na longa discussão empreendida por Benveniste sobre ser o signo a unidade semiótica e quais são as condições para que seja assim, vamos diretamente ao momento em que ele se pergunta: “[m]as e a frase? Qual sua função comunicativa na língua? Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases. (PLGII, p. 228).

Reforçando a posição adotada em *Os níveis da análise lingüística*, de que a frase não é um signo no sentido saussuriano, Benveniste determina que “[...] o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (PLGII, p. 229). Nesse momento, o autor apresenta aos filósofos a sua distinção *semiótico/semântico*, e explica que

[a] noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, **organizando toda a vida dos homens**. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. **Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência**. (PLGII, p. 229, grifos nossos).

Nesse trecho, Benveniste reafirma seu entendimento sobre a função da linguagem: permitir que o ser humano exerça todo tipo de atividade em suas relações com outros seres humanos e/ou com o mundo. Vemos que, apesar de citar mais de um exemplo, o autor não deixa de mencionar as três funções que vem calcando ao longo de seus artigos: a *assertiva*

¹¹⁴ Por um equívoco de tradução, o termo que aparece em PLGII, p. 223, é “linguagem” e não “língua”.

(“transmitindo a informação, comunicação a experiência, [...]”), a *interrogativa* (“suscitando a resposta, implorando”) e a *imperativa* (“impondo a adesão”, “constrangendo”). Além disso, afirma que funções entram em cena no “domínio da língua em emprego e em ação”, ou seja, no discurso. Em seguida, declara que a frase é “a expressão semântica por excelência”, é a “produção do discurso” (PLGII, p. 229), mantendo o posicionamento expresso no texto de 1964, *Os níveis da análise lingüística*, no qual assegura que a frase é a unidade do discurso. Ainda sobre a frase, Benveniste declara que, para o locutor, ela é a “atualização lingüística de seu pensamento” e distingue os dois modos de significação da língua, dizendo que

[d]o semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; **a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação**. O signo semiótico existe em si, funda realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; **a frase, expressão do semântico, não é senão particular**. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; **com a frase liga-se às coisas fora da língua**; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, **o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor**. (PLGII, p. 229-230, o grifo em itálico é do autor, os grifos em negrito são nossos).

No excerto acima vemos que o sentido do modo semântico é resultado da colocação da língua em ação pelo locutor, isto é, o discurso, do qual a frase é a expressão sempre particular. A frase liga-se às coisas fora da língua, estabelecendo-se a referência. O sentido da frase, por sua vez, “implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor”. Essa afirmação corrobora o conceito de dêixis enunciativa, trazido no segundo capítulo deste trabalho: a frase é dêitica não somente quanto à situação de discurso, mas também quanto à atitude do locutor, nesse sentido, quando assumida por este, a língua toda, tornada em discurso, é dêitica.

Nesse texto, ao contrário do de 1964 (*Os níveis da análise*), Benveniste estipula uma distinção entre signo e palavra: “[a] unidade semiótica é o signo. Qual será a unidade semântica? – Simplesmente a palavra. [...] [A] palavra reencontra assim sua função natural, como unidade mínima de mensagem e como unidade necessária de codificação do pensamento” (PLGII, p. 230). Não confundamos a palavra – unidade semântica – com a frase – unidade do discurso. A frase é a unidade *formal* do modo semântico, que se organiza por meio de sintagmas: “[o] sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras [...]. Que a *idéia* só encontra forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à

linguagem” (PLGII, p. 230-231, grifo do autor). Essa diferença entre frase e palavra fica clara quando Benveniste explica que

o sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da idéia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um “sentido” particular. (PLGII, p. 231, grifo do autor).

A partir desse momento, começa a ficar recorrente a noção de referência:

[s]e o “sentido” da frase é a idéia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. [...] A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. (PLGII, p. 231, grifo do autor).

Volta, aqui, a condição da frase como unidade do discurso: cada vez única e sempre evanescente. Ainda nesse texto, Benveniste volta à questão da relação entre linguagem e pensamento, constatando que

[...] a conversão do pensamento em discurso¹¹⁵ se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da **independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura lingüística**. (PLGII, p. 233, grifo do autor).

Vimos dizendo, com base em Benveniste, que o pensamento só é possível porque temos linguagem, e que somente somos capazes de pensar a partir do repertório formado por nossa língua-discurso, a partir daquilo que retivemos de nossas experiências lingüísticas ao longo da vida. Parece-nos, no entanto, que Benveniste reconsidera essa situação, tomando-a menos categoricamente e atribuindo certa independência ao pensamento com base em que se pode “dizer a mesma coisa” em línguas diferentes. Ainda assim, voltamos ao poder da linguagem, uma vez que é ela quem modela nosso pensamento e o restringe aos seus limites.

¹¹⁵ Consideramos uma dupla interpretação para a expressão “conversão do pensamento em discurso”: (1) converter o pensamento em discurso ao verbalizá-lo, isto é, falar aquilo que estamos pensando; e (2) converter um “emaranhado de ideias” em pensamento discursivo, ou seja, organizar nosso pensamento em frases, como sugerimos anteriormente, na discussão do texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística*”.

Assim, encerramos a discussão sobre esse artigo¹¹⁶ e passamos ao próximo: *Semiologia da língua*.

4.2.8 Semiologia da língua

Semiologia da língua é o terceiro capítulo de PLGII e foi publicado originalmente em 1969¹¹⁷. Integrante da Segunda parte – *A comunicação* –, esse artigo é riquíssimo em informação e, para que fosse abordado com alguma justiça, teríamos que trazê-lo quase na íntegra. No entanto, nosso foco, no momento, é o discurso, portanto, centramos nosso olhar nesse termo. Vejamos.

Em *Semiologia da língua*, Benveniste discute especificamente o estatuto da língua no conjunto de sistemas semiológicos. A partir de uma afirmação de Saussure, que dizia que “a língua é apenas o mais importante desses sistemas”¹¹⁸, Benveniste se pergunta: “[o] mais importante sob qual aspecto? Será simplesmente por que a língua tem um lugar maior na vida social do que qualquer outro sistema? Nada permite chegar a uma decisão” (PLGII, p. 49). Dizendo isso, o autor propõe retomar o problema do ponto onde foi deixado por Saussure, a fim de “abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos”. (PLGII, p. 51).

Benveniste sugere, então, que este exame dos sistemas semiológicos “deve começar pelos sistemas não linguísticos” (PLGII, p. 51). Segundo o autor, “[o] papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto” (PLGII, p. 51) e empreende uma discussão acerca, principalmente, dos sistemas musical e das artes plásticas – discussão que, na visão de Flores (2013, p. 150)¹¹⁹, “é cheia de sutilezas e de estrondosas polêmicas”, razão pela qual passaremos ao largo dessas formulações. Benveniste explica que

“[t]odo sistema semiótico que repousa sobre signos deve necessariamente comportar (1) um repertório finito de SIGNOS, (2) regras de arranjos que governam suas FIGURAS (3) independentemente da natureza e do número de DISCURSOS que o sistema permite produzir” (PLGII, p. 57, grifos do autor).

¹¹⁶ Haveria, ainda neste artigo, o momento em que Benveniste menciona o termo língua-discurso, porém, esse trecho já foi discutido no item 3. 3 deste trabalho.

¹¹⁷ Esse artigo possui 10 ocorrências da palavra discurso(s).

¹¹⁸ No CLG (p. 24): “[a] língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas”.

¹¹⁹ FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

Ao final dessa discussão, o autor conclui que a língua não é apenas o principal sistema semiológico dentre muitos, mas sim que ela é o sistema semiótico por excelência¹²⁰, do qual dependem todos os outros:

[t]oda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; **a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos.** (PLGII, p. 61, grifo nosso).

Eis o ponto que nos interessa em *Semiologia da língua*: a língua é o cerne de todas as questões semiológicas. De acordo com Benveniste, “[n]enhum outro sistema dispõe de uma ‘língua’ na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que **a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma**” (PLGII, p. 62, o grifo entre aspas é do autor, o grifo em negrito é nosso). Em seguida, o autor explica que

[a] língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;

2º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;

3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;

4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (PLGII, p. 63).

Nesse excerto, Benveniste apresenta propriedades da língua enquanto sistema de signos, englobando sua característica (1) de se manifestar pela enunciação, evocando aí a ideia de discurso e a de referência, que a frase suscita: “falar, é sempre falar-de”. (2) O fato de consistir, em sua forma, de unidades distintas, os signos, que, sob a noção de *valor*, se relacionam e se opõem, permitindo que, a partir do grupo restrito que formam, seja construída a infinidade de frases variadas que um locutor seja capaz de imaginar. (3) É um sistema

¹²⁰ Em *A forma e o sentido na linguagem*, o autor já dizia que “a linguagem é a atividade significativa por excelência. [...] Que a língua significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo [...]” (PLGII, p. 223), ou seja, a língua empresta significação a outros sistemas, nunca o contrário.

socializado, compartilhado pelos membros de determinada comunidade, possibilitando toda forma de compreensão mútua entre os falantes dessa comunidade. Por fim, (4) a língua é o único meio de que o ser humano dispõe para empreender e atualizar a comunicação intersubjetiva.

Essa condição específica da língua, de acordo com Benveniste, deve-se ao fato de ela apresentar uma propriedade única entre os sistemas semiológicos, característica irreproduzível por qualquer outro sistema: “a língua é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA” (PLGII, p. 64, grifo do autor). Já discutimos sobre a dupla significância da língua, trata-se dos modos *semiótico* e *semântico*, abordados no terceiro capítulo deste trabalho, assim como na discussão sobre o texto *A forma e o sentido na linguagem*, no qual essa distinção foi proposta pela primeira vez¹²¹. Sem trazermos novamente a distinção entre ambos, nos detemos no modo semântico, que é o que nos interessa aqui. Benveniste explica que

[c]om o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. [...] [O] semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência. A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. [...] O privilégio da língua é de comportar, simultaneamente, a significância dos signos e a significância da enunciação. (PLGII, p. 65-66, grifo do autor).

Dessa forma, para a compreensão da essência do conceito de discurso na obra de Benveniste, é preciso considerar que o discurso engendra a significância semântica da língua, que é o sentido quando assumido pelo locutor. É no discurso que a língua se deixa tornar na própria experiência humana.

O modo semântico é, assim, tão distinto do semiótico – embora o mantenha –, que Benveniste sugere que o signo, unidade semiótica, não pode ser tomado como “princípio único da língua em seu funcionamento discursivo”¹²² (PLGII, p. 66), complementando que

[n]a realidade o mundo do signo é fechado. **Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização, nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa.** É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do

¹²¹ Flores (2013, p. 158) vê diferença na formulação do par semiótico/semântico em *A forma e o sentido na linguagem* e *Semiologia da língua*. No primeiro texto, o tema é tratado de um ponto de vista linguístico; no segundo, o par semiótico/semântico serve para argumentar “em favor de uma semiologia diferente daquela aludida por Ferdinand de Saussure”.

¹²² A semiologia de Benveniste, na visão de Flores (2013, p. 158, grifo do autor), “não se funda exclusivamente sobre a noção de *signo*, tal como em Saussure, mas, sim, sobre o discurso [...]”, apresentando-se como “decorrente da propriedade que tem a língua de interpretar-se e interpretar os demais sistemas”.

signo lingüístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e definições. (PLGII, p. 66-67).

Esta passagem carrega a conhecida declaração de que um hiato separa os domínios semiótico e semântico. Essa intrigante declaração é alvo de muita reflexão e combustível para longos debates. Apesar disso, não há consenso entre os estudiosos de Benveniste sobre esse assunto, permanecendo a pergunta: se o modo semântico comporta o semiótico, não seria natural que existisse um elo entre ambos os modos? E se existir, qual será? O que significa dizer que um hiato os separa? É um questionamento ainda em aberto e sobre o qual seríamos capazes apenas de divagar.

Enfim, Benveniste afirma que “é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua” (PLGII, p. 67). O linguista percebe que o estudo da língua como sistema semiótico não é suficiente para compreender o fenômeno da linguagem em toda sua dimensão, uma vez que é no discurso que a língua cumpre seu papel de promover a experiência humana. Passemos ao próximo e último texto de nosso *corpus* – *O aparelho formal da enunciação*.

4.2.9 O aparelho formal da enunciação

Chegamos ao último texto de nosso *corpus* teórico, *O aparelho formal da enunciação*¹²³. Esse texto compõe a Segunda parte de PLGII – *A comunicação* –, volume do qual é o quinto capítulo, e foi publicado originalmente em 1970¹²⁴. Considerado o último texto em que Benveniste reflete sobre a enunciação, esse artigo é rico em teorização, fato que suscita trabalhos específicos acerca de sua elaboração. Por contarmos com importantes estudos que abordaram, com maestria, o último texto de Benveniste¹²⁵, salientamos que, nesse momento, não faremos nada que se pretenda equiparar com o que já se fez a partir de *O aparelho formal da enunciação*. Por se tratar de um texto denso e complexo que discorre de maneira bastante teórica sobre o conceito de *enunciação*, negligenciamos o tratamento que lhe

¹²³ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 2006, p. 81-90.

¹²⁴ Esse artigo possui 10 ocorrências da palavra discurso(s).

¹²⁵ Aresi (2012), por exemplo, empreende uma análise exegética de *O aparelho formal da enunciação*, concluindo que esse texto consiste na síntese e na organização de toda a teoria desenvolvida ao longo dos muitos anos em que Benveniste se dedicou ao estudo da linguagem, e oferece, ao mesmo tempo, uma abertura do pensamento enunciativo na perspectiva dos estudos lingüísticos. Mencionaremos esse estudo no decorrer de nossa análise do artigo.

seria devido e restringimos nosso debate aos momentos em que Benveniste deixa mais evidente a abordagem do *discurso*.

O autor inicia o texto explicando que o “emprego das formas” diz respeito a “um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (PLGII, p. 81), salientando que “[a]s condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nessa diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira e as descrever e de as interpretar” (PLGII, p. 81). Sobre o emprego das formas, Aresi (2012, p. 70, grifos do autor) explica que

[t]rata-se [...] de descrever as regras que fixam os **empregos possíveis** das formas linguísticas, e não de descrever o seu emprego efetivo, as manifestações dessas regras em situações reais de uso. Em suma, esse conjunto de regras é relativo a uma ordem de **estrutura ou de gramática da língua**.

Em oposição ao emprego das formas, Benveniste explica, então, que

[c]oisa bem diferente é o **emprego da língua**. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido. (PLGII, p. 82, grifo nosso).

Vemos aí que Benveniste institui a oposição *emprego das formas/emprego da língua*. Ora, a palavra *língua* nos remete sempre e primeiramente à noção do que temos chamado, neste estudo, de língua-sistema, a *langue* saussuriana. O mesmo acontece com a noção de *forma*: remete-nos à *estrutura* formal. Esse fato nos leva facilmente a tomar “emprego da língua” e “emprego das formas” como expressões sinônimas ou muito próximas, sobretudo pelo uso da palavra “emprego” em ambas as expressões. Sobre essa distinção, Aresi (2012) explica que

a) Benveniste utiliza o termo “emprego” nas duas definições, “emprego das formas” e “emprego da língua”. Porém, como podemos ver, em cada uma delas, este termo assume um valor diferente, isto é, o sentido de “emprego” não é o mesmo nas duas noções. Assim, na primeira noção, “emprego” não pode ser entendido como “ato de empregar”; seu sentido está mais próximo de “regras de emprego”. Apenas na segunda noção este termo se refere ao uso efetivo da língua;

b) O linguista faz uso do termo “língua” no sintagma “emprego da língua” para referir-se à enunciação. É necessário aí atenção. É o “emprego das formas” que parece levar à noção de língua, herdada de Saussure, enquanto que “emprego da língua”, embora seja constituído pelo termo “língua”, afasta-se dessa perspectiva, e remete à noção de enunciação. (ARESI, 2012, p. 74-75, grifos do autor).

Diante disso, Aresi (2012, p. 75) diz que “Benveniste arrisca-se à incompreensão”, sobretudo porque, no parágrafo subsequente ao que citamos anteriormente, ele substitui sem aviso a expressão “emprego da língua” pelo termo “enunciação”, ao declarar que “[a] enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLGII, p. 82). A palavra *enunciação*, tomada como o *empregar da língua*, ganha espaço até o final de *O aparelho formal da enunciação*, texto do qual podemos afirmar que constitui o termo fundamental.

Em seguida, Benveniste menciona, pela primeira vez, a palavra discurso, curiosamente distinguindo a noção de *discurso* da noção de *fala*, ao propor o seguinte questionamento: “[o] discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a ‘fala’?” (PLGII, p 82, grifo do autor). Essa questão é esclarecida pelo próprio autor, que diz que

[é] preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam esta relação. (PLGII, p 82).

Vemos que Benveniste apresenta o discurso como algo que é “produzido cada vez que se fala” e como “manifestação da enunciação”, diferente da fala, que é o “texto do enunciado”. Além disso, nesse excerto, é necessário prestar atenção em um determinado aspecto: o fato de que “a relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação”. A partir dessa afirmação, é possível concluir que o emprego da língua não consiste apenas em tomar as formas do repertório semiótico e empregá-las no modo semântico. Esse emprego depende de certa relação do locutor com esse repertório. Aqui, cabe menção à nossa definição de língua-discurso, pois pensamos que ela constitui a própria relação do locutor com a língua. É a partir da língua-discurso, nos termos em que a tomamos neste estudo, que o locutor vai buscar os caracteres lingüísticos que irão efetivamente compor o seu discurso na situação de enunciação.

Além disso, Benveniste salienta que a enunciação deve ser considerada duplamente:

(1) “Como fato do locutor, que toma a língua por instrumento”. Com base nas reflexões anteriores, em que cogitamos ser o discurso o instrumento da linguagem, podemos concluir que, ao afirmar que o locutor toma a língua por instrumento, Benveniste se refere ao fato de o locutor apropriar-se da língua para empregá-la em seu discurso;

(2) “nos caracteres lingüísticos que marcam essa relação”, ou seja, na escolha e na organização das formas pelo locutor.

A definição de enunciação é um tanto complexa. Aresi (2012) chama a atenção para o fato de, numa só página (PLGII, p. 82, grifos nossos), Benveniste referir-se à enunciação de diferentes maneiras: (1) “[t]rata-se [...] de um **mecanismo** total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande **fenômeno**, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido”; (2) “[a] enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um **ato** individual de utilização”; (3) “[...] é o **ato** mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” e (4) “[e]ste grande **processo** pode ser estudado sob diversos aspectos”.

Diante disso, Aresi (2012, p. 84, grifos do autor) se pergunta: “[e]nfim, a enunciação é um *fenômeno*, um *ato*, um *processo*, ou um *mecanismo*?”, ao que ele próprio sugere: “[n]ão podemos pensar que ela seja tudo isso, simultânea e complementarmente?”, explicando que a enunciação

é um *fenômeno* na medida em que *existe* efetivamente enquanto *ato*; surpreendemo-la a todo instante [...]. A enunciação é um *ato* porque diz respeito à relação do locutor com a língua, relação esta sempre instanciada em um determinado contexto de uso, envolvendo pessoa, tempo e espaço, e sendo, portanto, da ordem do irrepetível. É também um *processo*, uma vez que é algo que está sempre se constituindo, que se renova a cada instância de discurso. É, por fim, um *mecanismo*, na medida em que é só através deste dispositivo, deste aparelho lingüístico fornecido pela própria língua, que a enunciação é possível. (ARESI, 2012, p. 84, grifos do autor).

Assim, Aresi finalmente nos presenteia com uma definição de *enunciação* que nos parece profundamente apropriada, ao concluir que

podemos sintetizar esse complexo amálgama de definições através da seguinte frase: A enunciação é um FENÔMENO que se manifesta sempre através de ATOS individuais, os quais supõem um PROCESSO de conversão da língua em discurso, facultado por MECANISMOS da própria língua. (ARESI, 2012, p. 84, grifos do autor).

Reservemos a definição de Aresi (2012) e voltemos a Benveniste quando ele afirma que a enunciação

supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver **como o “sentido” se forma em “palavras”**, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância. Sob a mesma consideração disporemos **os procedimentos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram.** (PLGII, p. 83, os grifos entre aspas são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Este trecho é bastante rico em reflexões. Vemos aí um pressuposto para que haja enunciação: a conversão da língua em discurso. Temos visto que o discurso é a manifestação da enunciação; isso instituiria a enunciação como um *a priori* do discurso. No entanto: uma questão nos ocorre nesse momento: de um lado, o discurso é a “manifestação da enunciação”, a enunciação engendra o discurso; de outro lado, não é possível conceber a enunciação sem o discurso. Esse fato nos remete à relação *eu/tu*, em que o *eu* tem o “poder” de determinar um *tu*, que, por sua vez, é a própria possibilidade de existência do *eu*. Diante de mais esse paradoxo, vemos que o processo pelo qual a linguagem se manifesta no homem não é simples; sua categorização, a definição de possíveis etapas de apropriação e a descrição de seu funcionamento não são tarefas fáceis, e nos perguntamos mesmo se serão tarefas possíveis. Cada vez mais, vemos que não se trata de descobrir, analisar e catalogar aspectos sobre a linguagem humana. Antes disso, é preciso que sejamos capazes de conceber a grandeza da linguagem, para, só então, a tomarmos como objeto de estudo, pois somente isso garantirá algum zelo no tratamento desse fenômeno ao mesmo tempo delicado e essencial.

Voltando à enunciação, Benveniste avisa que considerar-se-á, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização” (PLGII, p. 83), esclarecendo que

[o] ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. **Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.** Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (PLGII, p. 83-84, grifos nossos).

Podemos relacionar a declaração de Benveniste de que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua”, com a língua-discurso. Para nós, a língua-discurso é, em

cada locutor, essa “possibilidade de língua” de que fala Benveniste (a qual, em outro momento, referimo-nos como “possibilidade de fala”). Arriscando-nos ainda mais, trazemos o trecho em que o autor menciona o processo de apropriação que possibilita o discurso:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor **se apropria do aparelho formal da língua** e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. [...]

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um **jogo de formas específicas** cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (PLGII, p. 84, o grifo em itálico é do autor, os grifos em negrito são nossos).

Se está correta nossa hipótese de que temos uma língua particular, a língua-discurso, que se desenvolve por meio de nossas experiências discursivas e que serve de base ao nosso discurso, é coerente, ainda que arriscado, aproximar esse conceito ao de “aparelho formal da língua”, do qual nos apropriamos no processo enunciativo para enunciar nossa posição de locutor, por meio de um “jogo de formas específicas”, nosso discurso.

Vemos que Benveniste retorna ao seguinte enigma: como o sentido se forma em palavras e como se dão os procedimentos pelos quais as formas linguísticas emergem na enunciação? Lembremos que, em *Semiologia da língua*, ele afirma que os domínios semiótico e semântico são separados por um *hiato*. Ora, parece que a questão de como um se torna o outro volta a perturbar Benveniste, pois ele se refere a essa questão como “muito difícil e pouco estudada”. Há algumas páginas atrás, dissemos que este ponto (o da passagem do modo semiótico ao modo semântico) permanece em aberto e que, não havendo entre os linguistas consenso a este respeito, admite senão divagações. Ora, divaguemos: ao propor a língua-discurso como o elo entre o locutor e a língua-sistema, pensamos que esse é o conceito que faltava para preencher o hiato de que fala Benveniste entre os domínios semiótico e semântico. Noutras palavras, a língua-discurso, neste trabalho, é o hiato benvenistiano.

Voltemos, agora, à categoria de *tempo*. Já esboçamos uma discussão sobre a noção de tempo a partir dos textos *Da subjetividade na linguagem* e *A linguagem e a experiência humana*. Em seu texto-síntese, Benveniste volta a teorizar sobre essa categoria tão valiosa da linguagem. Diz o autor que

[e]sta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. **Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação.** Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. **O presente é propriamente a origem do tempo.** Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, **o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.** [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que **se renova a cada produção de discurso**, e a partir deste **presente contínuo**, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no **presente incessante** da enunciação, que **é o presente do próprio ser** e que **se delimita, por referência interna entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.** (PLGII, p. 85-86, os grifos entre aspas e em itálico são do autor, os grifos em negrito são nossos).

Imprudente seria se tentássemos elaborar algo além do que foi dito pelo autor nesse trecho. Tudo está claro, como diria Barthes. Resta-nos relacionar o que o autor diz agora com o que disse em textos anteriores.

Ao dizer que a temporalidade é produzida “na e pela enunciação”, Benveniste reforça o que expôs em *Da subjetividade na linguagem*, quando, tomando a definição simples de presente como “o tempo em que se está”, advertiu que “[d]evemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se está’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se fala’”. Esse é o momento eternamente ‘presente’” (PLGI, p. 289, grifos do autor), ou seja, o *presente contínuo e incessante* de que Benveniste fala em *O aparelho*. Além disso, no texto de 1958, ele assegura que “o tempo lingüístico é *sui-referencial*” (PLGI, p. 289, grifo do autor), posição que reafirma no texto de 1970, ao dizer que esse “presente incessante da enunciação [...] se delimita, por referência interna”.

O mesmo acontece quando relacionamos *O aparelho formal da enunciação* com *A linguagem e a experiência humana*, artigo no qual Benveniste explica que o tempo lingüístico (distinto do tempo físico e do tempo crônico) está “organicamente ligado ao exercício da fala” e “tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no *presente* da instância da fala” (PLGII, p. 74, grifo do autor). Além disso, a noção de *presente lingüístico* também está no texto de 1965, no qual o autor declara que esse presente “se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente” e se situa entre “o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, [...] e o momento em que o acontecimento não é ainda presente” (PLGII, p. 75).

Como vemos, apesar de haver alguma flutuação terminológica na obra benvenistiana, não podemos dizer que o autor oscila quanto ao seu posicionamento frente à linguagem. Benveniste acaba sempre por revelar, de uma maneira ou outra, seu pensamento acerca da linguagem humana. O fato de manter-se firme naquilo que expõe pode ser conferido quando o autor declara, no artigo de que tratamos nesse momento, que “a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas”, retomando a ideia de que, “[d]esde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (PLGII, p. 86). A partir daí, Benveniste enumera essas funções, que são, novamente, as três funções inter-humanas do discurso, que aparecem em textos como *A natureza dos pronomes*, *Os níveis da análise lingüística* e *A forma e o sentido na linguagem*. Assim, de acordo com o autor, esse aparelho de funções é

em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação.

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. (PLGII, p. 86, grifos do autor).

Fato curioso é que, nesse texto, Benveniste parece estabelecer uma escala que ordena essas funções segundo o seu grau de influência sobre o interlocutor, posicionando, “em primeiro lugar a *interrogação*”, em seguida, a *intimação* (salientando que os termos da intimação se distribuem “de modo semelhante” aos da interrogação) e, por fim, a *asserção*, cuja influência parece ser “menos evidente”. Esse fato torna-se mais aparente quando o autor explica que “[o] que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva* com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (PLGII, p. 87, grifo do autor). Percebemos que, até aqui, Benveniste não aborda diretamente os aspectos subjetivos

da enunciação, assim como não se refere à linguagem como experiência humana. Nesse momento, cabe trazer novamente as palavras de Aresi (2012), quando ele nos lembra que *O aparelho formal da enunciação* é de um texto encomendado a Benveniste por Todorov, editor da revista *Langages*, e nos adverte que

deve-se levar em conta, antes de tudo, o fato de a revista *Langages* ser destinada a um público de **linguistas**. Assim, acredito que esse fator incida preponderantemente sobre a forma como a enunciação é tratada no texto e, conseqüentemente, sobre a escolha dos conceitos nele mobilizados. Um exemplo: Como podemos ver através da leitura do *O aparelho*, a ocorrência do termo “sujeito” se dá somente em dois momentos do texto¹²⁶, sendo ambos correspondentes a um mesmo parágrafo, relativo ao aspecto da “realização vocal da língua”. [...]

Da mesma forma, não há, no texto de 1970, qualquer ocorrência do termo “subjetividade”, ou ainda, do termo “intersubjetividade” [...]. No entanto, [...] aparecem, como substitutos para o primeiro termo, sintagmas como, por exemplo, “ato individual”, “traços individuais”, “conversão individual” e “realização individual”, e, para o segundo, expressões como “alocução”, “co-referir” e “estrutura do diálogo”. Assim, mesmo que não estejam formalmente presentes no texto *O aparelho*, as noções de *subjetividade* e *intersubjetividade* subjazem e fundamentam a reflexão aí desenvolvida. (ARESI, p. 66-67, grifos do autor).

Dessa forma, parece-nos que Benveniste, no texto de 1970, esforça-se por se fazer entender pelo público linguista, utilizando uma terminologia mais adequada a esse público, evitando termos que foram usados perante filósofos, psicólogos, psicanalistas etc., que compunham grande parte do público que se interessava pelas suas reflexões acerca da linguagem humana¹²⁷. Conquanto não tenha utilizado os conhecidos termos *sujeito*, *subjetividade*, *intersubjetividade*, e não tenha ressaltado a condição da linguagem humana como fundamento da vida do homem, Benveniste permite que esse seu axioma seja reconhecido através de uma leitura atenta, por exemplo, quando explica que,

[c]omo **forma de discurso**, a enunciação coloca duas “figuras” **igualmente necessárias**, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são **alternativamente protagonistas** da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (PLGII, p. 65-66, grifos do autor).

¹²⁶ Ainda que a palavra “sujeito” figure no artigo, Aresi (2012) esclarece que se trata sempre de um emprego não teórico.

¹²⁷ Com isso, não queremos dizer que Benveniste não tenha se dirigido a linguistas antes de *O aparelho formal da enunciação*; apenas enfatizamos que esse texto foi especificamente escrito sobre a enunciação, atendendo a solicitações muito específicas feitas por Todorov (cf. Aresi, 2012).

Vemos aí que Benveniste aborda a enunciação “como forma de discurso”, ou seja, quando já concretizada através do discurso. Nesse pequeno excerto, é possível localizar pressupostos benvenistianos como a necessidade do *eu* e do *tu* de instituírem-se mutuamente e a sua reversibilidade no discurso. Ora, sabemos que tudo isso só acontece em vistas de algo que transcende os aspectos linguísticos da enunciação: a experiência humana.

Com isso, finalizamos o debate sobre *O aparelho formal da enunciação*, assim como damos por encerrado nosso terceiro movimento de leitura, anunciado no percurso que definimos antes de iniciar nossa caminhada por esse pequeno *corpus*. Há, certamente, muito ainda a ser dito. Por isso, tomamos esse terceiro movimento de leitura como provisório, e é apenas sob essa condição que pode ser considerado encerrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais. Essa não nos parece uma expressão adequada para este momento. É certo que chegamos ao final de nosso estudo. Mas, se por um lado é possível tecer considerações acerca do que escolhemos falar, por outro lado, afirmar que essas considerações são *finais* seria ousadia, para usarmos um eufemismo. Contudo, é preciso expor nossas últimas reflexões.

Sabemos que, mesmo com o foco totalmente direcionado ao discurso, nosso trabalho não realizou uma análise exaustiva do termo. Deixamos de lado muitas ocorrências e até mesmo textos completos em que o discurso era frequentemente mencionado, como é o caso de “As relações de tempo no verbo francês”. No entanto, pensamos que abarcar a totalidade dos textos de PLGI e II é tarefa para uma vida toda dedicada ao estudo da teoria benvenistiana, e não para uma simples dissertação. Dessa forma, justificamo-nos pela exclusão de um ou outro texto que mereceria lugar em nosso *corpus*.

A escolha por estudar os textos obedecendo a sua cronologia nos pareceu uma escolha acertada, pois, sob nosso ponto de vista, Benveniste intensifica sua teorização no decorrer dos anos, tornando cada vez mais clara a essência de seu pensamento, culminando com o texto de 1970, *O aparelho formal da enunciação*, que, como vimos em Aresi (2012), funciona como síntese, organização e abertura de sua Teoria da Enunciação. Exceto alguma flutuação terminológica (aspecto ao qual não nos detivemos), percebemos que Benveniste se mantém firme em seu posicionamento sobre a linguagem, desde os primeiros textos.

Talvez seja um bom momento para justificarmos o título deste trabalho, e dizer que foi alterado algumas vezes antes de entendermos um pouco mais o discurso em Benveniste. O discurso é essência. O conceito de discurso é, para nós, a essência do pensamento de Émile Benveniste. Isso porque o axioma de sua teoria, *o homem está na língua*, somente se justifica se considerarmos que é no discurso que essa condição se atualiza. Dessa forma, afirmamos com Dessons: a teoria benvenistiana é, antes de tudo, uma teoria do discurso. Não dizemos, com isso, que a denominação “Teoria da Enunciação” seja inadequada. Pensamos que tanto *discurso* quanto *enunciação* são conceitos aptos a evocarem o nome de Benveniste. Podemos afirmar isso porque ambos estão intimamente relacionados. Vejamos.

Prometemos, na introdução, chegar a uma distinção entre *discurso* e *enunciação*. Nossa ideia inicial era a de chegar a essa distinção quando encontrássemos uma definição para o conceito de discurso. Porém, uma e outra situação foram extremamente difíceis de precisar. Voltando a Aresi (2012, p. 84, grifos do autor), trazemos novamente sua definição de

enunciação, que nos pareceu extremamente adequada: “A enunciação é um FENÔMENO que se manifesta sempre através de ATOS individuais, os quais supõem um PROCESSO de conversão da língua em discurso, facultado por MECANISMOS da própria língua”. Ora, nos parece muito claro que a enunciação, em suma, é o ato que antecede o discurso e que permite a sua existência. Então, por que dizemos que distingui-los é uma tarefa difícil? A resposta é simples: não se trata de distinguir ambos os conceitos, mas de concebê-los como inseparáveis, como um par feito *significante/significado*, feito *eu/tu*. Enunciação e discurso são instituídos um pelo outro: a enunciação possibilita o discurso, porém, se este não vier à vida, aquela não se realiza. E a definição de discurso? É conveniente contentarmo-nos com a ideia de que o discurso “é a língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade”? Sim, é conveniente, se conseguirmos entender essa definição com toda a profundidade que ela carrega. O locutor, ao apropriar-se da língua, tira-a do estado de possibilidade, atualizando-a, convertendo-a em discurso pelo ato de enunciação, ou seja, implicando-se (inter)subjetivamente. Mas, antes de falarmos do discurso, vamos falar do tempo.

A categoria de tempo mostrou-se imprescindível para a compreensão do discurso. Tentamos de diversas maneiras explicar nossa apreensão do conceito a partir das palavras de Benveniste: “momento eternamente presente”, “presente incessante”, “presente contínuo”. No entanto, nada do que dissemos nos parece mais apropriado do que as palavras de Clarice Lispector. Com suas palavras, iniciamos este estudo, e a ela recorreremos novamente: “o presente é o instante em que a roda do automóvel em alta velocidade toca minimamente o chão. E a parte da roda que ainda não tocou, tocará num imediato que absorve o instante presente e torna-o passado¹²⁸”.

O automóvel está em alta velocidade. A roda toca minimamente o chão. O tempo é este “imediato” que absorve o instante. Tal é o tempo do discurso. E o discurso é este toque da roda sobre o chão, um toque fugaz, imperceptível, incapturável, sem o qual a roda não gira, o automóvel não anda. É o é da coisa. “O discurso é a língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade”, para que ele exerça sua função de ser homem: viver. A enunciação é o que possibilita essa assunção.

O conceito de língua-discurso desenvolvido nesse trabalho se mostrou bastante produtivo. A língua-discurso, como a entendemos aqui, é do que o homem se apropria para se enunciar, é o seu sopro de vida – o hiato, não mais hiato, entre o domínio semiótico e o

¹²⁸ Água Viva (1980, p. 16).

domínio semântico. E o discurso é a própria vida do homem sendo revelada na enunciação: *é a conversão da língua em vida.*

Reservamos esse lugar para registrar qualquer espécie de conclusão a que tenhamos chegado, se podemos dizer que concluímos algo. A verdade é que fomos deixando pelo caminho muitas hipóteses. Em troca, viemos colhendo dúvidas. O tempo – crônico – não possibilitou que nos livrássemos dessas dúvidas, então, permanecemos com elas. Elas estão aqui, talvez isso seja bom. Como se diz, o estudioso, na verdade, dificilmente termina um trabalho. Ele o abandona. Assim, chegou o momento de abandonarmos este, mesmo que inacabado, em aberto, inconcluso.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

ALMEIDA SOUZA, Natália Cristina de. **‘Gerundismo’: qual é o problema?** A perífrase ir + estar + gerúndio sob a perspectiva enunciativa. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras). Curso de Letras, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2011.

ARESI, Fábio. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste**: uma exegese de O Aparelho Formal da Enunciação. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55981/000858913.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 out. 2012.

ARRIVÉ, Michel. **Linguagem e psicanálise. Linguística e inconsciente**: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BARBISAN, Leci Borges. **Do signo ao discurso**: a complexa natureza da linguagem. In. : FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (orgs). Saussure: a invenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2013, p. 163-170.

BARBOZA, Gabriela. Em busca do espaço perdido? Um estudo do estatuto da noção de espaço em Émile Benveniste. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79449>>. Acesso em 7 jan. 2014.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Problèmes de linguistique générale**, 1. Paris: Gallimard, 1966.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CINTRA, Ismael Angelo. Marcas lingüísticas do narrador. In: **Alfa** – Revista de Linguística. São Paulo, v. 25, 1981, p. 49-56. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3634/0>>. Acesso em 27 jul. 2013.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 59-87.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: In Press, 2006.

DÊIXIS. In.: **Dicionário inFormal**. 6 out. 2011. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/d%C3%AAaxis/>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

DUCROT, Oswald. Distribucionalismo. In: DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 41-45.

FERREIRA LIMA, Maria Auxiliadora. ALVES FILHO, Francisco. MENDES DA COSTA, Catarina de Sena Sirqueira. **Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos**. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13-30.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Enunciação e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MANUAL para elaboração de trabalhos acadêmicos (artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou Científico, trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2013. 137 p. Disponível em <<http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/manual-biblioteca-2013.pdf>>. Acesso em 7 jan. 2014.

MELLO, Vera Helena Dentee de. **A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto**. 2012. 145 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56031/000858559.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 set. 2012.

MOUSSEAU, Jacques ; MOREAU, Pierre-Francois. **Dicionário do inconsciente**. Verbo: Lisboa/São Paulo, 1984.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Leituras de Émile Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, PUCRS, Volume 44, janeiro/março de 2009, p. 12-19.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Tradução de Daniel Costa da Silva. Limoges: Lambert-Lucas, 2007, p. 15-57.

QUINTANA, Mário. **A vaca e o hipogrifo**. Porto Alegre: Garatuja, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. In: **Desenredo** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, v. 8 - n. 1 - p. 71-83 - jan. /jun. 2012. Disponível em <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/2639/1801>>. Acesso em 14 set. 2012.

TREKKING. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 5 jan. 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Trekking>>. Acesso em: 21/jan/2014.

APÊNDICE A: OCORRÊNCIAS DA PALAVRA DISCURSO EM PLGI E II

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL I		
Artigo (ano de publicação)	Capítulo/parte	Ocorrências do termo <i>discurso</i>
Natureza do signo linguístico (1939)	4/A comunicação	1
Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946)	18/O homem na língua	1
O sistema sublógico das preposições em latim (1949)	11/Estruturas e análises	0
Eufemismos antigos e modernos (1949)	25/Léxico e cultura	1
A frase nominal (1950)	13/Funções sintáticas	7
Ativo e médio no verbo (1950)	14/Funções sintáticas	0
Dom e troca no vocabulário indo-europeu (1951)	26/Léxico e cultura	0
A noção de ritmo na sua expressão linguística (1951)	27/Léxico e cultura	0
Comunicação animal e linguagem humana (1952)	5/A comunicação	0
A construção passiva do perfeito transitivo (1952)	15/Funções sintáticas	0
A classificação das línguas (1953)	9/Estruturas e análises	0
Tendências recentes em linguística geral (1954)	1/Transf. da linguística	2
Problemas semânticos da reconstrução (1954)	24/Léxico e cultura	0
Civilização: contribuição à história da palavra (1954)	28/Léxico e cultura	0
Obs. sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956)	7/A comunicação	19
A natureza dos pronomes (1956)	20/O homem na língua	34
A frase relativa, problema de sintaxe geral (1958)	17/Funções sintáticas	0
Categorias de pensamento e categorias de língua (1958)	6/A comunicação	0
Da subjetividade na linguagem (1958)	21/O homem na língua	20
Os verbos delocutivos (1958)	23/O homem na língua	5
As relações de tempo no verbo francês (1959)	19/O homem na língua	45
“Ser” e “ter” nas suas funções linguísticas (1960)	16/Funções sintáticas	0
“Estrutura” em linguística (1962)	8/Estruturas e análises	0
Para a análise das funções casuais: o genitivo latino (1962)	12/Estruturas e análises	0
Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963)	2/Transf. da linguística	6
Saussure após meio século (1963)	3/Transf. da linguística	1
A filosofia analítica e a linguagem (1963)	22/O homem na língua	1
Os níveis da análise linguística (1964)	10/Estruturas e análises	9
TOTAL DE OCORRÊNCIAS DO TERMO <i>DISCURSO(S)</i>		150

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL II		
Artigo (ano de publicação)	Capítulo/parte	Quantidade de ocorrências do termo <i>discurso</i>
A linguagem e a experiência humana (1965)	4/A comunicação	31
Estrutura das relações de auxiliabilidade (1965)	13/Funções sintáticas	0
O anônimo e o pronome em francês moderno (1965)	14/O homem na língua	0
Convergências tipológicas (1966)	7/Estruturas e análises	0
Formas novas da composição nominal (1966)	12/Funções sintáticas	0
A forma e o sentido na linguagem (1966)	15/O homem na língua	10
A blasfêmia e a eufemia (1966)	18/Léxico e cultura	0
Como se formou uma diferenciação lexical em francês (1966)	19/Léxico e cultura	0
Fundamentos sintáticos da composição nominal (1967)	11/Funções sintáticas	0
Estruturalismo e linguística (1968)	1/Transf. da linguística	0
Esta linguagem que faz a história (1968)	2/Transf. da linguística	3
As transformações das categorias linguísticas (1968)	9/Estruturas e análises	1
Semiologia da língua (1969)	3/A comunicação	10
Mecanismos de transposição (1969)	8/Estruturas e análises	0
Difusão de um termo de cultura: o latim <i>orarium</i> (1969)	16/Léxico e cultura	0
Gênese do termo “cientifique” (1969)	17/Léxico e cultura	0
O aparelho formal da enunciação (1970)	5/A comunicação	10
Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970)	6/Estruturas e análises	3
Dois modelos linguísticos da cidade (1970)	20/Léxico e cultura	0
Para uma semântica da preposição alemã <i>vor</i> (1972)	10/Estruturas e análises	0
TOTAL DE OCORRÊNCIAS DO TERMO <i>DISCURSO(S)</i>		65